



MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

PATRÍCIA SANTOS OLIVEIRA

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO MUNICÍPIO MAIS
INDUSTRIALIZADO DO NORDESTE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
ESPACIAL**

Salvador
2021

PATRÍCIA SANTOS OLIVEIRA

**POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO MUNICÍPIO MAIS
INDUSTRIALIZADO DO NORDESTE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
ESPACIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador-UNIFACS-, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Quintanilha.
Coorientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

Salvador
2021

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade
Salvador - UNIFACS

Oliveira, Patrícia Santos

Pobreza multidimensional no município mais industrializado do Nordeste: um exercício de análise espacial. / Patrícia Santos Oliveira. - Salvador: UNIFACS, 2021.

154 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Quintanilha.
Coorientador: Prof. Dr. Laumar Neves de Souza.

1. Pobreza multidimensional. 2 Análise espacial. 3. Camaçari – Bahia. I. Quintanilha, Luiz Fernando, orient. II. Souza, Laumar Neves de, coorient. III. Título.

CDD: 362.58

PATRÍCIA SANTOS OLIVEIRA

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO MUNICÍPIO MAIS
INDUSTRIALIZADO DO NORDESTE: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE
ESPACIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador –UNIFACS, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Luiz Fernando Quintanilha – Orientador _____
Pós-doutor pela Universidade de Yamaguchi, Japão
Universidade Salvador – UNIFACS

Renato Reis _____
Doutor pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Universidade Salvador – UNIFACS

Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti _____
Doutora pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Salvador, 20 de abril de 2021.

Aos meus pais
Rosa e João (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Fernando Quintanilha pelo acompanhamento com atenção, cuidado e o pragmatismo necessário.

Ao meu coorientador Prof. Dr. Laumar Neves de Souza pela generosa disponibilidade e por ter contribuído para a emersão em um tema tão significativo para minha jornada acadêmica.

Ao Prof. Dr. Carlos da Costa Gomes pela oitiva e pela motivação em momento conturbado.

A sempre gentil e comprometida Profa. Dra. Carolina de Andrade Spínola, coordenadora do PPDRU da UNIFACS.

Ao Prof. Dr. Renato Reis pela orientação para a apropriada análise espacial e geoprocessamento desta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Thiago Lopes pela disponibilidade em conhecer a metodologia e fazer sugestões necessárias.

A Profa. Dra. Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti pelas valorosas orientações para o melhor encaminhamento do trabalho.

Ao amigo Prof. Dr. Penildon Silva pela compreensão e fraterno companheirismo na caminhada.

A minha irmã, Nubia Oliveira, pela leitura e revisão deste texto.

Aos colegas, professores e funcionários do PPDRU pela experiência da convivência em nome da querida secretária acadêmica Gilsa Batista.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

“Meu partido é a pobreza. A minha política é a do amor ao próximo.”

SANTA DULCE DOS POBRES

RESUMO

Este estudo analisou a distribuição espacial da pobreza multidimensional no território de Camaçari, município mais industrializado do Nordeste brasileiro, no ano de 2010. Para tanto, examinou-se diferentes abordagens do fenômeno da pobreza, ao tempo em que se fez uma caracterização de elementos históricos e socioeconômicos indispensáveis para a compreensão do município naquele ano, em seguida foi construído o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI) e, por fim, investigou-se a distribuição espacial da pobreza no território camaçariense. Na metodologia se fez uso do indicador aqui proposto para a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) do município, com a aplicação de dados do último Censo Demográfico, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados demonstraram evidências de um padrão de associação espacial do fenômeno, com concentração de clusters ou aglomerações de pobreza em determinadas regiões do município. Confirmou-se também que o uso de medidas embasadas apenas na renda pode mascarar a existência de privações que compõem outras dimensões da pobreza. Além disso, os resultados comprovaram a importância da utilização de uma abordagem multidimensional para a correta aferição da pobreza e, principalmente, para a elaboração e acompanhamento de políticas públicas mais adequadas para sua mitigação e até mesmo sua superação.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional; análise espacial; intramunicipal; Camaçari.

ABSTRACT

This study analyzed the spatial distribution of multidimensional poverty in the territory of Camaçari, the most industrialized municipality in Northeastern Brazil, in 2010. For this purpose, different approaches to the phenomenon of poverty were examined, while a characterization of historical elements was carried out. and socio-economic essential for understanding the municipality in that year, then the Intramunicipal Multidimensional Poverty Index (IPMI) was constructed and, finally, the spatial distribution of poverty in the territory of Camaçari was investigated. In the methodology, the indicator proposed here was used for the Exploratory Analysis of Spatial Data (AEDE) of the municipality, with the application of data from the last Demographic Census, made available by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results showed evidence of a pattern of spatial association of the phenomenon, with a concentration of clusters or agglomerations of poverty in certain regions of the city. It was also confirmed that the use of measures based only on income can mask the existence of deprivations that make up other dimensions of poverty. In addition, the results proved the importance of using a multidimensional approach for the correct measurement of poverty and, above all, for the elaboration and monitoring of more adequate public policies for its mitigation and even its overcoming.

Keywords: Multidimensional poverty; spatial analysis; intramunicipal; Camaçari.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração da Vila Nova do Espírito Santo de Abrantes / Vila de Abrantes, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto (1792).....	53
Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	81
Figura 3 - Índice de Pobreza Humana 1 (IPH – 1).....	82
Figura 4 - Índice de Pobreza Humana 2, IPH – 2	82
Figura 5 – Representação do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI)	91
Figura 6 - Diagrama de dispersão de Moran	96
Figura 7 - Distribuição espacial das PRIVAÇÕES de tratamento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e banheiro/sanitário por setores censitários: Camaçari – 2010	108
Figura 8 - Distribuição espacial das privações de eletricidade, condições de habitação e domicílios com 5 ou mais moradores por setores censitários: Camaçari - 2010..	111
Figura 9 - Distribuição espacial do IPMI-1, IPMI -2 e IPI por setores censitários: Camaçari - 2010	116
Figura 10 - Desvios-padrão para o IPMI – 1, IPMI - 2 e IPI por setores censitários: Camaçari - 2010	120
Figura 11 - Diagramas de Moran para o IPMI– 1, IPMI- 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010	121
Figura 12 - Distribuição de aglomerações locais pelo LISA para o IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI por setores censitários: Camaçari – 2010	123
Figura 13 - Distribuição de significância estatística de aglomerações pelo LISA para o IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010.....	125

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Antiga estação de trem de Camaçari	54
Fotografia 2 - Estrada do Côco, Ba-099	56
Fotografia 3 - COPEC em construção	61
Fotografia 4 - Inauguração do COPEC pelo presidente Ernesto Geisel	61
Fotografia 5 - Montadora Ford em Camaçari	62
Fotografia 6 - Polo Industrial de Camaçari	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de pessoas extremamente pobres e pobres na população, Brasil, 1976-2014.....	45
Gráfico 2 – População residente por situação domiciliar (urbana/rural): Camaçari, 1950-2010.....	65
Gráfico 3 - População por faixas etárias: Camaçari, Bahia e Brasil - 2010.....	66
Gráfico 4 – Distribuição percentual de homens e mulheres na população – Camaçari, Bahia e Brasil (2010).....	67
Gráfico 5 – Porcentagem da população por cor ou raça - Camaçari, Bahia e Brasil (2010)	68
Gráfico 6 – Percentual de classificação da situação dos domicílios em urbanos ou rurais – Camaçari, Bahia e Brasil (2010).....	68
Gráfico 7 – Participação percentual dos setores no Produto Interno Bruto (PIB): Brasil, Bahia e Camaçari - 2010	70
Gráfico 8 – Valor em reais do PIB <i>per capita</i> : Brasil, Bahia e Camaçari - 2010.....	70
Gráfico 9 - Valor em reais da renda <i>per capita</i> : Brasil, Bahia e Camaçari - 2010	71
Gráfico 10 – Percentual do rendimento nominal mensal domiciliar em salários mínimos (SM): Camaçari, Bahia e Brasil - 2010	71
Gráfico 11 - Percentual de domicílios com renda domiciliar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010	72
Gráfico 12 - Percentual de população extremamente pobre e pobre: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010	73
Gráfico 13 - Índice de Gini: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010.....	73
Gráfico 14 - Taxa de frequência líquida nos Ensinos Fundamental e Médio regulares e na Educação Superior: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010.....	75
Gráfico 15 - Taxa de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas: Brasil, Bahia e Camaçari -2010	72
Gráfico 16 - Expectativa de anos de estudo: Brasil, Bahia e Camaçari -2010	72
Gráfico 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Brasil, Bahia e Camaçari -2010	73
Gráfico 18 - Mortalidade Infantil: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010.....	73
.....	73
Gráfico 19 - Expectativa de vida ao nascer: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010	73
Gráfico 20 – Percentual domicílios por tipo de abastecimento de água: Camaçari, Bahia e Brasil - 2010.....	74
Gráfico 21 – Percentual de domicílios com e sem esgotamento sanitário: Brasil, Bahia e Camaçari -2010	75
Gráfico 22 - Percentual de domicílios com e sem coleta de lixo: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010.....	75

Gráfico 23 - Percentual de domicílios com e sem banheiro ou sanitário: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010.....	76
Gráfico 24 - Percentual de domicílios com e sem energia elétrica: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010.....	77
Gráfico 25 - Percentual de domicílios por condição de ocupação: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010.....	78
Gráfico 26 - Percentual de domicílios de acordo com a quantidade de moradores: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010.....	78
Gráfico 26 - Contribuição média relativa das dimensões da pobreza na composição do IPMI: Camaçari - 2010	99
Gráfico 27 - Contribuição relativa média das privações na composição do IPMI: Camaçari - 2010	99

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Camaçari/BA.....	50
Mapa 2 - Ferrovia Centro Atlântica.....	55
Mapa 3 - Distribuição espacial da dimensão educação / analfabetismo por setores censitários: Camaçari - 2010.....	103
Mapa 4 - Distribuição espacial da dimensão saneamento por setores censitários: Camaçari - 2010	106
Mapa 5 - Distribuição espacial da dimensão habitação por setores censitários: Camaçari - 2010	110
Mapa 6 - Distribuição espacial da dimensão renda ou IPI por setores censitários: Camaçari - 2010	113
Mapa 7 - Distribuição espacial do IPMI / IPMI - 1 por setores censitários: Camaçari - 2010.....	114
Mapa 8 - Distribuição espacial do IPMI -2 por setores censitários: Camaçari - 2010	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Composição relativa da renda para os estratos sociais: Brasil, 2003 e 2011	47
Tabela 2 – Pobreza multidimensional em percentual pelo IPH e IPM: Brasil, 1999-2018.....	48
Tabela 3 – Medidas estatística do IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010	100
Tabela 4 - Quantidade de setores censitários por grau pobreza: Camaçari - 2010	101
Tabela 5 - Testes de contiguidade para o I de Moran do IPMI – 1, IPMI - 2 IPI de setores censitários: Camaçari - 2010	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADÚNICO	Cadastro Único do Governo Federal
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
COPENE	Companhia Petroquímica do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	Índice de pobreza Humana
IPM	Índice de pobreza Municipal
ISI	Industrialização Substitutiva de Importação
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Polo Industrial de Camaçari
PMC	Prefeitura Municipal de Camaçari
PPC	Paridade do Poder de Compra
RMS	Região Metropolitana de Salvador
PNAD	Pesquisa Nacional por amostra de domicílio
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
OMS	Organização Mundial de Saúde
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 DIFERENTES OLHARES SOBRE A POBREZA	22
2.1 UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA REDUZIDA: A POBREZA VISTA PELA ÓTICA DA SUBSISTÊNCIA	25
2.2 A POBREZA COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL	27
2.2.1 O foco nas necessidades humanas	27
2.2.2 A Pobreza como privação relativa	29
2.2.3 A abordagem da privação de capacitações	32
2.3 EXPEDIENTES PARA A AFERIÇÃO DA POBREZA	35
2.3.1 O recurso das linhas de pobreza	35
2.3.2 Indicadores de pobreza	37
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POBREZA NO BRASIL.....	42
2.4.1 Um país de muitos pobres	43
3 DE LUGAR PARADISIACO A CENTRO INDUSTRIAL: CONHECENDO AS TRAMAS DA METAMORFOSE DE CAMAÇARI	50
3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE CAMAÇARI	51
3.1.1 A Linha férrea transportou a sede de Abrantes para o interior de Camaçari	54
3.1.2 A Estrada do Coco e a Ocupação da Orla	55
3.1.3 O Polo Industrial e a chegada de um novo tempo	57
3.2 EXPLORANDO AS CONTRADIÇÕES: UMA FOTOGRAFIA RECENTE DA DINÂMICA SOCIOECONOMICA DE CAMAÇARI	64
3.2.1 População	64
3.2.2 Economia	69
3.2.3 Renda	71
3.2.4 Educação	74
3.2.5 Saúde e saneamento básico	73
3.2.6 Condições de Moradia	77
4 DELINEAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO	80
4.1 DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE.....	80
4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÍNDICE DE POBREZA HUMANA (IPH)	81
4.3 CONSTRUINDO O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL INTRAMUNICIPAL (IPMI)	83
4.4 A ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS (AEDE)	93
5 INVESTIGANDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM CAMAÇARI	98

5.1 O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL INTRAMUNICIPAL (IPMI) DE CAMAÇARI.....	98
5.2 ANÁLISE ESPACIAL DA POBREZA NO MUNICÍPIO EM 2010	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICE A - VÁRIÁVEIS SELECIONADAS PARA O ÍNDICE DE POBREZA INTRAMUNICIPAL (IPMI) – 2010.....	136
APÊNDICE B - INDICADORES DE PRIVAÇÕES, DIMENSÕES E ÍNDICE DE POBREZA INTRAMUNICIPAL (IPMI) DOS SETORES CENSITÁRIOS DE CAMAÇARI EM 2010	137

1 INTRODUÇÃO

A pobreza se impõe a pessoas de diferentes partes do mundo e sua existência vem marcando sociedades nos mais diversos períodos da história. Desse modo, na presente etapa da civilização, mesmo estando entre os fenômenos que já deveriam ter sido vencidos, a pobreza ainda se apresenta como uma das mais importantes questões humanas.

Superar a pobreza vem sendo colocado como compromisso das diversas nações em pactos internacionais, a exemplo da Agenda 2030 das Nações Unidas composta pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que define a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, destaca-se que, embora tenham reconhecida relevância, as discussões sobre a pobreza são controversas, não existindo um consenso, mesmo no meio científico, sobre o seu entendimento. Tal fato ocorre por se tratar de uma matéria que interessa a diferentes atores como governos, agências multilaterais e grupos da sociedade civil. Em vista disso, debates sobre o tema se tornaram impregnados de interesses políticos e barreiras ideológicas.

Ainda assim, existe convergência sobre a necessidade de se alcançar soluções eficazes para a eliminação da pobreza, aliás esta é a principal finalidade quando se trata de estudos sobre este assunto. Tarefa para a qual é essencial a percepção do que vem a ser a pobreza em determinado contexto, visto que, mesmo se compreendendo que os conceitos e medidas são apenas elementos instrumentais, sabe-se que do bom senso inicial na definição conceitual e estatística depende a obtenção de bons resultados operacionais de programas direcionados para a sua superação.

Nesse caminho, muitos trabalhos ainda insistem em definir a pobreza por medidas unidimensionais como a renda, entretanto o bem-estar humano se vincula a diferentes aspectos, não se restringindo apenas à questão econômica. Por isso, avaliações baseadas apenas nessa única dimensão fornecem uma visão limitada e duvidosa do fenômeno e podem comprometer o seu combate. Deste modo, a

constatação de que nenhum indicador sozinho é capaz de captar as diversas privações humanas levou ao surgimento e ao fortalecimento da abordagem multidimensional da pobreza.

Com um enfoque multidimensional, lança-se um olhar sobre as várias faces que o fenômeno pode apresentar, e avança-se da concepção de sobrevivência para um aparato teórico consistente que tem como principal embasamento a abordagem da pobreza como privação das capacitações defendido por Amartya Sen.

Outro ponto a se ressaltar é que os estágios percebidos das privações nas diversas nações são diferentes, pois, enquanto países ricos buscam eliminar a chamada pobreza residual, nações pobres ou em desenvolvimento alcançaram o terceiro milênio somando bilhões de pessoas com suas vidas limitadas por carências. Esta era no ano de 2019, por exemplo, a realidade de quase 52 milhões de brasileiros que viviam em situação de pobreza, estando mais de 13 milhões destes em condição de extrema pobreza de acordo com os critérios do Banco Mundial (IBGE, 2020).

No Brasil, país reconhecidamente desigual, a pobreza se apresenta heterogeneamente distribuída em seu território. Por conseguinte, seu enfrentamento passa pela necessidade do entendimento de como se dá a segmentação local das privações e dimensões que a caracterizam. Assim sendo, a espacialização é uma questão central para a compreensão da pobreza multidimensional nas regiões brasileiras.

Nesse sentido, a escassez de estudos sobre pobreza multidimensional em espacialidades intramunicipais chama a atenção, visto que a apresentação de grande parte dos trabalhos com esta temática privilegia informações agregadas nacionalmente ou em âmbito estadual e municipal. Contudo, é válido observar que tais formatos podem passar a impressão incorreta de que as condições internas da área estudada, de maneira especial nos municípios, são distribuídas uniformemente ao longo da sua extensão, quando, na verdade, existem diferenças consideráveis entre as subdivisões intramunicipais como ocorre entre distritos, bairros, setores censitários, etc.

Um exemplo que ilustra o cenário acima descrito é Camaçari, município localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS) com características peculiares,

sendo considerado um dos mais ricos do Brasil, porém apresentando parte da sua população vivendo em situação de pobreza multidimensional.

Dessa forma, foi proposto esse estudo como um esforço para entender de que maneira as diversas faces da pobreza se manifestavam localmente, respondendo à seguinte interrogação: Como a pobreza multidimensional se distribui no espaço intramunicipal de Camaçari em 2010?

Assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar a distribuição da pobreza multidimensional no espaço intramunicipal de Camaçari em 2010. E, em consonância com tal objetivo, definiu-se os seguintes objetivos específicos: 1) descrever diferentes olhares sobre o fenômeno da pobreza; 2) discutir transformações que permitiram a metamorfose do município de Camaçari de lugar paradisíaco em centro industrial; 3) propor o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI); 4) investigar a distribuição espacial da pobreza multidimensional no território camaçariense no ano de 2010.

Dito isto, várias razões podem ser apontadas para justificar a realização deste empreendimento investigativo. Uma primeira, é a escassez de instrumentos para a medição da pobreza multidimensional que possam ser utilizados no planejamento e acompanhamento de políticas anti-pobreza mais consistentes. Outro motivo, é a conhecida carência de estudos na escala intramunicipal sobre a pobreza. Além disso, existe também a necessidade de investigação de como as múltiplas dimensões da pobreza se manifestam no território camaçariense. E, por fim, destaca-se ainda, a necessidade de avaliação de possíveis influências de experiências nacional-desenvolvimentistas como o COPEC no âmbito local.

Esta pesquisa se vincula ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, na área de concentração Processos Urbanos e Regionais do Desenvolvimento, através das linhas “Desenvolvimento e Políticas Regionais” e “Desenvolvimento Urbano, Políticas Urbanas e Redes de Cidades”.

Além disso, o presente estudo pode ser qualificado como uma pesquisa quantitativa, aplicada, com levantamento bibliográfico para embasamento teórico. É caracterizado pela análise descritiva e exploratória com coleta de informações da base

de dados “Resultados do Universo Agregados por Setores Censitários”, produto do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Feitas essas ponderações, cabe agora informar que se optou por estruturar este trabalho em seis capítulos. O primeiro corresponde a esta seção introdutória. O segundo, por sua vez, aborda diferentes olhares sobre a pobreza. Enquanto isso, o terceiro capítulo trata de metamorfoses que transformaram Camaçari de lugar paradisíaco em centro industrial. No quarto capítulo, é feito o delineamento do percurso metodológico do estudo. Ao passo que no quinto capítulo é realizada a investigação de onde estão os pobres de Camaçari com um olhar a partir de diferentes dimensões. E, no sexto capítulo são feitas as considerações finais da presente dissertação.

2 DIFERENTES OLHARES SOBRE A POBREZA

A pobreza se associa a carências de diferentes aspectos da condição de vida das pessoas (ROCHA, 2006). Contudo não há uma definição única, universalmente aceita para este fenômeno e seu conceito depende dos valores de cada sociedade. Existe acordo, no entanto, sobre a urgente necessidade de se aprofundar as discussões e o enfrentamento a essa questão tão relevante.

Nos debates sobre pobreza até a década de 1950 prevalecia um enfoque centrado na sobrevivência dos indivíduos. Hoje, no entanto, questões ligadas a esse assunto se caracterizam por uma abordagem mais ampla, subjetiva e complexa, em que se deixa a visão unidimensional para se lançar um olhar multidimensional sobre o fenômeno.

Neste sentido, ainda que a pobreza acompanhe a humanidade desde seus primórdios, considera-se como marco de sua normatização pelo Estado a *Poor Laws*, uma série de normas aprovadas a partir do século XIV na Inglaterra, cujos preceitos vigoraram até o período após a Segunda Guerra Mundial, quando surgiu o Estado de bem-estar moderno. Daí em diante, apesar da interpretação do fenômeno apresentar divergências, com significados culturalmente condicionados e ideologicamente contrastantes, diversas nações elaboraram políticas visando controlar a pobreza e os pobres.

Destaca-se, entre o espaço de tempo acima mencionado, o papel da Revolução Industrial como indutora de condições que levaram à concentração de trabalhadores nas cidades e à conseqüente explosão da penúria urbana, contribuindo para a necessidade de inclusão da pobreza nos debates políticos da época e mostrando que, originalmente, a preocupação com as desigualdades e a pobreza não veio à tona nos países onde esse problema é mais crítico hoje (ROCHA, 2006), mas sim nas nações que naquela ocasião se desenvolviam.

Já os debates sobre pobreza, como se conhece atualmente, ganhou centralidade em agendas de governos e debates acadêmicos e sociais na segunda metade do século XX, quando ficou evidente que questões relacionadas a desigualdades sociais e a pobreza não estavam sendo solucionadas como conseqüência do crescimento econômico, novamente se iniciando na Europa e a

seguir avançando para países não desenvolvidos (CODES, 2005; ROCHA, 2006). Nesse intervalo, tanto países ricos tinham dificuldades em eliminar os redutos remanescentes da pobreza e marginalidade social, como países subdesenvolvidos apresentavam crescentes desigualdades resultantes do processo de expansão econômica (ROCHA, 2006).

Assim, uma maior coerência nos debates científicos sobre a pobreza passou a ser cada vez mais necessária em substituição à diversidade de conceitos e entendimentos sobre o tema que se desdobravam em uma multiplicidade de metodologias de mensuração, de modos de explicação e de estratégias de enfrentamento incompatíveis entre si.

Nesse contexto, a pobreza pode ser entendida a partir de uma visão absoluta, que geralmente se relaciona ao conceito de sobrevivência humana e se refere à menor renda suficiente para que o indivíduo alcance o mínimo de calorias indispensáveis para seu sustento físico, acrescentando-se a esse patamar despesas como moradia, vestuário, transporte, etc. Por uma perspectiva relativa, em que se considera pobre o sujeito que tem menos posses quando comparado aos demais membros da sociedade em que vive, significando que tais privações dependem do modo de vida da sociedade em questão e podem afetar o convívio social. Ou ainda por uma percepção subjetiva do fenômeno, na qual cada indivíduo pode se autodenominar pobre caso sinta que não tem o suficiente para atender as suas necessidades (SILVA, 2000; MARIN; GLASENAPP; OTTONELLI, 2013).

As discussões iniciais abordavam o caráter absoluto da pobreza, todavia a problemática da pobreza em países ricos levou a que se enfatizasse o seu caráter relativo (ROCHA, 2006). Por esse ângulo, Townsend (1962) em estudo sobre grupos específicos de pobres na Inglaterra, salientava em sua tese principal que a pobreza e a subsistência são conceitos relativos, só podendo ser definidos em relação aos recursos materiais e emocionais disponíveis numa determinada época aos membros de uma sociedade ou de diferentes sociedades.

Tais argumentos evidenciam que os limites para a distinção entre as pobrezas absoluta e relativa baseados na experiência prática não se mostram tão claros, já que mesmo as necessidades fundamentais de alimentação são dados discutíveis (ROCHA, 2006). No entanto, a partir do estabelecimento de critérios, é válido lembrar

que a experiências de nações desenvolvidas revelam a possibilidade de extinção da pobreza medida de maneira absoluta, uma vez que alguns países já conseguiram esse feito. Entretanto, a eliminação da pobreza sob a ótica relativa se mostra impraticável, embora seja possível atenuá-la de forma substancial.

Ao passo que a abordagem da pobreza subjetiva vem sendo pouco aplicada a países em desenvolvimento por dificuldades na obtenção de dados estatísticos em larga escala. Nesses casos, os estudos tendem a se restringir à pobreza absoluta e à construção de indicadores de necessidades básicas não satisfeitas (RAVALLION, 1997). Avaliações objetivas referem-se à ideia material de bem estar econômico ou de padrão de vida, enquanto isso a abordagem subjetiva ganha espaço por dar mais importância à opinião das pessoas sobre suas condições de bem-estar além do espectro de fatores a serem incluídos, envolvendo também aspectos menos tangíveis como, por exemplo, o acesso a direitos.

Reitera-se, em tempo, que entre as abordagens teóricas, a perspectiva de pobreza absoluta é compreendida como um fenômeno unidimensional e leva em conta unicamente o aspecto da renda:

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. (ROCHA, 2006, p. 12).

Além disso existe facilidade de agregação e comparação de índices entre regiões e países ao se utilizar apenas esta dimensão para medir a pobreza. Porém, conforme adverte Alkire et al. (2015), o seguinte impasse central abriu espaço para a emergência e o reconhecimento da abordagem multidimensional no debate sobre a pobreza: nenhum indicador sozinho pode captar os múltiplos aspectos que a constituem.

Por isso, conforme afirmava Wilber (1975), a pobreza passou gradativamente a ser vista como um sistema, uma abstração-imensurável por si mesma, mas que possui múltiplas propriedades que podem ser medidas. Assim, o conceito de pobreza e suas análises vêm convergindo em direção a uma ampliação da sua percepção para a ideia de que se trata de um fenômeno multidimensional e complexo (CRESPO; GUROVITZ, 2002; CODES, 2005; ROCHA, 2006).

Nas subseções a seguir são abordadas concepções do fenômeno internacionalmente utilizadas como bases para trabalhos, iniciando-se com a visão da subsistência até enfoques multidimensionais do fenômeno, além de expedientes usados para a aferição do fenômeno como linhas de pobreza e indicadores para sua medição.

2.1 UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA REDUZIDA: A POBREZA VISTA PELA ÓTICA DA SUBSISTÊNCIA

A abordagem da subsistência se vincula ao conceito de fome crônica ou permanente que segundo Monteiro (1995) ocorre quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas, resultando em uma das modalidades da desnutrição: a deficiência energética crônica.

O enfoque da subsistência para a pobreza é marcado inicialmente pela já discutida Lei dos Pobres, mas em torno de 1890 passa a ser embasada por pesquisas realizados por nutricionistas na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Com isso, começa um estágio em que os trabalhos sobre essa questão são considerados científicos e suas verificações buscam estabelecer as quantidades de itens alimentares que garantiriam a ingestão mínima de energia e de nutrientes necessários para assegurar a manutenção física, ou seja, a vida de uma pessoa (CODES, 2005, p. 20-21).

Algumas décadas depois, no período pós Segunda Guerra Mundial a visão sobre pobreza dos britânicos é alterada pelo Plano de William Beveridge, seguindo o modelo do "seguro doença" do alemão Otto von Bismarck, como parte de uma concepção específica de políticas públicas que foi denominada de Seguridade Social. Tratava-se de um planejamento com influência Keynesiana que definia a expansão do acesso à assistência, ao afirmar as responsabilidades do estado na manutenção das condições de vida dos cidadãos por meio da regulação da economia de mercado a fim de manter o nível de emprego e da prestação pública de serviços sociais universais como educação, assistência médica e habitação (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 4).

A subsistência é o nível mínimo de sobrevivência humana. O enfoque da pobreza pela subsistência delimita o menor padrão de sobrevivência utilizado no conceito de linhas de pobreza, como veremos em sessão subsequente, e define o limite da “linha de pobreza extrema”. Enquanto isso, o mínimo necessário para essa manutenção física, adicionado ao atendimento de fatores como educação, saúde e vestuário, caracterizam outro patamar de sobrevivência chamado “linha de pobreza”.

Após ser adotada por estados-membros do Império Britânico, a concepção de sobrevivência exerceu grande influência sobre práticas científicas e políticas nacionais e internacionais pelo restante do século passado. Esse conceito ainda é utilizado por várias nações e por agências internacionais até os dias atuais como embasamento para a pobreza absoluta, sendo utilizado por diversos países e instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A abordagem da sobrevivência se fortaleceu com o argumento de que o crescimento nacional da riqueza material seria suficiente para combater as situações de privações, por isso as medidas da pobreza a partir desse enfoque se baseavam exclusivamente nas variáveis renda per capita ou produto interno bruto (PIB). Entretanto, a partir da ampliação de visão da busca do crescimento econômico em direção à promoção do desenvolvimento, processo caracterizado pela variação positiva das variáveis qualitativas em uma sociedade, o foco na sobrevivência sobre a pobreza também tende a ser ampliado.

Desse modo, as críticas à sobrevivência na concepção da pobreza se intensificaram, visto que as pessoas, como se sabe, são seres sociais e não apenas indivíduos que demandam a reposição de suas energias corporais e o seu sustento material mínimo. Outro limite desse ponto de vista é que, mesmo em relação exclusivamente ao nível de subsistência, a medida da necessidade de alimentação não é tão simples, pois, a quantidade e o custo de gêneros alimentícios também variam conforme os papéis sociais desempenhados pelas pessoas, pelos hábitos alimentares e pelos tipos de comida disponíveis em cada sociedade. Por fim, a principal falha na adoção desse enfoque é sua limitação que leva à formulação também restrita de reformas sócio estruturais e de políticas anti-pobreza.

Essas dificuldades levaram à elaboração de abordagens multidimensionais da pobreza a serem apresentadas na próxima subseção.

2.2 A POBREZA COMO FENÔMENO MULTIDIMENSIONAL

Pontos de vista que tratam a pobreza como fenômeno multidimensional vêm ganhando espaço junto a academia, governos e outras entidades. Entendimentos sobre as múltiplas faces da pobreza se estabelecem com o foco nas necessidades humanas e se embasam principalmente no ponto de vista da privação de capacitações de Amartya Sen (1992).

No entanto se ressalta que mesmo com o progresso conceitual alcançado, coexistem mesmo hoje todas as concepções vistas de pobreza. Entretanto, atualmente, há uma tendência a não se abordar a pobreza apenas a partir de um caráter unidimensional da renda, visto que medidas multidimensionais da pobreza são mais amplas.

A necessidade de privilegiar abordagens multidimensionais se dá porque concepções mais abrangentes levam a diagnósticos também mais completos do fenômeno, o que pode contribuir para a elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenção de combate à pobreza mais efetivas (COSTA; COSTA, 2014, p. 77) em oposição a trabalhos baseados exclusivamente na ótica monetária que fornecem uma avaliação parcial e incompleta do fenômeno.

Perspectivas da pobreza multidimensional fundamentadas nas necessidades humanas, na privação relativa e na privação de capacitações são tratadas na sequência deste texto.

2.2.1 O foco nas necessidades humanas

O PIB *per capita*, comumente usado como proxy de nível de desenvolvimento econômico dos países, mostrava-se, cada vez menos apropriado como medida representativa de bem estar social (JANNUZZI, 2003). Com isso, chega-se à compreensão de que a condição social em que vivem as pessoas poderia ser mais bem avaliada a partir do enfoque da pobreza nas necessidades humanas e não apenas no aumento da produção e consumo de bens e serviços. Tal abordagem pode ser sistematizada em três estágios de desenvolvimento, conforme afirmam Bagolin e Ávila (2006), além de Silva (2009).

Na primeira etapa, o conceito por trás das necessidades humanas se relacionava com necessidades tão naturais e espontâneas como pré-requisitos para as exigências morais, culturais e de sobrevivência. Sendo consideradas importantes, pois poderiam dar aos indivíduos a oportunidade de desenvolver capacidades humanas e potencialidades.

Já no segundo estágio, as necessidades humanas foram apresentadas na conhecida Teoria das Necessidades Básicas (TNB), na qual a ideia que prevalecia era fazer uso das necessidades humanas como estratégia para o desenvolvimento de políticas para a redução da pobreza. Nesse período, entidades, especialmente aquelas que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabeleceu metas de atendimento das necessidades humanas em escala mundial (ROCHA, 2006, p. 20), e do Banco Mundial assumiram as bandeiras da TNB, no entanto devido a razões práticas, as ideias das necessidades humanas ficaram mais centradas na implementação da promoção de recursos e posse de mercadorias do que em aspectos mais essenciais.

Nessa fase, observada até o final da década de 1970, a TNB atingiu o auge no impacto sobre políticas, porém na década seguinte passou por um período de marginalização, em que as principais críticas a esta abordagem se relacionavam à redução do conceito aos seus aspectos operacionais e à formulação de políticas que promoviam apenas a melhoria da posse de commodities.

Nesse sentido, Sen (1984, 1985, 1994) fazia as seguintes críticas sobre as necessidades básicas: são geralmente definidas em termos de commodities; as mercadorias são avaliadas como se tivessem o mesmo valor para todas as pessoas; as necessidades básicas são interpretadas em termos de necessidades mínimas; necessidade era colocada como um termo passivo; A Teoria das Necessidades não trabalha contra desigualdades; A TBN não atribui nenhuma importância explícita à questão da liberdade positiva, e tende a identificar os requisitos de commodities independentemente de características pessoais e circunstâncias externas.

Contudo, para Salama e Valier (1997), as necessidades básicas não satisfeitas definem o conceito de pobreza estrutural, e se aproxima mais da noção de pobreza absoluta.

Enquanto isso, na terceira fase das necessidades humanas se deu tanto um aprimoramento ou evolução da TNB como um fortalecimento de críticas às limitações da Teoria até então observadas. Esse debate que abrangia questões de ética e desenvolvimento marca o surgimento de duas novas abordagens: Teoria das Novas Necessidades Humanas e a Abordagem das Capacitações.

O foco nas necessidades humanas, mais especificamente nas necessidades básicas tem o mérito de ter sido o primeiro passo para a ampliação do conceito de pobreza na perspectiva multidimensional. No geral, embora essa abordagem tenha promovido a ampliação do entendimento da pobreza relacionada a serviços institucionais e conceitos mais subjetivos, por enfatizar recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais, ainda era considerada apenas como uma extensão ampliada da abordagem de subsistência.

Assim, a concepção das necessidades humanas apresenta algumas limitações como a discussão insuficiente sobre sua escala, escopo ou interrelações. Além disso, tal concepção possui baixo potencial para descobrir e avaliar condições e situações de grupos específicos de cidadãos como as severas situações de privações vivenciadas por minorias étnicas, mulheres, idosos, crianças e pessoas com incapacidades, por exemplo, inadequadamente incorporadas neste enfoque (CODES, 2005). Além disso, ainda que se considerem apenas algumas necessidades como essenciais, que deveriam ser satisfeitas por qualquer pessoa e em qualquer lugar, a variação da distribuição e da estrutura dos recursos, assim como a satisfação das necessidades se diferenciam quando se compara as diversas nações e realidades.

A parte a seguir aborda a pobreza como privação relativa, conceito definido por meio do padrão de vida de uma sociedade, levando em consideração como as necessidades são supridas na sociedade em que o indivíduo está inserido.

2.2.2 A Pobreza como privação relativa

O termo “privação relativa” começou a ser usado em meados do século XX em estudos que tentavam explicar porque alguns soldados veteranos do exército estadunidense estavam descontentes, mesmo tendo boas condições materiais de vida no retorno a aquele país. Isso chamou a atenção para a existência de diferenças de sentimentos intergrupais e diferenças entre sentimento e realidade (CODES,

2005). Mas, somente nos anos 1980, por razões científicas e políticas, é que se observa um maior reforço para a análise da estrutura social e institucional que condiciona a pobreza, passando esta a ser entendida como privação relativa e recebendo o conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando a comparações entre estudos internacionais, que enfatizassem o aspecto social.

A pobreza como privação relativa se estabelece por comparação entre o padrão de vida de uma pessoa e o das demais de uma mesma sociedade. Assim, o fenômeno tem a ver com a maneira como diferentes necessidades são supridas por um indivíduo em relação aos demais dentro do mesmo contexto social em que vivem, possuindo relação direta com o conceito de desigualdade.

Pela abordagem relativa da pobreza é necessário que se pondere as especificidades de cada situação, pois diferentes países apresentam tradições culturais e níveis de desenvolvimento distintos. Assim, tanto a definição de um conceito de pobreza e como a escolha de procedimentos de mensuração adequados precisam resultar de uma análise cuidadosa de cada realidade social específica, de modo que se possa identificar as características essenciais da pobreza em determinada sociedade (ROCHA, 2006).

O enfoque relativo de pobreza se mostra necessário, pois “as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais e individuais (moradia, alimentação, renda), mas incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc.” (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 113-114). Em consonância com Townsend (1993), para quem as privações relativas podem ocorrer em qualquer esfera da vida ou em todas elas, podendo se dar nas diversas atividades sociais e individuais em que os diversos papéis sociais são desempenhados.

Outra aspecto importante nos estudos sobre pobreza como privação relativa segundo Codes (2005) é a necessidade de consideração dos efeitos da ação do tempo, pois pessoas vivendo no presente podem não estar sujeitas às leis e obrigações de períodos anteriores. Isso resulta de fatores como: mudanças em vários países nos padrões de vida, nos hábitos e em padrões de associação; entrada de novas *commodities* e saída ou modificação de antigas matérias-primas no mercado; papéis sociais que se mesclam, expandem-se e realocam-se; hábitos que surgem,

mudam ou são extintos; e modificação na divisão entre trabalho pago e não remunerado, assim como em mudanças na própria natureza do trabalho.

Pode-se afirmar que “em muitos casos, as situações de pobreza estão associadas a um conjunto complexo que os antropólogos costumam chamar de cultura e que os médicos denominam de síndrome” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 97). O que indica que as privações não se tratam de dificuldades de causas simples e tratamento também simples, através da manipulação de uma ou duas variáveis, mas de situações muito mais complicadas.

Observe-se também que o caráter relativo do fenômeno abre espaço para que a discussão se dirija para a identificação da pobreza com a questão da negação dos direitos de cidadania, impondo-se o desafio de que se criem sociedades mais igualitárias, sendo esse o parâmetro a ser utilizado para avaliar a qualidade do desenvolvimento que se deve perseguir. “Assim, a busca de uma sociedade mais justa e igualitária e, por consequência, o enfrentamento da pobreza passam pela defesa dos direitos de cidadania para todos” (CODES, p. 28, 2005).

A relatividade da pobreza surge em decorrência da preocupação com as desigualdades sociais. Entretanto, algumas críticas ao enfoque da privação relativa, como se vê em Crespo e Gurovitz (2002) são as de que, apesar de ser uma conceituação mais elaborada e ampla, ela apresenta mais dificuldades em sua operacionalização, levando-se em conta a necessidade de definição da extensão e da severidade da não participação das pessoas que sofrem a escassez de recursos. Além disso, esse conceito também gera ambiguidade no uso dos termos pobreza e desigualdade que, como se sabe, não são sinônimos.

Aliás, sobre a problemática de classificar a pobreza por meio de comparações, Amartya Sen (1983, p. 159) chama a atenção que o fato de algumas pessoas terem um padrão de vida mais baixo do que outras é certamente prova de desigualdade, entretanto ressalta que isto por si só não pode ser uma prova de pobreza, a não ser que se saiba algo mais sobre o padrão de vida que essas pessoas realmente apreciam. O autor contextualiza essa ideia dizendo que seria absurdo chamar alguém de pobre só porque essa pessoa tinha meios de comprar apenas um Cadillac por dia, quando os outros daquela comunidade podiam comprar dois desses carros por dia.

Fizeram oposição ao ponto de vista da pobreza como privação relativa, instituições multilaterais de crédito como o Banco Mundial, porque defendiam a tese conhecida como Consenso de Washington, em oposição à necessidade de cuidado com as questões relacionadas à desigualdade social, segundo a qual com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria favorecendo também os pobres (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Assim, a próxima subseção dedica-se a abordagem das capacitações de Sen que possibilita compreender, entre outros pontos, os efeitos que as privações podem ocasionar na vida de uma pessoa.

2.2.3 A abordagem da privação de capacitações

A abordagem da pobreza como privação de capacitações formulada por Amartya Sen, economista e filósofo indiano laureado com o Nobel de Economia de 1998, trouxe contribuições relevantes para a compreensão deste fenômeno. Sen (1988) amplia o ponto de vista da pobreza como privação relativa, ao inserir a reflexão sobre esse fenômeno no campo de pensamento sobre justiça social, igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social.

Por este ponto de vista, as vantagens individuais podem ser medidas através das capacitações que uma pessoa possui, o que significa, dizer pelas liberdades substantivas de que ela usufrui para levar o tipo de vida que valoriza. Assim sendo, a abordagem da pobreza não deve ser relacionada com o critério tradicional monetário, mas deve ser interpretada como a privação das chamadas capacitações básicas.

Para o autor, uma renda inadequada não deixa de ser forte condição condicionante de uma vida pobre:

[...] a perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (SEN, 2000, p. 120).

No entanto, é o bem-estar que assume centralidade no enfoque da pobreza como privação de capacitações. Nele, a medida das privações não deve ter como critérios nem a utilidade nem a posse de commodities. O autor considerada a pobreza

em um espaço comum de capacidade e funcionamento, e não no espaço de renda ou recursos, bens primários, utilidade ou felicidade. Segundo Sen:

O conceito de “funcionamentos”, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio.

A “capacidade” [*capability*] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos. (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). (SEN, 2000, p. 104-105).

Como exemplo da diferença entre funcionamentos e capacitações, o autor traz como exemplifica a seguinte situação hipotética:

[...] uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda. (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda). (SEN, 2000, p. 105).

Assim, a ideia de funcionamento está vinculada ao poder, potencial ou capacitações que uma pessoa tem para realizar aquilo que valora e representa um modo de levar a vida adiante. Desta forma, a capacitação figura como as combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Dessa forma, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade para ter estilos de vida diversos (CODES, 2005).

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas tem razão para buscar e correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins. (SEN, 2000, p. 123).

Na prática, enquanto “os funcionamentos fazem parte dos elementos constituintes do bem-estar. A capacidade reflete a liberdade para buscar esses elementos constitutivos e pode até ter um papel direto no próprio bem-estar, na medida em que decidir e escolher também são partes do viver” (SEN, 1992, p. 81-82).

Para Sen (2000), as liberdades são os fins primordiais do desenvolvimento e os seus meios principais também. Sen elenca cinco tipos distintos de liberdades

instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

As liberdades devem estar asseguradas nas sociedades democráticas e se interrelacionam com as condições econômicas, sociais e políticas envolvendo múltiplas instituições e agentes de forma interativa (SEN, 2000, p. 11). Estas interações promovem o fortalecimento mútuo das diferentes formas de liberdade pois liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica e oportunidades sociais facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas podem ajudar a gerar renda individual, além de recursos públicos para os serviços sociais.

Salama e Destremau (1999) sintetizaram o conceito de pobreza pela abordagem das capacitações da seguinte maneira:

Trata-se, pois, de uma abordagem qualitativa que, sem negligenciar o possuir material, dá ênfase a valores de realização e de liberdade, com os funcionamentos representando um modo de se levar a vida, as capacidades [capacitações] e as diversas oportunidades que se apresentam a uma pessoa e entre as quais ela escolhe. No enfoque das capacidades [capacitações], nem a utilidade, nem o rendimento pode ser identificado com o bem-estar. A definição de pobreza não pode, portanto, se basear no fraco nível de um ou de outro, mas, de preferência, na inadequação dos meios econômicos referentes à propensão das pessoas em convertê-las em capacidades [capacitações] de funcionar, e isto num ambiente social, econômico e cultural particular. (SALAMA; DESTREMAU, 1999, p. 79).

Na abordagem da pobreza como privação de capacitações se considera a sociedade que está sendo objeto de estudo, uma vez que as privações variam de sociedade para sociedade. No entanto, deve-se ressaltar a existência de privações consideradas graves, independentemente da sociedade onde elas ocorram, constituindo-se a superação de problemas como a fome e das necessidades essenciais não satisfeitas, parte central do processo de desenvolvimento.

A abordagem das capacitações trouxe progresso aos estudos de pobreza por permitir avaliar e valorar o bem-estar e o alcance da liberdade de um indivíduo, grupo ou sociedade. Deste modo, tal enfoque amplia a visão restrita ao crescimento da renda e se consolida como principal embasamento para a pobreza como fenômeno multidimensional.

A aplicação da abordagem da privação de capacitações foi marcada pela formulação e uso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que será tratado junto a outras formas de medidas da pobreza na próxima subseção.

2.3 EXPEDIENTES PARA A AFERIÇÃO DA POBREZA

Os conceitos de pobreza são diversos, por isso os critérios para a escolha do modo mais adequado para medir esse fenômeno variam de acordo com a abordagem que se leva em consideração e do objetivo que se pretende alcançar. Saber qual noção de pobreza fundamenta a aferição é importante porque o número e as características dos pobres variam conforme as definições adotadas (MARIN; GLASENAPP; OTTONELLI, 2013).

As principais características esperadas para um índice de pobreza são: deve ser compreensível e fácil de descrever; estar em conformidade com as noções de senso comum da pobreza; ser capaz de atingir os pobres, acompanhar as mudanças e orientar política; ser tecnicamente sólido; operacionalmente viável e facilmente replicável (WBI, 2005).

A seguir serão apresentados alguns dos principais métodos utilizados no decorrer do tempo para a aferição da pobreza, iniciando-se pela descrição das linhas de pobreza, passando-se em seguida para a exposição de índices que levam em conta apenas a renda na identificação dos pobres, ou seja, as medidas unidimensionais de pobreza; e na sequência serão introduzidos os índices que levam em conta aspectos que vão além da renda econômica, sendo medidas multidimensionais de pobreza.

2.3.1 O recurso das linhas de pobreza

A linha de pobreza é um termo utilizado para descrever o nível mínimo, geralmente de renda, com o qual uma pessoa ou uma família possui condições de obter os recursos necessários para viver em determinado período de tempo. As linhas podem ser classificadas como: parâmetro absoluto de privação, linhas de pobreza relativa, linhas oficiais de pobreza e linhas subjetivas de pobreza.

A renda continua sendo a condição isolada mais usada para a mensuração das condições de vida de uma pessoa ou família nas economias de mercado e isso vem sendo justificado “pelo argumento de que a falta de recursos é altamente correlacionada com outras carências concomitantes, impostas pela pobreza” (CODES, 2005, p. 46).

Assim, a abordagem estatística clássica, conforme Salama e Valier (1997), define a pobreza a partir da determinação de patamares de renda e apresenta um valor mínimo que indivíduos ou famílias precisam possuir para serem considerados não pobres e todos aqueles que não atingem esse mínimo estipulado são considerados pobres.

Os dados para medidas da pobreza através da renda pela linha de pobreza, costumam ser baseados na fração de uma população em estudo que precisa de recursos para adquirir uma determinada cesta básica. e se caracteriza como pobreza para a situação em que o indivíduo (família) se encontra em condição inferior à linha de pobreza e se fala em extrema pobreza (ou pobreza absoluta) quando se posiciona abaixo da linha de indigência ou miséria. Nesse sentido,

Desde os primeiros estudos empíricos com o objetivo de medir pobreza como insuficiência de renda [Rowntree (1901)], tem havido a preocupação de, ao estabelecer o valor da cesta alimentar básica (linha de indigência) ou das necessidades totais de consumo no âmbito privado (linha de pobreza), levar em conta, explicitamente, os hábitos de consumo da sociedade em questão. (ROCHA, 2006, p.2).

A linha de indigência se refere à renda necessária para a alimentação, ou seja, para a reprodução calórica do indivíduo, já a linha de pobreza é obtida pela aplicação do chamado multiplicador de Engel a fim de se agregar as despesas indispensáveis ao vestuário, transporte, educação, saúde e moradia. Segundo Hoffmann (1998), um método simples e comumente utilizado consiste em multiplicar o valor da linha de indigência por dois, admitindo-se que a alimentação corresponde à metade das despesas essenciais, observa-se um caráter arbitrário inerente a este artifício metodológico.

Uma das dificuldades conhecidas de se usar a renda na aferição da pobreza é o fato de algumas pessoas não prestarem informações corretas sobre esses valores, geralmente informando rendimentos inferiores, o que leva a uma superestimação da quantidade de pobres. Para superar essa situação indesejada, costuma-se usar como alternativa à renda em pesquisas empíricas, o consumo familiar, já que o nível de consumo é um parâmetro mais estável do que o rendimento e pode retratar de maneira mais fidedigna o padrão de vida de uma família (CODES, 2005, p. 47).

Sobre tais medidas, Rocha (2006) chama atenção para o desenvolvimento dos sistemas estatísticos nacionais no período pós-guerra, envolvendo frequentemente a

realização das chamadas Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), que passa a fornecer a base de dados necessária para a evolução do consumo arbitrado ou, no caso dos alimentos, eventualmente do consumo otimizado para estruturas de consumo observadas.

Outro procedimento comum nesse campo é a comparação dos níveis de pobreza entre países, para o qual é necessária uma homogeneização de dados como o número de calorias diárias e o já mencionado coeficiente de Engel. Além disso, não se deve utilizar a taxa de câmbio oficial para a unificação das referidas linhas, pois o preços de produtos em uma nação costuma apresentar variações significativas entre as diferentes nações, por isso se recorre a uma taxa de câmbio especial, denominada paridade do poder de compra (PPC), um indicador utilizado para comparar as diferentes moedas, de modo a medir quanto cada uma delas verdadeiramente vale a partir do seu objeto-fim: a compra. Em geral ela é, de forma convencionada, comparada com o dólar e pode valer mais ou menos do que ele.

A definição das linhas, mesmo aparentando ser uma empreitada simples, desempenha papel central na determinação da incidência de pobreza e sempre gerou discussão entre pesquisadores e adeptos dessa abordagem. Alguns defendem o emprego de uma linha de pobreza absoluta com base nas necessidades mínimas de sobrevivência, outros defendem a determinação de uma linha de pobreza relativa, embasada nas condições de vida predominantes na sociedade da análise. E outros defendem as linhas subjetivas de pobreza que levam em consideração os padrões vigentes de determinada sociedade e época, incluindo necessidades culturais.

O indicador monetário utilizado nas linhas de pobreza apresenta como fragilidade, justamente a suposição de que a renda é o único e suficiente meio relevante ou uma proxy dos outros meios para a satisfação das necessidades e acesso aos bens e serviços considerados essenciais em uma dada sociedade, em dado momento (COSTA; COSTA, 2014).

2.3.2 Indicadores de pobreza

As medidas de pobreza são exemplos de indicadores sociais utilizados para a aferição das privações sofridas pelas pessoas. Segundo Januzzi (2003), um indicador social é uma medida geralmente quantitativa dotada de significado social substantivo

que é usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico, para pesquisa acadêmica, ou programático, para formulação de políticas.

Assim sendo, os indicadores de pobreza são instrumentos operacionais importantes por permitirem a realização de estudos sobre os determinantes da pobreza e sobre as mudanças da sociedade relacionadas este fenômeno. Além disso, também são instrumentos úteis tanto para subsidiar ações de planejamento e formulação de políticas públicas por governos, como para uso pela sociedade civil para monitoramento das carências sofridas pela população.

Em regra, os valores considerados adequados ou satisfatórios para os índices de pobreza amplamente utilizados são estabelecidos por organizações internacionais. A constituição de indicadores amplos tem possibilitado a comparação entre as nações, estimulando iniciativas nacionais e orientando as ações de ajuda internacional aos países mais pobres.

As medidas a seguir vêm sendo utilizadas por diversas instituições como principais índices empregados para a mensuração da pobreza das nações do globo nas últimas décadas. Tais indicadores são úteis também como referências para experiências de construção de medidas locais das privações relacionadas a esse fenômeno.

Proporção de Pobres (H)

Entre as medidas que possuem como base a abordagem monetária para definir pobreza, o indicador de pobreza mais simples e mais utilizado é a proporção de pobres (H) que é definido pela relação entre o número de pobres ou de famílias pobres (q) e o número total de habitantes ou de famílias (n).

Sua representação matemática é: $H = q / n$.

No entanto, apesar de ser muito útil, esse indicador é limitado por causa do próprio modo como é construído, visto que fornece apenas uma medida indireta do fenômeno, além de ser uma medida que capta a extensão da pobreza, mas não sua intensidade. Outros limites do indicador proporção de pobres, conforme afirmam Salama e Valier (1997) são: tende a superestimar a extensão da pobreza nos países menos avançados por levar em consideração apenas a renda monetária, entretanto

sabe-se que a renda não monetária é importantes especialmente na área rural, assim como a solidariedade, ou seja, a ajuda mútua que em certa medida pode atenuar a condição de pobreza. Aliás as necessidades do campo e da cidade são diferentes em relação a fatores como o transporte, com maiores gastos na área urbana, e a saúde menos impactada por exemplo em relação à menor poluição nas regiões rurais.

Índice de pobreza de Sen

Ainda entre as medidas que tem como base a abordagem monetária para definir pobreza se destaca o trabalho que desenvolveu o Índice de pobreza de Sen (1976), representado por P , com variação entre 0 (quando não há pobreza) e 1 (quando todas as pessoas têm renda igual a zero), levando em consideração a extensão e a intensidade da pobreza, além da desigualdade de renda entre os pobres por sua associação com o Índice de Gini.

$$P = \frac{2}{(p+1)nz} \sum_{i=1}^p (z - x_i)(p+1-i)$$

Porém, devido a essa associação com o índice que revela a desigualdade, o índice de pobreza de Sen não apresenta a propriedade de decomposição.

Família de Índices FGT (φ)

Um novo marco no desenvolvimento de medidas de pobreza foi o trabalho que apresentou a classe de indicadores Foster, Greer e Thorbeck, conhecida como Família de Índices FGT (1984), representado por φ , uma classe de indicadores que como o Índice de Sen é função da extensão (H) e a intensidade da pobreza (I), além da desigualdade de renda entre os pobres. Além disso, também varia entre 0 e 1, e têm a importante e desejável propriedade de possibilidade de decomposição.

$$\varphi(\alpha) = \frac{1}{nz^\alpha} \sum_{i=1}^p (z - x_i)^\alpha, \alpha \geq 0$$

Contudo, com o progressivo desgaste da renda como indicador de nível de desenvolvimento socioeconômico e de pobreza, diferentes pesquisadores e organismos internacionais passaram a propor indicadores multidimensionais, que levam em consideração diversas faces do fenômeno.

A principal contribuição das abordagens multidimensionais da pobreza é sua utilização para as necessárias elaborações de políticas públicas mais completas e complexas para o enfrentamento das diversas dimensões apresentadas pela pobreza. Assim, embora medidas multidimensionais, como as vistas a seguir, apresentem maior dificuldade de operacionalização quando comparadas à insuficiência de renda como indicador, diagnósticos pautados em concepções multidimensionais são importantes para informar políticas anti-pobreza mais abrangentes e que contribuam de forma mais efetiva para a sua eliminação.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Desde o início da década de 1990, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) tem se empenhado em apresentar medidas para refletir o desenvolvimento humano que se constituam em alternativas às medidas de renda.

Criado em 1990 por Amartya Sen e Mahbub ul Haq, sendo publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) desde 1993, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é, a longo prazo, uma medida resumida do progresso em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Adaptações do IDH também vêm sendo usadas por organizações locais para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados e municípios, por exemplo.

Outros dois índices trazidos no RDH para a medida de desenvolvimento. O primeiro deles é o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), adotado desde 1995 pelo PNUD para avaliar as diferenças de desenvolvimento humano entre homens e mulheres nas seguintes dimensões e variáveis: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Quanto maior for a desigualdade, maior é a diferença entre o IDG e o IDH. O outro índice é o IDH ajustado à desigualdade (IDHAD), índice divulgado desde 2010 com a finalidade de computar as perdas no desenvolvimento humano impostas pela existência de desigualdades nacionais em cada uma das três dimensões do IDH pois, por apresentar médias, o IDH não refletia as desigualdades entre os indivíduos de uma determinada nação.

Indicador de Pobreza de Capacidades (IPC)

As medidas de pobreza como fenômeno multidimensional são publicadas a partir da apresentação do Indicador de pobreza de Capacidades (IPC), inovação do RDH de 1996 apresentado com o objetivo de complementar as medidas de pobreza baseadas na renda e média de pobreza com foco nas capacitações baseado em três indicadores não monetários: o primeiro relacionado à saúde representado pela proporção de crianças subnutridas que tenham menos de cinco anos, o segundo relacionado à educação e representado pela taxa de alfabetização das mulheres, e, por fim, o terceiro indicador relacionado à reprodução e representado pela proporção de nascimentos sem assistência de pessoal capacitado.

Índice de Pobreza Humana (IPH)

No ano seguinte, o RDH de 1997 trouxe o Índice de pobreza Humana (IPH) como uma reformulação do Índice de Pobreza de Capacidades. Mesmo mantendo as fundamentações gerais do IPC, o novo IPH alterava as variáveis utilizadas na construção dos resultados, relacionando-as com as mesmas três dimensões do índice de desenvolvimento humano: saúde, educação e padrão de vida. Contudo, em vez de usar a renda como o IDH faz, o IPH utiliza indicadores de má nutrição e de falta de acesso aos serviços de saúde e de água potável com a finalidade de incorporar medidas não só de falta de renda privada que leva à fome, como também de falta de renda pública que leva à falta de serviços de saúde pública e de fornecimento de água. Além disso, de forma inversa ao que faz o IDH, o IPH mede privações e não realizações.

A diferença entre o IDH e o IPH está no fato de que o primeiro analisa as condições de toda a população (global) e o segundo analisa apenas os aspectos de determinada população pobre (focal). Dessa forma, contrariamente ao IDH, o IPH não se baseia em valores médios e o seu resultado pode ser visto como percentual da população que apresenta as características de pobreza. (ROLIM, 2004, p. 518).

O IPH não proporcionava, contudo, a desagregação dos dados para indivíduos específicos, famílias ou grupos maiores de pessoas que sofressem privações em conjunto. Ele utilizava apenas as médias do país para refletir privações agregadas em suas dimensões.

Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

A partir de 2010, o Índice de pobreza Multidimensional (IPM) passou a ser utilizado para substituir o IPH no relatório da agência da ONU. Essa nova medida

para a pobreza multidimensional capta quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em média. Além disso, o índice também pode ser discriminado por dimensão para mostrar como modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões ou grupos étnicos, trazendo implicações úteis para as políticas públicas (MARIN; GLASENAPP; OTTONELLI, 2013).

O IPM também é composto por três dimensões de forma semelhante às do IDH. Ele contabiliza o número médio de privações que cada família pobre sofre através de três variáveis: incidência da pobreza ajustada (M^0), resultado da contagem da pobreza multidimensional e que corresponde ao número de pessoas multidimensionalmente pobres; incidência da pobreza (H^0) que reflete a porcentagem da população que é pobre; e o hiato médio da pobreza (A^0) que corresponde à intensidade da pobreza.

2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A POBREZA NO BRASIL

A pobreza no Brasil é parte de uma herança histórica marcada por injustiça social que ainda exclui parte significativa da população brasileira e impossibilita seu acesso as condições mínimas de dignidade humana, impondo ao país o desafio de enfrentar e superar esse fenômeno. Observa-se, nesse sentido, que mesmo registrando um longo período de fracasso no enfrentamento do problema, é animadora a constatação de que nas últimas décadas, as políticas nacionais de combate à pobreza proporcionaram uma redução sustentada do fenômeno, levando à conquista dos menores índices já registrados de pobreza no Brasil.

As raízes da pobreza brasileira se sustentam no processo histórico-político de formação da economia nacional, tendo suas origens caracterizadas pela concentração da riqueza entre poucos proprietários e relacionadas com a prioridade da produção voltada para o mercado exportador de matérias-primas como açúcar, ouro e café. Tais fatos possibilitam a visualização da relação inequívoca entre mão-de-obra escravidão, colonialismo e pobreza.

Além disso, no período mais recente, o aprofundamento dos elevados níveis de privações que afligem a sociedade continuam encontrando seu principal determinante na manutenção de uma estrutura de desigualdades nas condições de

vida das pessoas, de distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social do povo brasileiro.

Tudo isso fazia com que o Brasil em 2019, embora classificado como a nona maior economia do planeta, segundo o FMI, considera Balassiano (2020), ainda fosse um dos países que apresentavam o maior número de pessoas vivendo em situação de pobreza. No referido ano, quase 52 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza, estando mais de 13 milhões destes em condição de extrema pobreza de acordo com os critérios do Banco Mundial (IBGE, 2020).

Sobre a mitigação da pobreza no Brasil, são reconhecidos resultados positivos do esforço nacional empenhado, especialmente a partir da primeira década do presente século. São iniciativas bem sucedidas que promoveram a retirada de milhões de pessoas da condição de extrema pobreza e de pobreza monetária no país. Por outro lado, ainda é evidente a necessidade de superação das várias privações observadas nas condições de vida da população, o que exige uma ampliação dos bem sucedidos programas de transferência de renda experimentados para a também indispensável melhoria de questões como educação, saúde e condições de vida da população.

Deste modo, a busca pela superação da pobreza no Brasil, impõe a necessidade de se conhecer a extensão e a intensidade desse fenômeno no país. E é sobre isso que trata a parte seguinte deste trabalho.

2.4.1 Um país de muitos pobres

No Brasil não existe consenso para uso de uma linha de pobreza oficial. Essa é uma das razões para haver tantos trabalhos que utilizam suas próprias referências nos cortes de classificação que, muitas vezes, apresentam diferenças na escolha de um padrão em detrimento de outros sem especificar os motivos.

A definição de determinado indicador em detrimento de outros, assim como de linhas definidas para cortes de classificação da população pobre, não é questão apenas de simples opção por esta ou aquela medida, pois tais escolhas apontam a quantidade existente de pobres no país, assim como os recursos que o estado deveria alocar para o enfrentamento da pobreza.

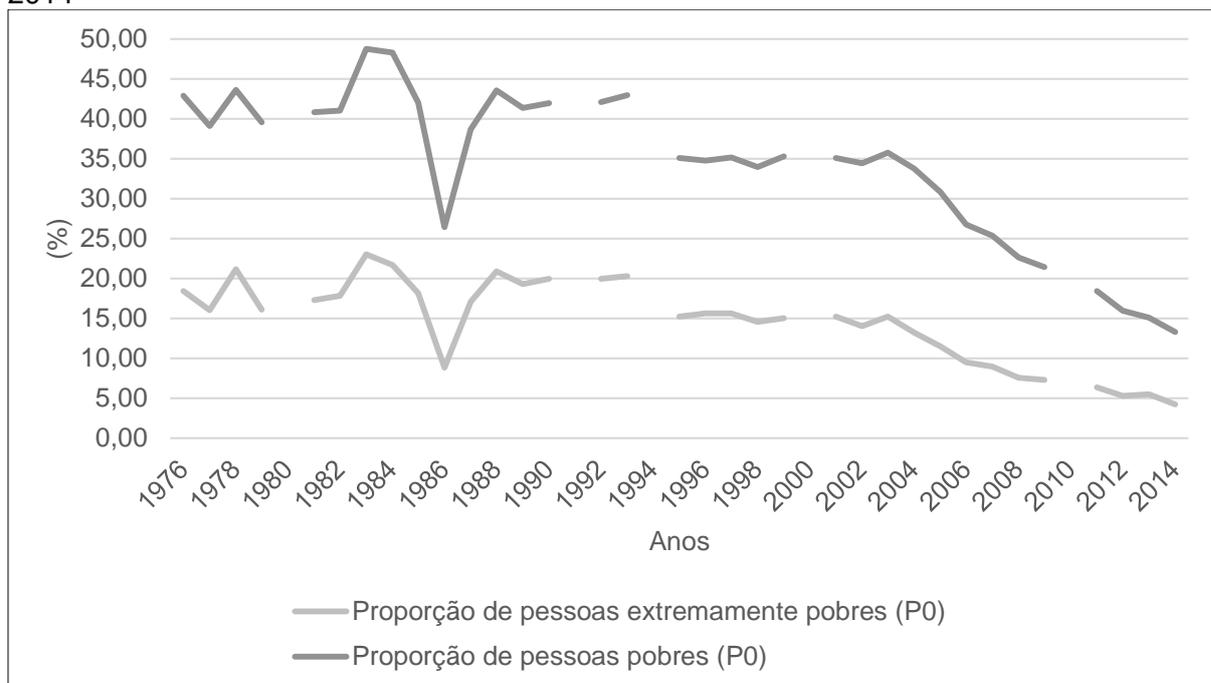
A seguir é feita uma discussão sobre a pobreza e suas medidas no Brasil, iniciando-se pelo ponto de vista monetário e em seguida se tratando da medida multidimensional da pobreza.

A insuficiência de renda entre os brasileiros

Os governos brasileiros apresentam inclinação para dimensionar a população em situação de pobreza pela insuficiência de renda. Perspectiva metodológica em que um indivíduo é considerado pobre se sua renda disponível ou seu dispêndio total for menor que um dado valor monetário normativamente estabelecido, o valor da linha de pobreza, que representaria o custo de todos os produtos e serviços considerados básicos para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e de consumo.

Uma medida de como evoluiu a pobreza extrema e a pobreza sob a ótica monetária no Brasil, entre 1976 e 2014 (Gráfico 1), pode ser reconstruída a partir da análise das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD's), já que elas permitem a elaboração de um conjunto de indicadores sociais que retratam, entre outros pontos, a evolução da estrutura da distribuição dos padrões de vida e da apropriação de renda dos indivíduos e das famílias brasileiras no decorrer do período em tela. Utilizando-se, para este caso, uma linha de pobreza que corresponde ao dobro da linha de pobreza extrema, medida baseada em necessidades calóricas a partir de uma estimativa sustentada em recomendações da FAO e da OMS.

Gráfico 1 - Percentual de pessoas extremamente pobres e pobres na população, Brasil, 1976-2014



Fonte: IPEA, elaboração própria (2021).

Observa-se inicialmente que nos anos de realização dos censos demográficos não se tem valores representados, pois nesses períodos a PNAD não era feita, assim como no ano de 1994 quando a pesquisa também não foi efetivada por motivo excepcional.

Além disso, ao longo das duas primeiras décadas, a intensidade da pobreza manteve um comportamento de relativa estabilidade, com a porcentagem de pobres oscilando entre aproximadamente 39% e 44% da população, com flutuações associadas, sobretudo, à instável dinâmica macroeconômica do período. O grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante a recessão do início dos anos 80, em 1983 e 1984, quando a porcentagem de pobres alcançou quase 50% da população.

Marcam ainda essa série temporal, apenas duas contrações concentradas nos momentos de implantação dos planos de estabilização da economia Cruzado, em 1986, e Real, em 1994. No primeiro pacote econômico a breve redução da pobreza ocorreu como resultado da combinação do aumento real do salário mínimo e congelamento de preços dos alimentos, fazendo a porcentagem de pobres cair abaixo dos 30%. E no caso do Plano Real, baixando o percentual de pobres para valores próximos de 35%, tendo sido a intensidade da queda na magnitude da pobreza ocorrida após 1994 menor portanto do que em 1986. No entanto, a queda registrada

no governo de José Sarney, não gerou resultados sustentados, com o valor da pobreza retornando no ano seguinte ao patamar vigente antes da implantação do Plano. Enquanto isso,

Com a recuperação econômica a partir de 1993, o sucesso da política de estabilização monetária do Plano Real e o forte choque de oferta de alimentos no governo Fernando Henrique – via importação e depois pelos ganhos de produtividade na agricultura –, uma parcela significativa da população até então sujeita à insegurança alimentar mais grave pôde ter acesso ao consumo mais regular de alimentos. (JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2012, p. 55.).

No período entre os anos de 2000 e 2003 a porcentagem de pobres permaneceu estável em torno do patamar de 34%, observa-se um comportamento de redução contínua e sustentada dos percentuais de pobreza entre os anos de 2004 e 2014, período em que a taxa foi reduzida de 33,71% para 13,29%. Aqui o percentual de pobres atingiu o menor valor da série histórica durante os governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff. Esse período corresponde aos anos seguintes à implantação da política de transferência de renda e valorização do salário mínimo do governo federal, sendo uma evidência dos efeitos positivos da renda do trabalho e dos aportes sociais como o Programa Bolsa Família (PBF).

Os resultados das PNADs revelam que ao final da série representada, em 2014, mesmo com as festejadas reduções nos índices de pobreza no Brasil, cerca de 8,19 milhões de brasileiros ainda eram classificados como extremamente pobres e 25,89 milhões como pobres.

Alguns estudos (BARROS et al, 2006; JANNUZZI; MARTIGNONI; SOUTO, 2012; AZEVEDO, 2013) confirmam as contribuições da melhoria das redes de proteção social do país, conforme se observa na Tabela 1, que mostra a composição relativa da renda dos estratos sociais do Brasil para 2003 e 2011.

Tabela 1 - Composição relativa da renda para os estratos sociais: Brasil, 2003 e 2011

Fontes de renda	Extremamente pobres (%)		Pobres (%)		Vulneráveis (%)		Não pobres (%)		Total (%)	
	2003	2011	2003	2011	2003	2011	2003	2011	2003	2011
Trabalho	75,6	33,2	77,4	66,9	76	72,5	76	78	76,1	76,6
Previdência	5,8	1,2	13,8	9,3	19,1	19,9	18,3	17,6	18,3	18
BPC	0,5	0,1	0,7	1,6	0,3	1,8	0	0,2	0,1	0,6
PBF	10,5	60,9	3,1	17,6	0,4	2,5	0,1	0,1	0,3	0,9
Outras	7,7	4,6	5,1	4,7	4,2	3,2	5,5	4,1	5,2	3,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Renda per capita (R\$ de 2011)	42,92	38,74	104,4	109,84	301,3	338,3	1.451,32	1.443,89	546,63	770,4

Fonte: IPEA (2014).

A tabela acima possui dados do estudo “Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania” (IPEA, 2014) e revela que a contribuição do PBF na composição relativa da renda no estrato formado pelos extremamente pobres passou de 10,5% em 2003 para 60,9% em 2011, entre os pobres o Programa passou a contribuir com a renda de 3,1% para 17,6%, entre os vulneráveis de 0,4% para 2,5%, enquanto permaneceu constante em 0,1% no grupo de não pobres no mesmo período. Tais dados reforçam, o grau de focalização no atendimento ao público mais carente pelo programa de transferência de renda, enquanto o trabalho se destacou na composição da renda entre os não pobres.

As informações relatadas comprovam que, por seus resultados, o PBF se consolidou e assumiu centralidade na política de combate à pobreza no Brasil, evidenciando os benefícios da transferência de renda para a mitigação do fenômeno.

Pobreza multidimensional no Brasil, uma avaliação necessária

Como já visto, os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) da ONU, consideram que as pessoas estão sujeitas a privações que vão muito além da renda e do consumo, podendo estas outras carências ser parcialmente integradas no conceito de pobreza multidimensional.

Todavia, ainda não é adequado se fazer comparações da pobreza multidimensional do Brasil ao longo do tempo, por exemplo, nem deste com outras nações a partir de Relatórios da ONU. Isso ocorre porque para medir a pobreza multidimensional em seus RDH a partir de 1996, o PNUD utilizou vários índices sintéticos (IPC, IPH e IPM) e isso impossibilita a realização consistente de

comparações da pobreza multidimensional entre países diferentes, ou mesmo para um mesmo país, no decorrer dos anos. Além disso, mesmo para a publicação de um mesmo ano, comparações entre diferentes nações não são adequadas pela falta de padronização dos dados internacionais.

Em comum entre os índices de pobreza multidimensional publicados ao longo dos anos está o fato de tais medidas assumirem valores variando entre 0% e 100%. Assim, quanto mais próximo do zero seu valor, menor é a pobreza multidimensional de uma nação e sua taxa expressa o nível de privação vivido por uma sociedade. Entretanto as privações, dimensões e os critérios utilizados na composição dos indicadores variam em cada método de aferição.

A análise da Tabela 2 a seguir, contendo dados das medidas da pobreza multidimensional no Brasil, utilizando-se o IPH e o IPM em relatórios da ONU a partir de 1999, possibilita a confirmação da descontinuidade e da discrepância das informações divulgadas ao longo do tempo.

Tabela 1 – Pobreza multidimensional em percentual pelo IPH e IPM: Brasil, 1999-2018

Ano	Índice de pobreza multidimensional	Percentual de pobres (%)
1999	IPH	15,8%
2000	IPH	15,6%
2001	IPH	12,9%
2002	IPH	12,2%
2003	IPH	11,4%
2004	IPH	11,8%
2005	IPH	10,3%
2006*	IPM	4%
2007/2008	IPH	9,7%
2009	IPH	8,6%
2010	IPM	8,5%
2012*	IPM	3,1%
2013	IPM	2,7%
2014	IPM	3,1%
2015	IPM	2,9%
2018	IPM	3,8%

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Nota: *Publicado no RDH de 2015

De tal modo, pelos motivos vistos e por outros fatores relacionados a valores e peculiaridades culturais de cada nação, o PNUD tem encorajamento os diferentes países a realizarem a elaboração de índices nacionais para a aferição da pobreza

multidimensional por órgãos governamentais oficiais contando com a participação da sociedade.

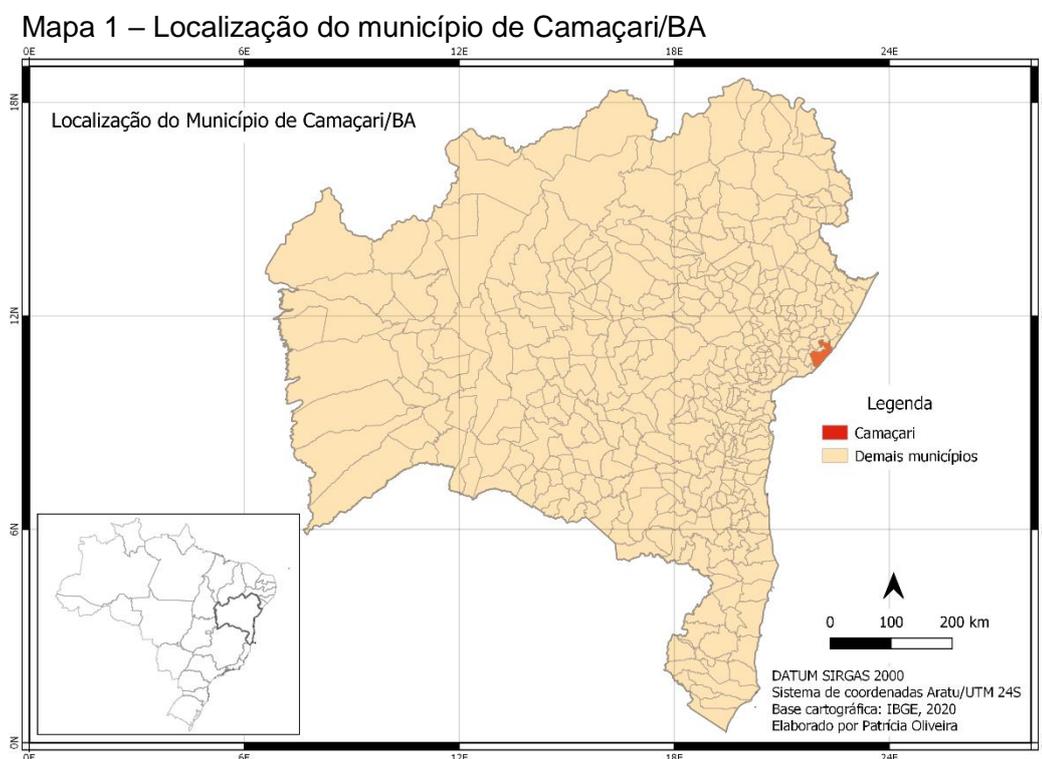
Tal iniciativa ainda não foi implementada pelo estado brasileiro, mesmo se impondo como uma necessidade para o avanço no uso de informações para o enfrentamento e superação das pobreza no Brasil. Ressalta-se, também, que certamente contribuiriam no processo de construção de um índice de pobreza multidimensional oficial para o Brasil, os numerosos trabalhos acadêmicos e publicações de instituições brasileiras que abordam a pobreza a partir deste ponto de vista mais completo.

Assim, discutidos alguns tópicos relevantes sobre a pobreza nesta seção, será demonstrada a metodologia utilizada para a medida deste fenômeno na sequência desta pesquisa. Porém, antes disso, no capítulo seguinte, faz-se uma apresentação de Camaçari, município que terá a pobreza multidimensional aferida e espacializada com o uso do procedimento aqui exposto.

3 DE LUGAR PARADISIACO A CENTRO INDUSTRIAL: CONHECENDO AS TRAMAS DA METAMORFOSE DE CAMAÇARI

Camaçari é conhecida como "Cidade Industrial" por abrigar o primeiro polo industrial planejado do país. O município possui uma rica história com quase cinco séculos a partir da ocupação de seu território pelo colonizador português, iniciada por religiosos da Companhia de Jesus, poucos anos após a construção de Salvador.

Através do Mapa 1 a seguir é possível conferir a localização geográfica de Camaçari no estado da Bahia. O município situado a cerca de 41 km da capital baiana, apresenta 785,421 km² de área, faz parte da Região Metropolitana de Salvador (RMS), limitando-se ao sul com Lauro de Freitas, ao sudoeste com Simões Filho, a oeste com Dias d'Ávila, ao norte com Mata de São João e leste com o Oceano Atlântico.



Fonte: IBGE, elaboração própria (2020).

Em seu território, Camaçari abriga comunidades de importância inestimável como a Aldeia Hippie de Arembepe e o Quilombo de Cordoaria, além de áreas de proteção ambiental contendo dunas, lagoas, mata atlântica e nascentes.

O município possui mais de 42 km de praias paradisíacas, o que contribui de forma marcante para o turismo local. Entretanto, a economia camaçariense é quase

totalmente baseada no Polo Industrial de Camaçari (PIC), um dos mais importantes complexos da América Latina, que lhe confere o maior PIB industrial entre todos os municípios da Região Nordeste. Apesar disso, a situação de pobreza em que vive parte de sua população se mostra como uma das principais contradições existentes no município, que, segundo o IBGE (2020), possuía uma estimativa de 304.302 habitantes, sendo o quarto em população no estado e o segundo mais populoso RMS.

A finalidade do presente estudo é realizar uma análise espacial da pobreza em Camaçari no ano de 2010. No entanto, para uma melhor compreensão do município a partir das informações do último censo é necessário pesquisar aspectos do passado que o levaram a apresentar seus recentes atributos econômicos e sociais.

Nesse sentido, uma caracterização histórica da Capital Industrial do Nordeste através dos seus principais eventos econômicos pode criar expectativas de que o município apresenta, no início desse século, uma melhor situação em questões relativas a desenvolvimento e bem-estar quando comparado a outras espacialidades.

Assim sendo, para conferir se o município foi capaz de converter a geração de riquezas ocasionadas por sua industrialização em benefícios sociais e desenvolvimento em seu território, nas próximas subseções deste capítulo, faz-se um retrospecto dos principais elementos de sua história, seguida de uma avaliação de indicadores socioeconômicos do município em comparação com as mesmas informações relativas à Bahia e ao Brasil.

3.1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DE CAMAÇARI

A história de Camaçari pode ser um pano de fundo para a compreensão da evolução histórica do próprio Brasil, uma vez que localmente este município e seu povo participaram e testemunharam importantes episódios ocorridos ao longo da construção do País.

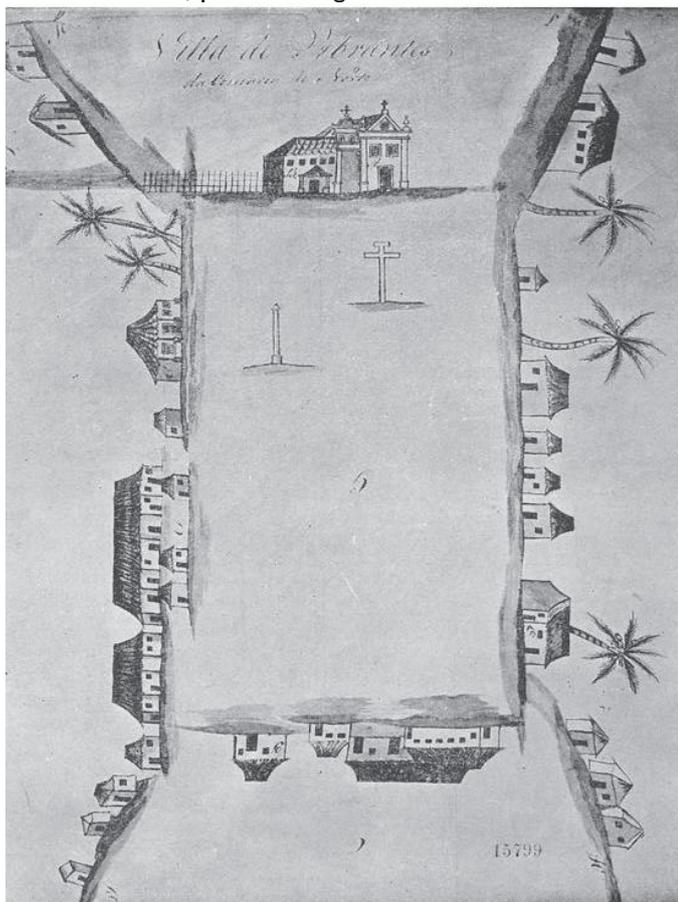
No entanto, a narrativa do que viria ser Camaçari, assim como a Bahia e o Brasil, não deve se iniciar no século XVI quando aportaram aqui os primeiros portugueses, pois quando os mesmos chegaram nessas terras já as encontraram povoadas. Segundo Tavares (1969, p. 27), três nações de três grupos linguísticos

ocupavam o território baiano nesta época: Tupi, Gês e Cariri. No litoral, encontravam-se os Tupis, estando de Sergipe a Camamu, os tupinambás, e de Camamu ao Espírito Santo, os Tupiniquins.

Desta forma, assim como diversos outros povoamentos brasileiros após o “descobrimento”, Camaçari surge da interação dos índios que viviam na região com os portugueses. E, posteriormente, das influências mútuas estabelecidas por estes com homens e mulheres escravizados trazidos da África e seus descendentes. A localidade de Camaçari nasce, portanto, a partir de uma relação de exploração colonialista das terras ocupadas, de suas riquezas e de seres humanos.

Nesse contexto, surgiu a Aldeia do Espírito Santo, base inicial de Vila de Abrantes que, séculos depois, daria origem ao município de Camaçari. Segundo o historiador loyolista Serafim Leite (1938) conforme citado por Brunet (2008, p. 50-51), este povoamento foi fundado pelos jesuítas padre João Gonçalves e do irmão Antônio Rodrigues, no segundo semestre de 1558. Eles escolheram para a ocupação inicial a foz do Rio Joanes, seguindo o padrão colonial de fundar aldeamentos na foz de rios para evitar a penetração de invasores para os sertões da colônia. Daí em diante, o município apresentou diferentes organizações administrativas locais entre as experimentadas no Brasil a partir do século XVI como reflexo das mudanças geográficas e socioeconômicas observadas, evoluindo de uma das primeiras aldeias instaladas no país à condição seguinte de Vila, retratada na Figura 1, até se tornar o município com as feições atuais.

Figura 1 - Ilustração da Vila Nova do Espírito Santo de Abrantes / Vila de Abrantes, por Domingos Alves Branco Moniz Barreto (1792)



Fonte: Brunet (2008).

Como destaca Fonseca (2011), por mais de quatro séculos que sucederam a origem do município até a década de 70 do século XX, a economia camaçariense tinha base na agricultura de subsistência. O município era povoado em sítios, roças, chácaras e arruados, remanescendo ainda hoje, inclusive, aglomerados populacionais remanescentes de quilombos. Além disso, até essa época o município era conhecido como refúgio veranista da região.

Entretanto, a partir da década de 1970, o município passou a receber abundantes investimentos que contribuíram mais expressivamente para as transformações que levaram Camaçari a ser considerado motor da economia baiana. Dentre as mudanças mais significativas pelas quais a localidade passou destacam-se, inicialmente, a passagem da linha férrea por suas terras ainda no século XIX, que ocasionou a mudança do centro de decisão política local da Orla para a o novo distrito sede no interior do Município. Além disso, já na citada década de 70, a construção da BA-099 (Estrada do Coco) possibilitou a ligação de Salvador e RMS com toda a Orla

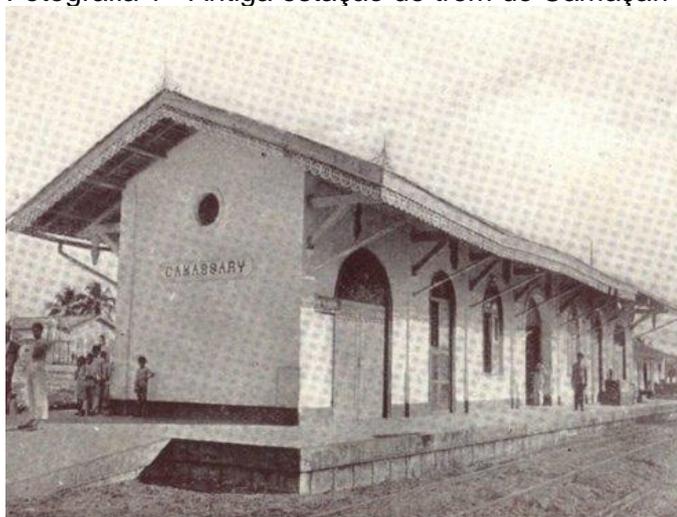
camaçariense, o que facilitou sua exploração e ocupação, além da integração do Município com os demais municípios ao norte e posteriormente com o litoral dos demais estados nordestinos e, principalmente, a implantação do primeiro Complexo Petroquímico planejado do país em seu território.

Sobre esses três marcos históricos fundamentais para a transformação econômica e social de Camaçari conta-se um pouco a seguir.

3.1.1 A Linha férrea transportou a sede de Abrantes para o interior de Camaçari

A primeira intervenção modernizadora em Camaçari foi a implantação em seu território no ano de 1861 da linha do trem e da estação ferroviária, vista na fotografia 1 publicada na Revista Ilustração Brasileira de 02/06/1923.

Fotografia 1 - Antiga estação de trem de Camaçari



Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil (2019).

A linha férrea que chegou ao município fazia parte da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco que fazia a integração da capital Salvador ao Norte do estado onde, através da navegação no Rio São Francisco, chegavam as mercadorias de estados vizinhos. Esta foi a primeira ferrovia a ser construída na Bahia e a quinta no Brasil e tinha aproximadamente 540 quilômetros de extensão, passando por cidades como Alagoinhas, Senhor do Bonfim e sua estação final se localizava em Juazeiro como se vê no Mapa 1 abaixo da atual Ferrovia Centro Atlântica.

Mapa 2 - Ferrovia Centro Atlântica



Fonte: Correio 24 Horas (2014).

3.1.2 A Estrada do Coco e a Ocupação da Orla

Os anos 1970 foram marcados pela valorização e ocupação urbana de Camaçari. É nesse período que se sobressai a identificação do potencial residencial e turístico da orla, composta pelos distritos de Abrantes e Monte Gordo, quase paralelamente à implantação do COPEC em seu distrito sede que leva o mesmo nome da Cidade.

Nesse processo, o início da construção da primeira etapa da rodovia litorânea BA-099, conhecida como Estrada do Coco no ano de 1975 é o principal destaque. A nova via se inicia no Aeroporto Internacional de Salvador, atravessa de sul a norte Lauro de Freitas também e todo o litoral de Camaçari, chegando à Praia do Forte no Município de Mata de São João. Essa intervenção possibilitou o acesso da população metropolitana a todo o extenso litoral camaçariense.

A segunda etapa da BA-099, conhecida como Linha Verde, foi inaugurada em 1993, com o trecho que ia de Praia do Forte (Fotografia 2) indo até o município de Jandaíra, no limite da Bahia com Sergipe.

Fotografia 2 – Estrada do Côco, Ba-099



Fonte: Concessionária Litoral Norte - CLN (2018).

A partir da construção desse trecho da BA-099 foi criada, então, uma opção de ligação rodoviária por todo o Nordeste brasileiro, uma vez que os demais estados nordestinos também instalaram rodovias litorâneas, permitindo o desenvolvimento da economia da região vinculada ao lazer e ao turismo. Exemplo disso ocorreu no território camaçariense, onde a nova estrada possibilitou expressivas alterações em suas paisagens e população numa época marcada pela “fase de estruturação e de expansão no município de Camaçari do seu potencial de possibilidades turísticas, inserindo-o no seletivo grupo de municípios brasileiros com efetivo potencial turístico” (FONSECA, 2011, p. 85).

Assim sendo, a Orla marítima de Camaçari passou a ser explorada por confortáveis *resorts*, constituindo-se em um destino turístico parcialmente independente do destino Salvador, tornando-se “opção de lazer para estrangeiros e brasileiros; esses últimos, a maioria proveniente do Sul do País, encontrando ali paradisíacos refúgios” (FONSECA, 2011, p. 85).

Além disso, essa região tem sido ocupada por loteamentos residenciais e de veraneio da elite econômica de Salvador, considerados de alto padrão de ocupação, que impedem o livre acesso a trechos de praias como Busca Vida, Interlagos e Guarajuba. De outro lado, também se estabeleceram na Orla de Camaçari populações

com condições precárias de moradia em loteamentos desprovidos de infraestrutura e sem as autorizações necessárias, além de ocupações subnormais em áreas próximas a localidades como Abrantes, Arembepe, Monte Gordo, Barra do Jacuípe e Barra de Pojuca.

3.1.3 O Polo Industrial e a chegada de um novo tempo

A implantação do Polo Industrial de Camaçari (PIC), cuja origem se deu a partir do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), foi o mais marcante episódio da economia camaçariense com impactos na Região Metropolitana, no Estado e no País. Como consequência disso seu perfil foi radicalmente, modificado se transformando de um município agrícola em capital industrial do Nordeste.

Antes da chegada das indústrias Camaçari era:

uma cidade tipicamente de veraneio, facilitada pela proximidade com Salvador e atraente pela qualidade socioecológica do ambiente [...]. A presença do Polo demarca o rompimento com uma lógica funcional do espaço urbano, orientada pelo apito do trem, para se orientar pelo barulho da fábrica. (SOUZA, 2006, p. 83).

O modelo de desenvolvimento que levou à implantação do COPEC encontrava fundamento na teoria dos polos de crescimento de François Perroux segundo a qual “o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia” (PERROUX, 1977, p. 146).

Para Perroux (1977), um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto e forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes, isto é, o polo de crescimento é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados por tais indústrias que têm a capacidade de transmitir ondas sucessivas de inovações.

No século passado, os termos “países desenvolvidos” e “países industrializados” eram comumente utilizados como sinônimos e a industrialização era vista como necessária para a modernização de uma sociedade, tornando-se também uma espécie de medida do próprio crescimento econômico ou desenvolvimento.

Nações como Estados Unidos e Japão são considerados expoentes daquelas que se beneficiaram das consequências da industrialização, entretanto tal performance não se repetiu plenamente em nações subdesenvolvidas como a brasileira, caracterizada pelo que se chamou de desenvolvimento tardio. Predominou-se no Brasil, nesta época, o modelo de industrialização substitutiva de importação (ISI), sendo a implantação do Polo de Camaçari parte desse processo.

Até os anos 1960, o Brasil era ainda mais marcado por um extenso território, composto por regiões deprimidas e uma economia ainda mais concentrada na região Sudeste do país, especialmente em São Paulo, do que se observa na atualidade. Por isso, os planejadores nacionais da época, assim como em outras regiões subdesenvolvidas, utilizaram-se da teoria de Perroux como forma de atenuar os problemas regionais do país: “a Teoria dos Polos teve uma grande influência sobre o pensamento latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 enquanto ferramenta importante dos planejadores como forma de redução das desigualdades regionais. No Brasil não foi diferente” (JESUS; SPÍNOLA, 2015, p. 4).

Tal influência pode ser encontrada no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1972 que buscava uma melhoria das políticas de integração nacional e descentralização com a criação de regiões metropolitanas e a criação dos polos regionais que visavam o desenvolvimento das atividades primárias (BRASIL, 1972). Influência que presente também no segundo PND de 1974, onde o governo brasileiro colocava como aspiração fortalecer a atividade industrial no Centro Sul ao passo que criava polos secundários regionais no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do país (JESUS; SPÍNOLA, 2015). Tal iniciativa era embasada “sob a inspiração ideológica da Escola Superior de Guerra (ESG) e fundada na concepção do nacional desenvolvimentismo e seguindo uma estratégia de desconcentração concentrada que levou, no final da década de 1970, à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari” (JESUS; SPÍNOLA, 2015, p. 16).

A expectativa dos planejadores era que o COPEC viesse a se transformar num polo de crescimento e de desenvolvimento, provocando como consequência transformações estruturais e a expansão da produção e do emprego no meio em que estava inserido.

O Sudeste já possuía parte da infraestrutura necessária para receber os investimentos do Complexo, sendo núcleo de atração e concentração da industrialização brasileira. Esse fato causou descrença de que Camaçari, localizada no Nordeste, com variada e quase intocada vegetação, dunas, manguezais, restingas, mata atlântica e belas praias, seria incluída no rol da industrialização da economia mundial, mas foi justamente isso o que aconteceu.

A implantação do COPEC enfrentou oposições, conforme cita Spínola (2003, p. 281). Foram contrários a instalação do complexo industrial em Camaçari, por estarem interessados que tais indústrias se instalassem em seus territórios, estados como Rio de Janeiro, apoiado pela existência das refinarias de Mangueiras e Duque de Caxias, pela produção da Fabor, pelo seu mercado interno e pelo interesse de investidores privados em instalar as plantas em seu território; Sergipe que dispunha de petróleo e jazidas de evaporitos; Rio Grande do Sul, que se candidatou devido a sua capacidade de refino instalada e também pelo sul do país ser responsável por 20% da demanda desses produtos. No entanto, a reação mais forte, como poderia se esperar, veio de São Paulo.

Apesar disso, a discussão foi concluída com uma exposição de motivos que apoiavam a escolha de Camaçari por “razões de segurança nacional que transcendem uma análise em nível microeconômico” (SPINOLA, 2003, p. 283). Ou seja, o governo militar via como um fator de vulnerabilidade o parque industrial estratégico do país permanecer concentrado em apenas uma única região. Assim, a definição por Camaçari deu-se por uma decisão política e estratégica e não somente econômica.

Nesse contexto, o COPEC surgiu como parte de uma estratégia de substituição de importações de produtos petroquímicos básicos e de desconcentração industrial, inserindo Camaçari em uma das cadeias produtivas mais importantes do mercado internacional.

Com isso, abundantes recursos foram investimentos no território do Município para a implantação do COPEC. E para possibilitar a viabilidade econômica do novo polo se optou por um modelo tripartido, em que o capital votante das empresas a serem instaladas reunia em sua composição acionária participações do Estado, da iniciativa privada nacional e investidores estrangeiros.

Além disso, para favorecer a implantação do COPEC, o Estado atuou por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal agente financeiro da indústria petroquímica instalada em Camaçari, além dos recursos de incentivos fiscais administrados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e aplicados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Assim, Camaçari entrava na rota da localização industrial observada na segunda parte do século passado e mesmo não possuindo a infraestrutura indispensável para a instalação da indústria petroquímica, teve as condições necessárias construídas a fim de receber as corporações que nela fixariam suas produções. O COPEC mudou as feições não só do município, mas do Estado e do Nordeste.

A Bahia mudou o seu perfil de economia agroexportadora, baseada na lavoura cacaueteira, para a de fornecedora de produtos intermediários, e a partir desse período se insere na matriz industrial do país, voltada para o segmento químico, principalmente o petroquímico, e o metalúrgico. A indústria de transformação foi muito significativa para a “[...] dinamização do conjunto da economia baiana. (OLIVEIRA, 2004, p. 174).

Em 1972, foi iniciada a construção do Polo Petroquímico de Camaçari (COFIC, 2018) e dois anos seu Plano Diretor depois era concluído. A Fotografia 3 mostra as primeiras indústrias edificadas nesse período.

Fotografia 3 - COPEC em construção



Fonte: Jornal Correio da Bahia (2019).

O então Presidente da República Ernesto Geisel (Fotografia 4, abaixo) inaugurou o COPEC em 29 de junho de 1978. Data em que foi dado o início das operações da central de matérias-primas do COPEC, a Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), e de mais dez indústrias do complexo básico.

Fotografia 4 - Inauguração do COPEC pelo presidente Ernesto Geisel



Fonte: Arquivo Nacional (2019).

Nos anos oitenta, destacavam-se como principais características do Polo o capital estatal como principal presença, pela participação Petroquisa, subsidiária da Petrobras, pela diversidade das plantas industriais, pela baixa capacidade de produção comparando-se às novas plantas que começavam a surgir no Oriente Médio e no Extremo Oriente e pela prioridade nas exportações de seus produtos (BAHIA, 2013).

Durante a década de 1990, o Polo foi marcado pelas consequências da abertura do país ao comércio internacional e pelo início do processo de privatização na economia do Brasil que gerou reestruturação de capitais, através de fusões e aquisições. Esse processo de privatização do setor petroquímico foi praticamente todo consolidado entre os anos de 1992 e 1996 (BAHIA, 2013).

Nesse período, destaca-se também o fortalecimento de alguns grupos econômicos nacionais que passaram a ter maior presença nos cenários nacional e internacional, sendo o nascimento da Braskem S.A., empresa que adquiriu a central de matérias-primas COPENE, e passou a consolidar a primeira e segunda geração de produtos petroquímicos.

Já na primeira década do novo milênio, com a implantação da montadora Ford ocorrida em 2001, primeira montadora instalada no Nordeste, o COPEC que até então era predominantemente petroquímico passa a ser chamado de Polo Industrial de Camaçari (PIC). A montadora (Fotografia 5) trouxe uma nova cadeia de produção e possibilitou o surgimento da vertente automobilística na estratégia de desenvolvimento industrial da Bahia, segmento que passou a demandar fortemente a infraestrutura do Polo e ocasionou uma nova dinâmica para a economia de Camaçari e do Estado.

Fotografia 5 - Montadora Ford em Camaçari



Fonte: Jornal Correio da Bahia (2019).

No entanto, a Ford anunciou a suspensão da produção em suas fábricas no Brasil, e, assim sendo, na unidade de Camaçari, no início de 2021 após um século produzindo veículos no país e duas décadas no município. No período que permaneceu no Polo de Camaçari, a montadora foi beneficiada por diversos incentivos públicos, porém a paralização de suas atividades se deu sem aviso prévio, surpreendendo funcionários e os governos.

Como visto, o Polo Industrial foi e continua sendo responsável pela transformação socioeconômica do município de Camaçari. Além disso, em decorrência da instalação do PIC ocorreu uma mudança na estrutura produtiva do Estado da Bahia e o aumento da participação da indústria de transformação na matriz de produção, dinamizando a economia baiana.

O Polo Industrial de Camaçari (PIC) nasceu essencialmente do segmento petroquímico, mas se diversificou e hoje abriga mais de noventa empresas (COFIC, 2019) em várias áreas, tanto químicas, petroquímicas, como de outros ramos de atividade como a indústria automotiva, de pneus, celulose solúvel, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, fármacos, bebidas e serviços.

Fotografia 6 - Polo Industrial de Camaçari



Fonte: COFIC (2019).

Atualmente, o PIC continua exercendo um papel relevante no cenário econômico nacional, estadual e principalmente para o Município. Destacando-se pelos seguintes números, segundo o COFIC (2019): é responsável por 30% do total das exportações da Bahia; responde por mais de 90% da arrecadação tributária de

Camaçari e por 22% do PIB da indústria de transformação do Estado; além de gerar 15.000 empregos diretos e 30.000 indiretos.

3.2 EXPLORANDO AS CONTRADIÇÕES: UMA FOTOGRAFIA RECENTE DA DINAMICA SOCIOECONOMICA DE CAMAÇARI

Nesta subseção é feita uma comparação entre Camaçari, a Bahia e o Brasil em relação aos valores de indicadores socioeconômicos relacionados a população, economia, renda, educação, saúde e saneamento básico, além das condições de moradia da população local.

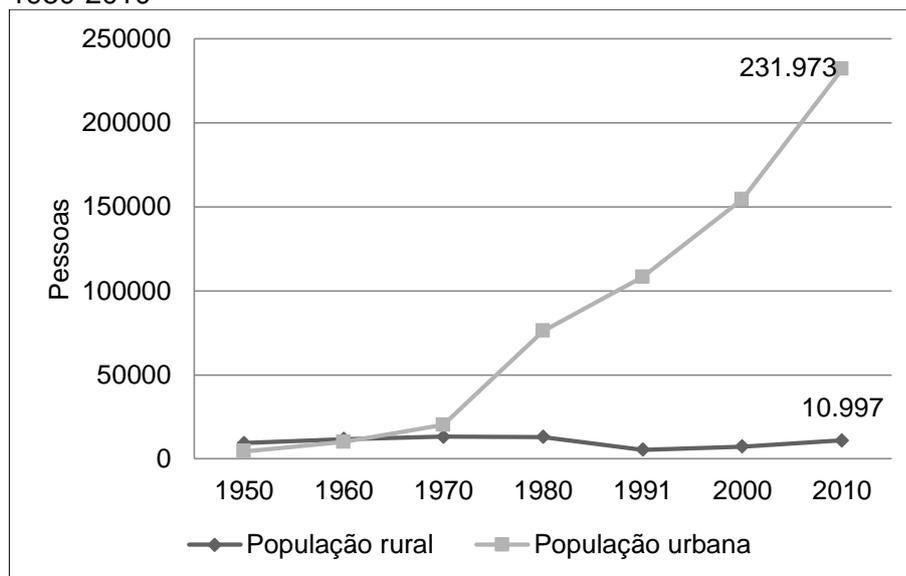
3.2.1 População

Como já dito, para o melhor entendimento acerca da população de Camaçari no último censo foi importante iniciar observando-se, conforme revela o Gráfico 2, mudanças ocorridas em períodos anteriores, sobretudo a partir dos anos 60 quando sua população urbana superou a população rural. O mesmo ocorreu no decênio seguinte quando imigrações resultaram em um crescimento demográfico de 168% em consequência da forte migração observada em direção ao município a partir do início das obras de construção do COPEC por conta da geração de expectativas relacionadas a criação de empregos e oportunidades no Município pelos investimentos recebidos para sua implantação.

Na década de 1980, o crescimento populacional de Camaçari embora tenha sido menos acentuado, 27,4%, foi ainda superior ao da Bahia que foi de 26,6%, quando o do Brasil que foi de 28,2%. Chama a atenção, como fator desse incremento populacional menor, a emancipação do município de Dias D'Ávila, um distrito desmembrado de seu território.

Enquanto isso, na década de 1990 e início dos anos 2000, a população de Camaçari volta a apresentar forte crescimento, alavancado nesse último período principalmente pela ampliação de seu Polo Industrial com a implantação da indústria automotiva que entre outros impactos levou à geração de milhares de novos postos de trabalho no Município.

Gráfico 2 – População residente por situação domiciliar (urbana/rural): Camaçari, 1950-2010



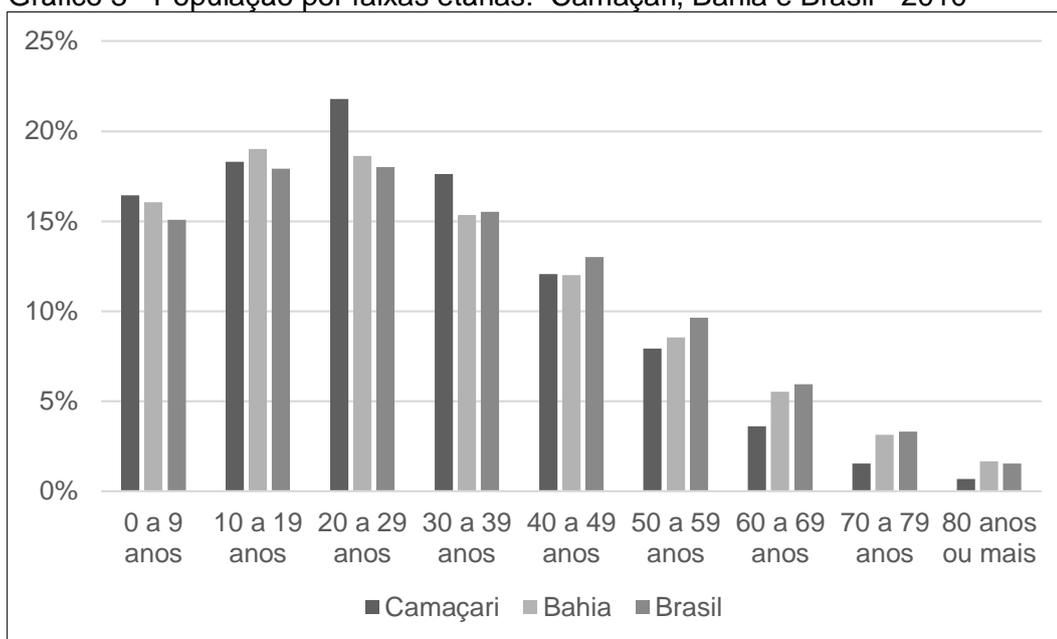
Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Desse modo, levando-se em conta os recenseamentos realizados entre 1950 e 2010, a população do Brasil cresceu 267,23%. Nesse mesmo período, a população baiana aumentou em um ritmo menos acelerado, crescendo 189,93%. Já entre os municípios baianos, Camaçari se destacou com um percentual de crescimento de 1.660,7%.

Assim, a população brasileira alcançou 2010 com um total de 190.755.799 pessoas, enquanto a baiana era 14.016.906 habitantes, ano em que Camaçari possuía uma população de 242.970 (IBGE, 2011). Isso tornava o quarto município mais populoso do Estado e o segundo da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

Para este ano, a população por idade e por gênero de Camaçari apresentava as seguintes características em comparação com os percentuais apresentados na Bahia e no Brasil (Gráfico 3):

Gráfico 3 - População por faixas etárias: Camaçari, Bahia e Brasil - 2010

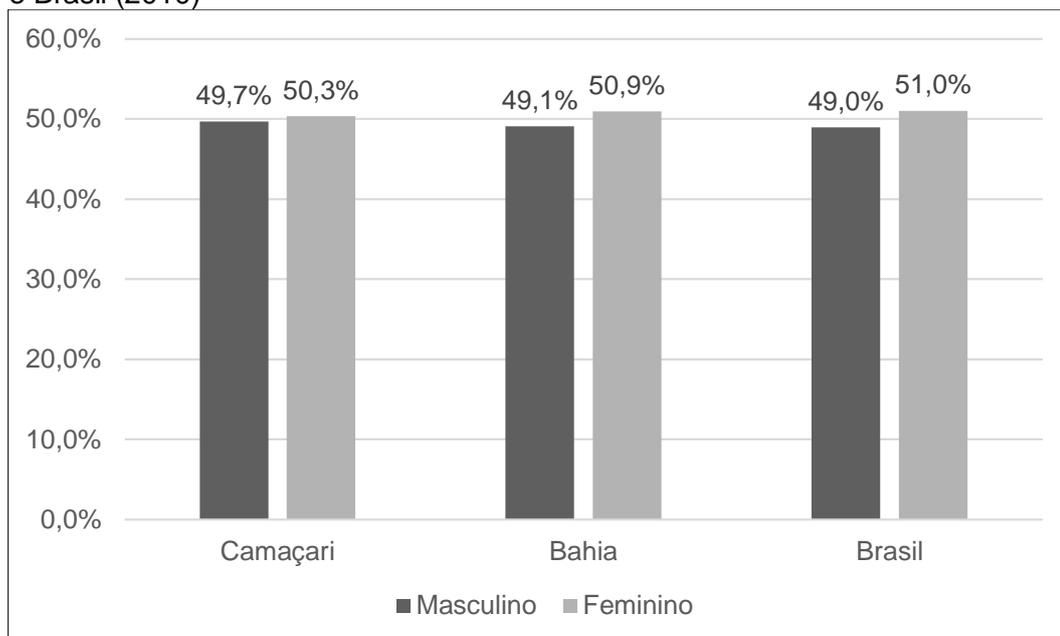


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

A composição etária das populações camaçariense, baiana e brasileira em 2010 apontava que, mesmo sendo pequenas as diferenças em todas as faixas etárias nas três espacialidades, observava-se um envelhecimento menor da população do município em relação ao percentual de pessoas com mais de 60 anos cuja soma é de 7%, enquanto nas outras duas espacialidades que apresentam percentuais semelhantes para a terceira idade, aproximadamente 11%. Na faixa de 0 a 9 anos, os percentuais são iguais para Camaçari e a Bahia, 16%, valor maior que para o Brasil, 15%. E nas demais faixas etárias, a diferença mais expressiva se dava na faixa entre 20 e 39 anos com Camaçari apresentando 40% da população nessa faixa etária, enquanto a Bahia e o Brasil apresentavam 34% de população nesta fase.

Assim como ocorre no Brasil, as mulheres eram maioria na Bahia e em Camaçari, mas as populações do país, do estado e do município tinham, praticamente, a mesma distribuição entre homens e mulheres em 2010, conforme se observa no Gráfico 4.

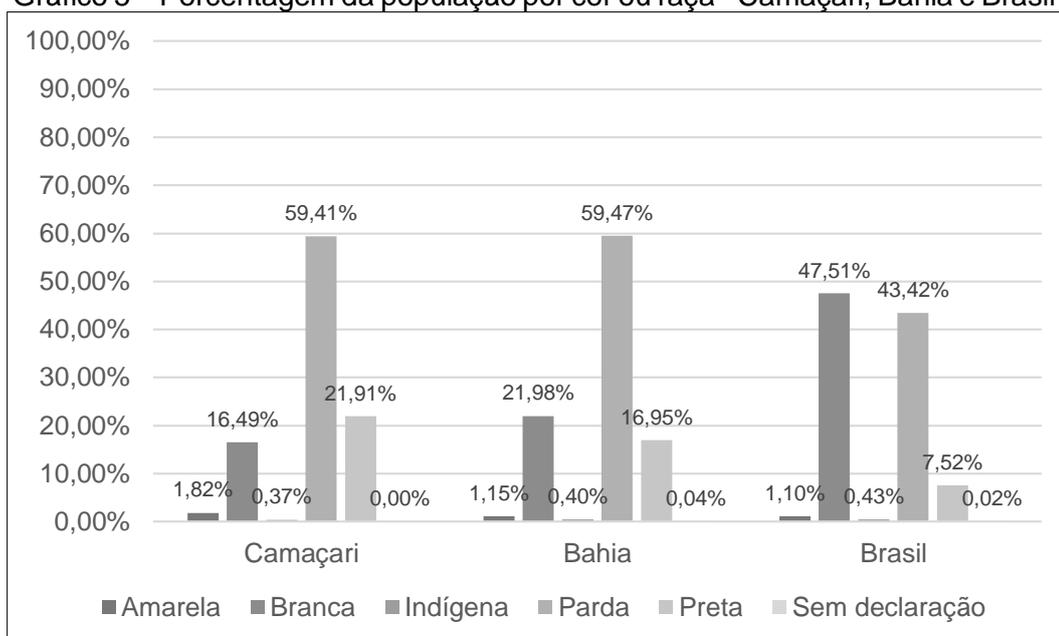
Gráfico 4 – Distribuição percentual de homens e mulheres na população – Camaçari, Bahia e Brasil (2010)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Em relação a autodeclaração de cor ou raça, evidenciada no Gráfico 5 abaixo, destaca-se que Camaçari tinha uma maioria de pardos (59,41%), seguida de pretos (21,91%). Já a Bahia, possuía uma maioria de pardos (59,47%), seguida de brancos (21,98%). O Brasil, por fim, apresentava uma maioria de brancos (47,51%), seguida de pardos (43,42%).

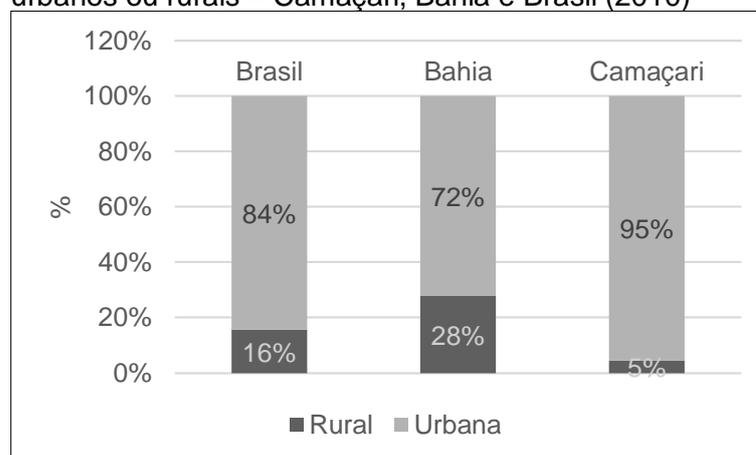
Gráfico 5 – Porcentagem da população por cor ou raça - Camaçari, Bahia e Brasil (2010)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

O Censo de 2010, como se vê no Gráfico 6, mostrou ainda Camaçari como um município amplamente urbanizado, com mais de 95% de sua população vivendo em domicílios localizados em áreas urbanas. Tal percentual equivalia, na época, a 231.973 habitantes, enquanto aproximadamente 5% da população encontrava-se em domicílios rurais que abrigavam 10.997 pessoas. Nesse mesmo ano, o percentual de domicílios brasileiros urbanos era de 84% e de domicílios baianos de 72%, valores inferiores aos apresentados pelo município.

Gráfico 6 – Percentual de classificação da situação dos domicílios em urbanos ou rurais – Camaçari, Bahia e Brasil (2010)



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Assim como se viu em relação à população, aspectos econômicos também revelavam que Camaçari em 2010 era um Município com características particulares conforme se vê na próxima subseção deste estudo.

3.2.2 Economia

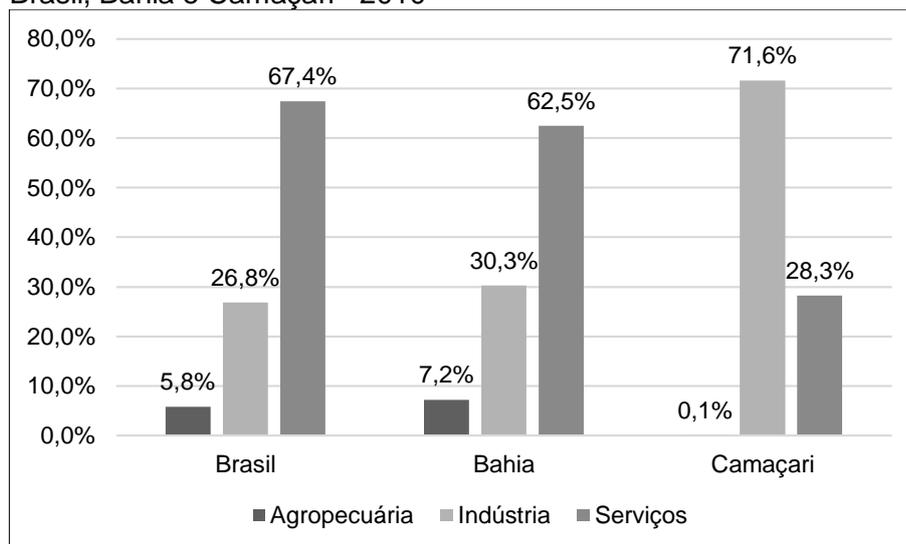
Em 2010, a economia de Camaçari era quase totalmente baseada em seu polo industrial, o que o colocava em posição de destaque em relação aos demais municípios da Bahia e mesmo do Brasil.

Como visto, o Polo Industrial foi responsável pela transformação socioeconômica do município de Camaçari e pela mudança na estrutura produtiva da Bahia, aumentando a participação da indústria de transformação na matriz de produção e impulsionando a economia do estado.

O Polo Industrial de Camaçari (PIC) continua exercendo um papel relevante no cenário econômico nacional, estadual e principalmente para o Município. A predominância do segmento industrial na economia camaçariense em 2010 se confirmava com os dados do valor adicionado bruto a preços correntes da atividade industrial, que colocava o município em 1º lugar no que se refere a esse indicador em comparação com os demais municípios do Nordeste e na 12ª posição em relação a todos municípios brasileiros. Quanto ao PIB, Camaçari apresentava valores menores apenas que os das capitais Salvador, Fortaleza, Recife e São Luís naquele ano, quando comparado a todos os municípios nordestinos (SEI, 2011; IBGE, 2011).

O Gráfico 7 (a seguir) revela que, para 2010, a contribuição do segmento industrial para o PIB de Camaçari foi de 71,6%, enquanto dos serviços foi de 28,3% e da agropecuária foi de 1%. Situação diferente da observada no Brasil (5,8% de contribuição da agropecuária, 26,8% do setor industrial e 67,4% dos serviços) e da Bahia (7,2% de contribuição da agropecuária, 30,3% do setor industrial e 62,5% dos serviços).

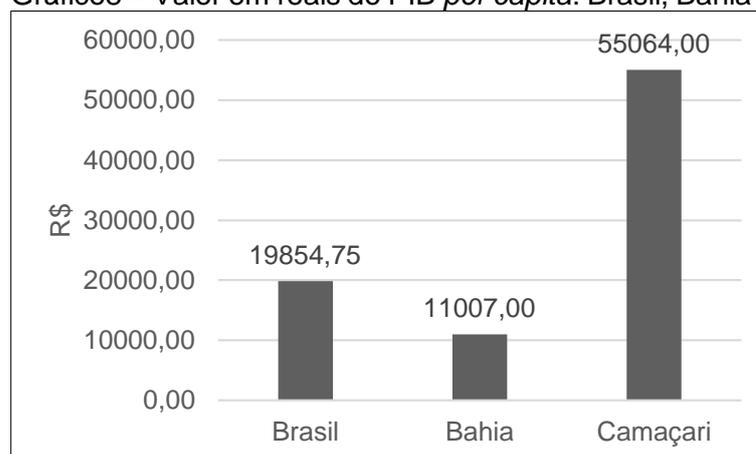
Gráfico 7 – Participação percentual dos setores no Produto Interno Bruto (PIB): Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Outro indicador econômico que chama a atenção na caracterização de Camaçari para 2010 é o PIB *per capita* representado no Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8 – Valor em reais do PIB *per capita*: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



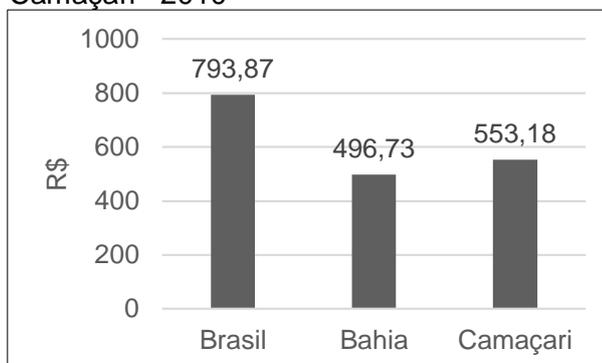
Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

O PIB *per capita* de Camaçari em 2010 era de R\$ 55.064,00, 2º maior valor observado no Estado, atrás apenas de São Francisco do Conde, valor de aproximadamente cinco vezes o PIB *per capita* da Bahia de R\$ 11.007,00 e 2,7 vezes maior que o PIB *per capita* do Brasil para aquele ano que era de R\$ 19.854,75.

3.2.3 Renda

Para Camaçari, no ano de 2010, relacionados à renda da população, destacam-se os indicadores de rendimento e desigualdade expostos a seguir, a começar pela renda *per capita*, representada no Gráfico 9 abaixo:

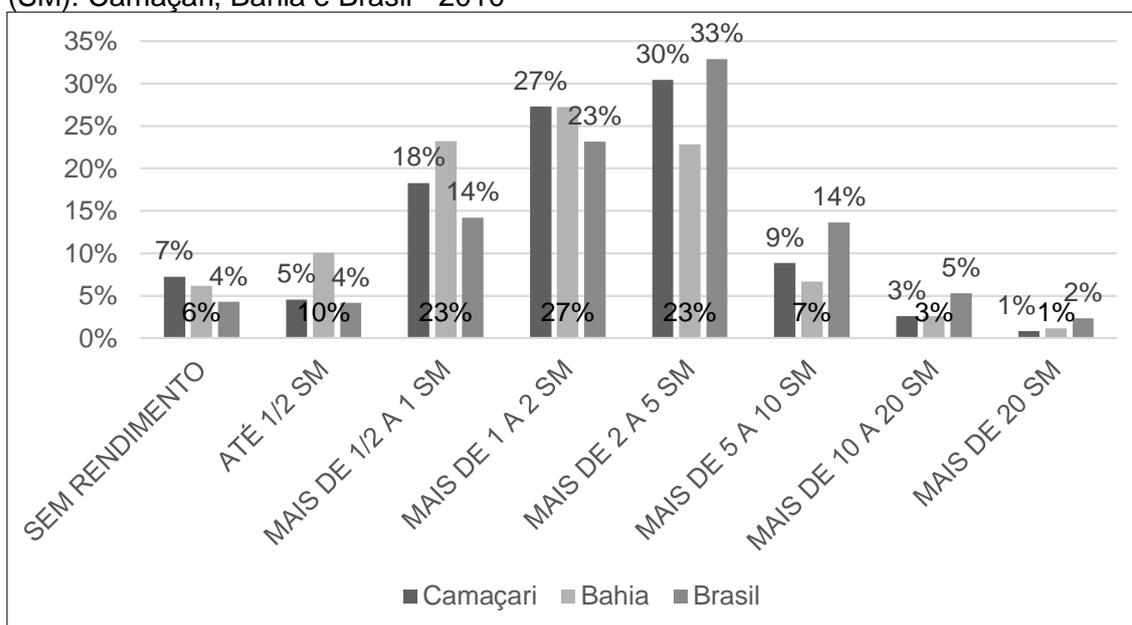
Gráfico 9 - Valor em reais da renda *per capita*: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Em Camaçari, a renda *per capita* era de R\$ 553,18, a da Bahia era de R\$ 496,73 e a do Brasil, para aquele ano, era de R\$ 793,87. Portanto, os valores apresentados para a renda *per capita* em Camaçari eram intermediários aos da Bahia e do Brasil para aquele ano. Constata-se, acentuada diferença no que se observou para o indicador PIB *per capita* no tópico anterior para as espacialidades vistas.

Gráfico 10 – Percentual do rendimento nominal mensal domiciliar em salários mínimos (SM): Camaçari, Bahia e Brasil - 2010

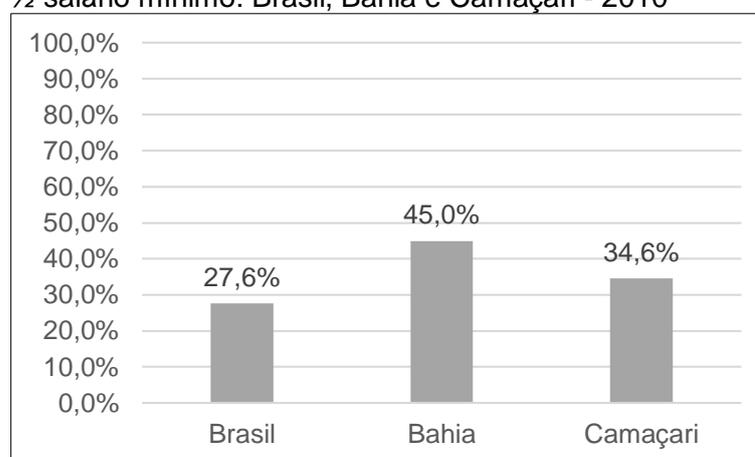


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Os resultados para os rendimentos nominais mensais domiciliares (Gráfico 10) tanto de Camaçari quanto do Brasil apresentavam maiores percentuais na faixa entre 2 a 5 salários mínimos (SM), sendo que, em 2010, o país apresentava melhores resultados com 33% e o município 30%. Enquanto isso, o maior percentual apresentado na Bahia ficava na faixa entre 1 e 2 SM com 27% de taxa. O Brasil apresentava melhor desempenho tanto em relação ao município quanto ao estado em relação ao percentual de domicílios cujos rendimentos eram superiores a 5 salários mínimos. Destaca-se também que no que se refere a percentual de domicílios sem nenhum rendimento Camaçari com 7%, superava a Bahia com 6% e o Brasil com 4%. E tanto o município quanto o estado tinham percentuais mais elevados que o Brasil considerando os imóveis com renda até 1 SM.

O Gráfico 11 (abaixo) destaca o percentual de domicílios que em 2010 tinha renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo, valor máximo de referência para inserção de famílias no CadÚnico. O CadÚnico é uma ferramenta do Estado brasileiro de uso obrigatório para a inclusão e a seleção de famílias de baixa renda em programas federais como, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa Minha Casa Minha Vida e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de poder ser também utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados por governos estaduais e municipais (Ministério da Cidadania, 2019)

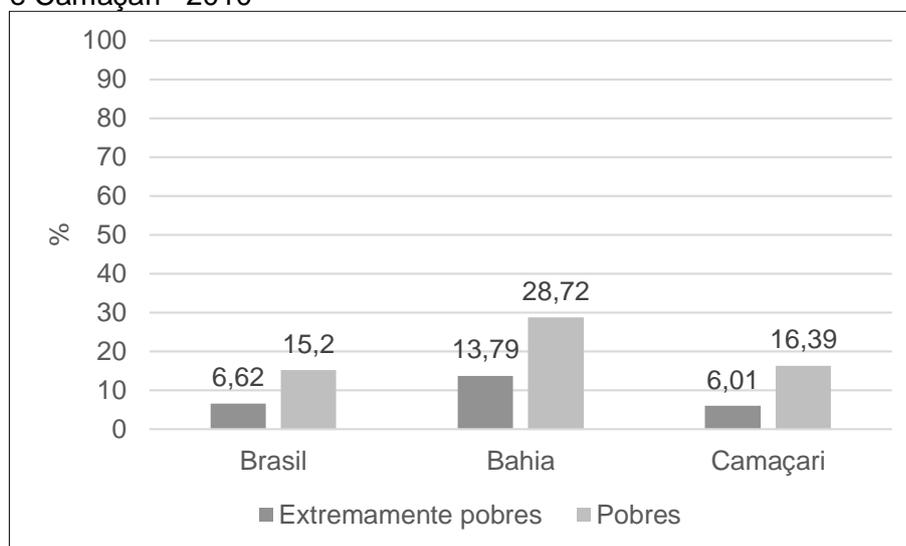
Gráfico 11 - Percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

O Gráfico 11 também mostra que 34,6% dos domicílios de Camaçari apresentavam renda *per capita* domiciliar de até $\frac{1}{2}$ SM, percentual superior ao do Brasil que era de 27,6% e inferior à taxa apresentada pela Bahia que era de 45,0% em 2010.

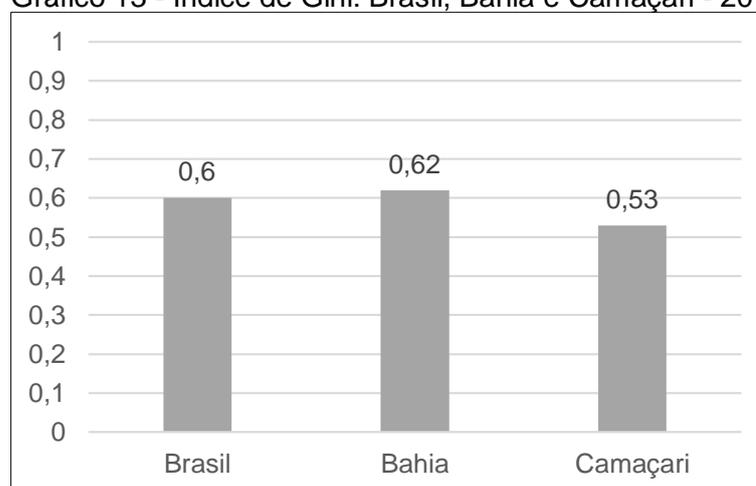
Gráfico 12 - Percentual de população extremamente pobre e pobre: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Os percentuais de população considerada extremamente pobre e pobre no ano de 2010 era maior na Bahia (28,7% e 13,8% respectivamente) já os percentuais dos extremamente pobres eram semelhantes para o Brasil (6,6%) e para Camaçari (6,0%) e o de pobres era um pouco mais elevado no município (16,4%) que no país (15,2%) como se vê no Gráfico 12.

Gráfico 13 - Índice de Gini: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Enquanto isso, a desigualdade retratada pelo Índice de Gini varia entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda e 1 corresponde à completa desigualdade de rendimento. Como se vê, o Gráfico 13 mostra menor desigualdade em Camaçari (0,53), maior na Bahia (0,62) e com valor intermediário no Brasil (0,6).

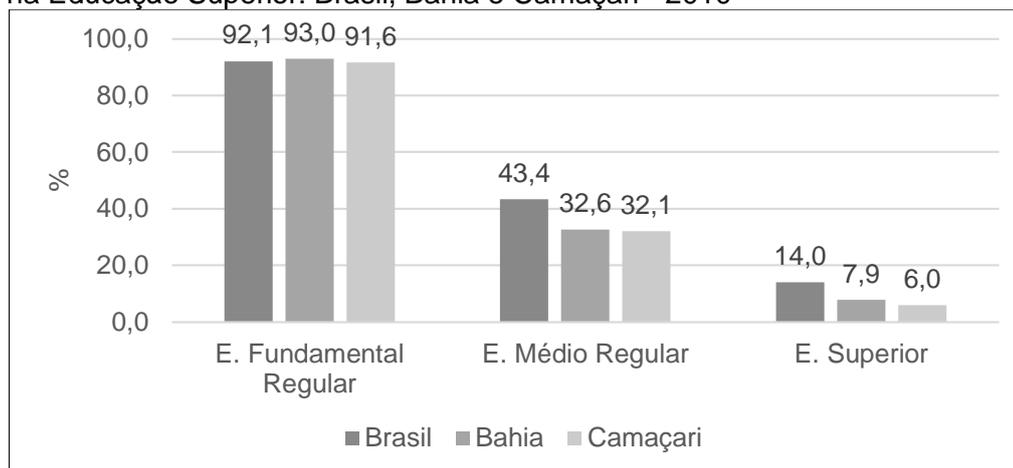
Todavia, relacionando os valores do Índice de Gini com os dos outros índices associados à renda percebe-se que, embora entre as espacialidades vistas Camaçari se mostre menos desigual, indicadores como maior renda per capita, percentual de domicílios com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo, além de percentual da população abaixo da linha de pobreza são mais favoráveis pelos números do Brasil que os de Camaçari. Ou seja, Camaçari se apresenta em relação à renda mais pobre, embora seja menos desigual que o Brasil. Enquanto isso, a Bahia tem indicadores mais desfavoráveis para todos os indicadores de renda citados.

3.2.4 Educação

O cenário da Educação em Camaçari no ano de 2010 pode ser pintado por alguns dos principais indicadores como o acesso aos diferentes níveis de ensino, a taxa de analfabetismo, a expectativa de anos de estudo e a aprendizagem, aqui expressa pelos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Inicialmente, observa-se a taxa de frequência líquida que representa a razão entre o número de alunos com idade prevista para estar frequentando determinada etapa de educação e a população total na mesma faixa etária, conforme se vê no Gráfico 13 abaixo. Nesse aspecto, para o ensino fundamental se considera a idade entre os 6 aos 14 anos, para o ensino médio entre 15 a 17 anos e para a educação superior a faixa entre 18 a 24 anos de idade.

Gráfico 14 - Taxa de frequência líquida nos Ensinos Fundamental e Médio regulares e na Educação Superior: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



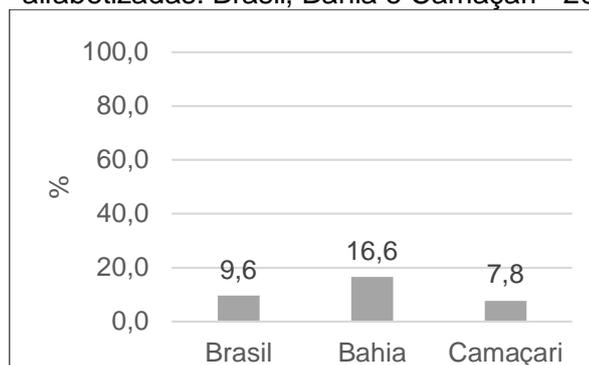
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Os dados do Gráfico 14, acima, apontam que, em 2010, Camaçari apresentava tanto para o ensino fundamental quanto para os ensinos médio e superior piores índices que a Bahia e o Brasil. Especialmente a frequência líquida do ensino médio no município e no estado era mais de 10% menor que no país. A mesma defasagem aparece em relação a educação superior em que o percentual de jovens com frequência regular nesse segmento de ensino era de quase o dobro no país em relação à Bahia, sendo que Camaçari apresentava uma frequência de jovens que era de menos da metade do índice nacional.

Tal situação revela que os desafios enfrentados em cada etapa da educação analisada demandam diferentes estratégias de enfrentamento para as espacialidades examinadas. A frequência líquida no ensino médio, considerando-se a obrigatoriedade deste nível de ensino, é baixa e a participação de jovens na educação superior em idade regular é mais baixa ainda.

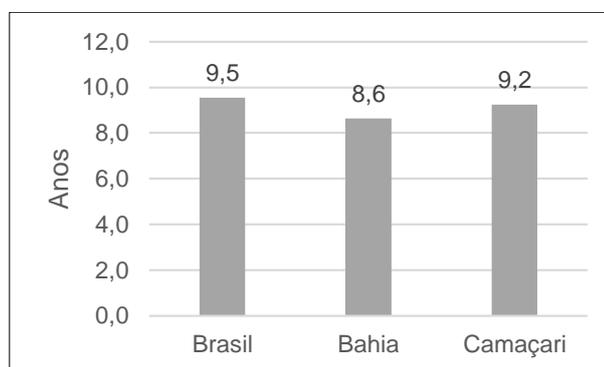
Outros dois indicadores que podem ser vistos a seguir para uma avaliação da educação de Camaçari são a taxa de analfabetos com 15 anos ou mais e a expectativa de anos de estudo que corresponde ao número médio de anos de estudo que uma geração de crianças que ingressa na escola deverá completar ao atingir 18 anos de idade caso os padrões atuais se mantiverem ao longo de sua vida escolar.

Gráfico 15 - Taxa de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Gráfico 16 - Expectativa de anos de estudo: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010

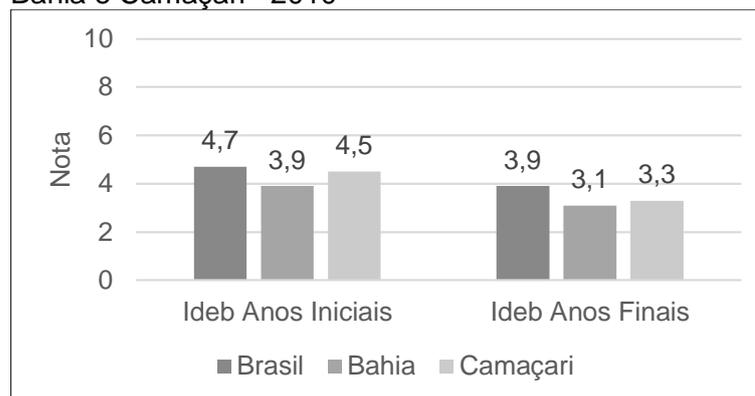


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Quando se compara as taxas acima (Gráficos 1 e 16) com as apresentadas no mesmo ano por Camaçari para a população não alfabetizada com 15 anos ou mais que era de 7,8%, se percebe que existe um percentual maior de não alfabetizados na Bahia e no Brasil onde tais taxas nesta faixa etária ficaram respectivamente em 16,6% e 9,6%. Já a expectativa de anos de ensino para a população camaçariense, 9,2 anos, tinha valor intermediário entre o esperado para os baianos, que era de 8,6 anos e os brasileiros que era de 9,5 anos no ano de 2010.

Além de indicadores de frequência educacional e escolaridade da população, destacam-se índices baseados em mensurações de aprendizagem como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) registrados para Camaçari naquele ano.

Gráfico 17 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao se examinar o Gráfico 17, percebe-se que os estudantes das séries finais do ensino fundamental têm rendimento inferior aos alunos dos anos iniciais tanto no município, como no estado, ou no país. Os rendimentos em Camaçari são intermediários entre as notas da Bahia e do Brasil.

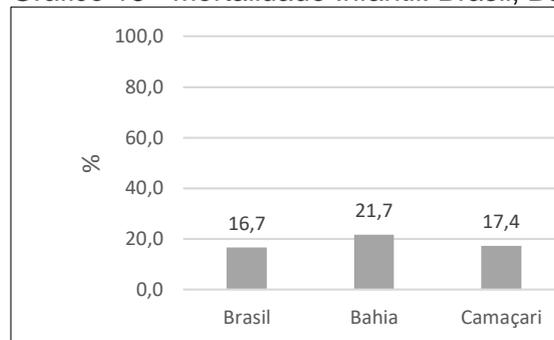
Uma análise da alta taxa de frequência líquida no ensino fundamental como visto acima e as baixas notas representando o aprendizado medido pelo Ideb revelam a necessidade de não somente elevar o acesso à escola, como também a ainda urgente necessária elevação da qualidade do ensino ofertado.

3.2.5 Saúde e saneamento básico

Para avaliarmos as condições de saúde em 2010, foram observadas a taxa de mortalidade infantil e a expectativa de vida ao nascer por serem medidas que podem indicar a qualidade de serviços essenciais como saúde, saneamento básico e educação de uma região.

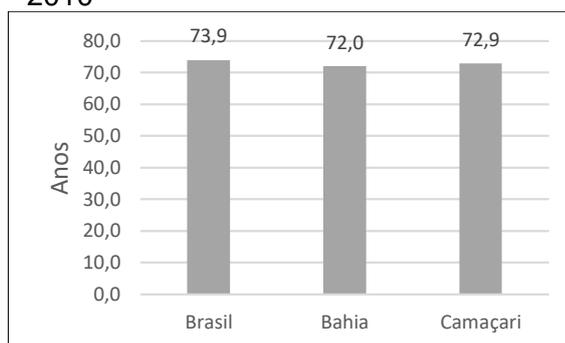
¹ As notas do Ideb relativas ao Ensino Médio não são disponibilizadas pelo MEC para o município.

Gráfico 18 - Mortalidade Infantil: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Gráfico 19 - Expectativa de vida ao nascer: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010

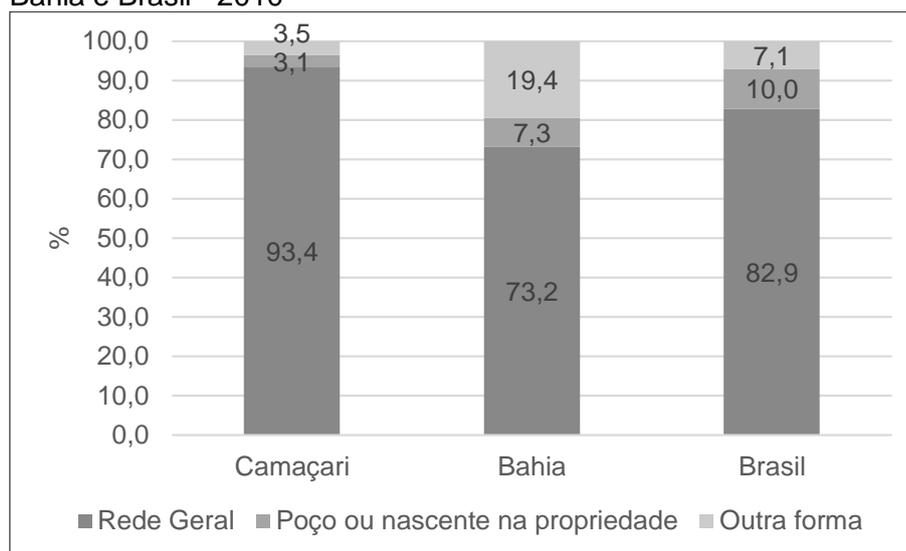


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Como indicado pelos Gráficos 18 e 19, em 2010, a taxa de mortalidade infantil de Camaçari era de 14,4%, percentual superior ao do Brasil, 16,7%, e menor que o da Bahia que era de 21,7%. Um padrão que se repete na esperança de vida ao nascer para aquele ano em que a média para o município era de 72,9 anos, valor maior que o do Estado, 72,0 anos, e menor que a média nacional que era de 73,9 anos.

Para a análise do saneamento básico, o primeiro indicador observado foi abastecimento de água potável, conforme se vê no Gráfico 20 a seguir:

Gráfico 20 – Percentual domicílios por tipo de abastecimento de água: Camaçari, Bahia e Brasil - 2010



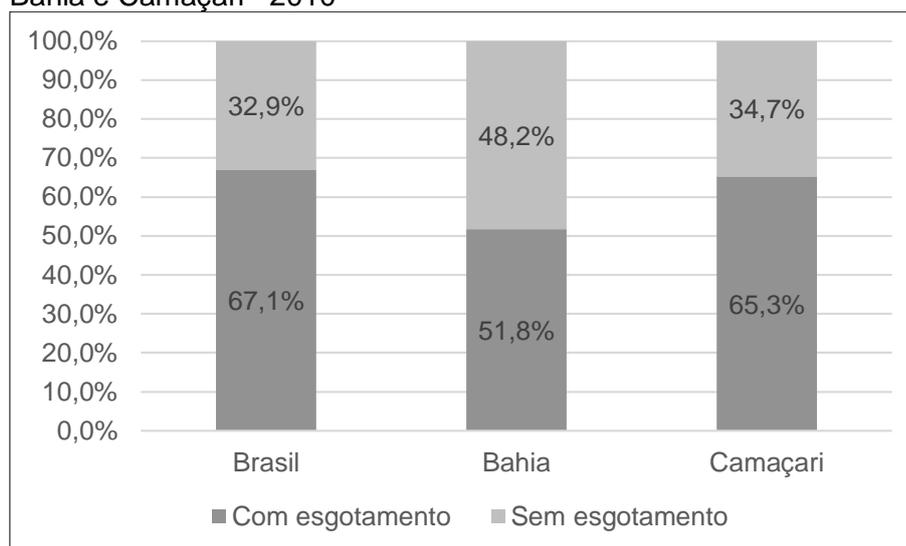
Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

O percentual de domicílios com abastecimento adequado de água (Gráfico 20), aquele feito por rede geral ou por poço ou nascente na propriedade, totalizava 96,5% das residências de Camaçari no ano de 2010, taxa superior à observada no Brasil de 92,9% e na Bahia de 80,6%.

Já os domicílios que eram abastecidos por formas de abastecimento inapropriadas juntas somavam 3,5% no município no citado recenseamento, enquanto no país esse percentual era de 7,1% e no estado era de 19,4%. Entre essas demais formas de abastecimento de água consideradas inapropriadas inclui-se abastecimento por poço ou nascente fora da propriedade, água da chuva armazenada em cisterna ou de outra forma, carro-pipa, rio, açude, lago ou igarapé ou outra.

Destaca-se, ainda, que além de ter uma maior cobertura de atendimento domiciliar com água potável, o município apresenta a peculiaridade de dispor de águas com qualidade química, física e físico-químicas distintas das águas comuns, ou seja, com características de águas minerais para o abastecimento de seu território.

Gráfico 21 – Percentual de domicílios com e sem esgotamento sanitário: Brasil, Bahia e Camaçari - 2010

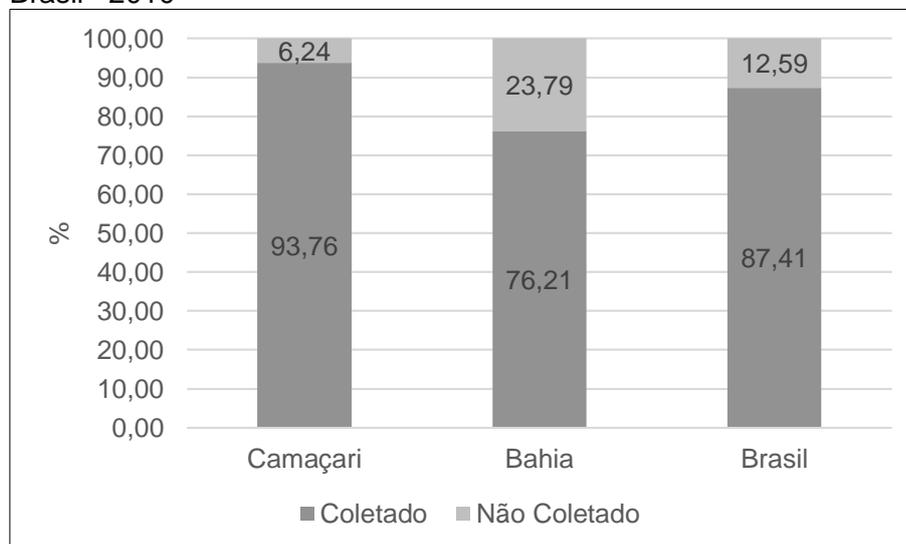


Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Outro indicador observado foi o esgotamento sanitário dos domicílios, cujas formas foram representadas no Gráfico 21 acima. As formas de esgotamento sanitário dos domicílios em Camaçari, na Bahia e no Brasil estavam longe da universalização necessária em 2010, quando o percentual de domicílios com esgotamento sanitário totalizava 65,3% no município, percentual superior ao observado na Bahia que era 51,8%, mas inferior ao apresentado pelo Brasil que era de 67,1%.

Observa-se que foi considerado adequada a coleta de esgoto quando era feita por rede geral ou pluvial e por fossa séptica.

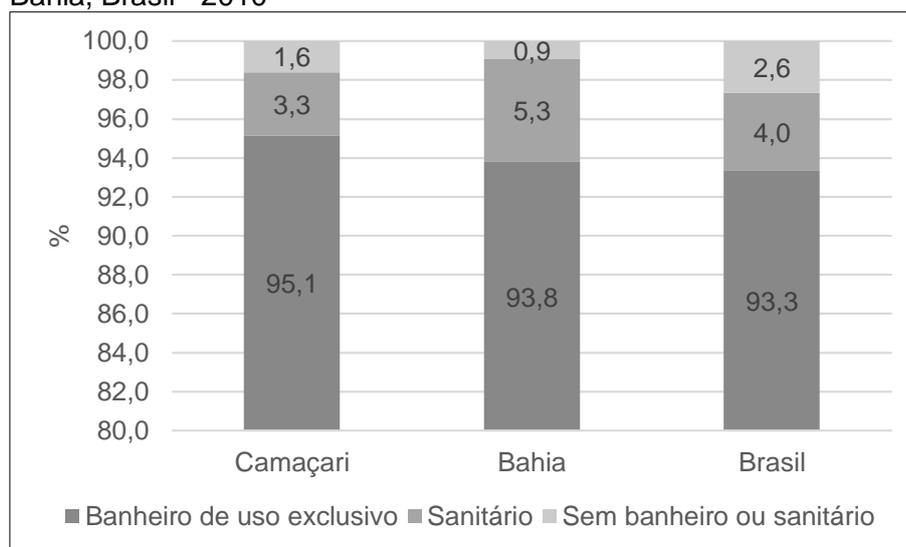
Gráfico 22 - Percentual de domicílios com e sem coleta de lixo: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já o percentual de domicílios em Camaçari com destino do lixo adequado era, em 2010, maior que os valores observados para o Brasil e para a Bahia conforme se vê no Gráfico 22. Nota-se que 93,8% dos resíduos sólidos era coletado diretamente por serviço de limpeza ou colocado em caçamba de serviço de limpeza e, por conseguinte, 6,2% das residências descartavam seu lixo de forma inadequada no município, o que inclui, entre outras formas de descarte do resíduo: enterrar na propriedade, jogar em rio, lago ou mar, terreno baldio ou logradouro e queimar. No Brasil e na Bahia, neste ano, os percentuais de domicílios cujo lixo não era coletado por serviço de limpeza era de 12,6% e 23,8% nesta ordem.

Gráfico 23 - Percentual de domicílios com e sem banheiro ou sanitário: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

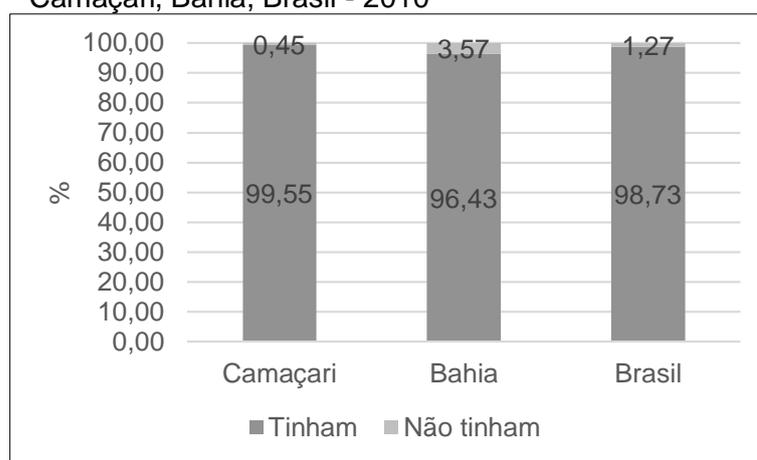
Ainda em relação às condições de saneamento dos domicílios, foi analisado a existência ou não de banheiros ou de sanitários de uso exclusivo. Nas condições sob análise, Gráfico 23, o município de Camaçari, com 95,1%, apresentava percentuais superiores aos da Bahia, 93,8%, e do Brasil, 93,3%. Em relação a condição do domicílio possuir apenas sanitário, o percentual era maior na Bahia, 5,3%, e no Brasil, 4%, e menor em Camaçari, 3,3%. Já a situação do domicílio não ter nem banheiro nem sanitário de uso exclusivo tinha percentual maior no país, 2,6% e no município, 1,6%, e menor no estado, 0,9%.

3.2.6 Condições de Moradia

Na sequência, informa-se algumas características das moradias no Brasil, na Bahia e em Camaçari analisadas a partir de dados referentes ao ano de 2010. São elas: a condição de posse, a existência ou não de energia elétrica no domicílio e o número de moradores.

Quando se tratava dos domicílios possuírem ou não energia elétrica os dados observados, conforme o Gráfico 24 abaixo, foram os seguintes:

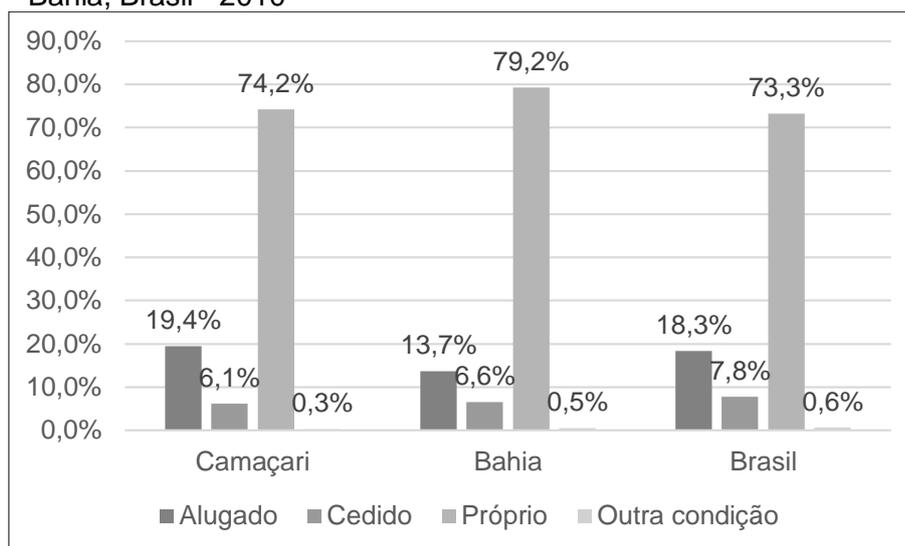
Gráfico 24 - Percentual de domicílios com e sem energia elétrica: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do Censo do IBGE (2011).

Em 2010, a energia elétrica chegava praticamente à totalidade dos domicílios do município de Camaçari. O percentual de domicílios com energia elétrica totalizava 99,5%, ou seja, domicílios que não possuíam energia elétrica representavam um montante de apenas 0,5%. Percentual superior àquele observado entre as habitações com eletricidade no Brasil que era de 98,7%, e na Bahia que era de 96,4%.

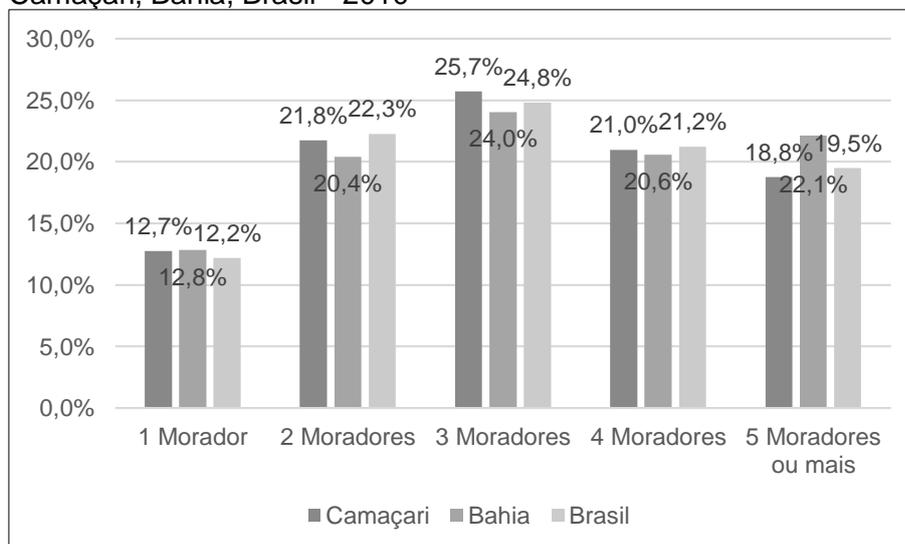
Gráfico 25 - Percentual de domicílios por condição de ocupação: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Em relação às condições da habitação (Gráfico 25), verificou-se que, do total de domicílios brasileiros, a ampla maioria, 73,3%, era composta por imóveis próprios, independentemente de estarem total ou parcialmente quitados no ano de 2010. Situação similar foi encontrada com relação aos domicílios da Bahia, 79,2% eram próprios e em Camaçari onde 74,2% das moradias eram de propriedade de algum de seus moradores. Os imóveis alugados, cedidos ou com outra condição de ocupação correspondiam, respectivamente a 26,7%, 20,8% e 25,8% no país, na Bahia e no município em análise, nesta ordem.

Gráfico 26 - Percentual de domicílios de acordo com a quantidade de moradores: Camaçari, Bahia, Brasil - 2010



Fonte: Elaborado pela autora com dados do IBGE (2011).

Em relação a ocupação dos domicílios (Gráfico 26) observou-se que a maioria dos domicílios tinha entre 1 a 4 ocupantes, sendo o maior percentual formado por imóveis com 3 moradores tanto em Camaçari, 29,5%, como na Bahia, 27,6%, e no Brasil, 28,3%. A partir de 5 moradores em diante, os valores decrescem de forma parecida para as três espacialidades, totalizando nessa faixa 18,8% para o município, 22,5% para o estado e 19,5% para o país.

No geral, a avaliação dos índices sociais e econômicos utilizados para Camaçari no ano de 2010 revelavam uma tendência do município a apresentar dados mais positivos quando comparado com as informações da Bahia, porém com indicadores menos favoráveis quando comparado aos percentuais do Brasil. Portanto, pode-se supor que, proporcionalmente, a população do município de Camaçari experimenta mais privações em relação à população do país, porém vivencia menos carências que a população do Estado.

Tais constatações levaram à necessidade de se propor a realização de uma investigação de como e onde se manifestavam, no ano de 2010, as privações dentro do território camaçariense a partir de uma análise a ser desenvolvida nas seções seguintes da presente dissertação e que vai além das habituais mensurações referenciadas pelas médias gerais da condição socioeconômica do município.

4 DELINEAMENTO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Em estudos cuja finalidade seja a aferição da pobreza multidimensional se costuma adotar basicamente dois caminhos: ou se utiliza um dos índices já estabelecidos, ou se opta por construir um indicador que atenda às especificidades do trabalho. E a segunda opção foi o trajeto mais adequado para a presente pesquisa. Assim, inicia-se o presente percurso metodológico com a construção dos índices utilizados para a análise espacial da distribuição da pobreza nos setores censitários de um município a partir de dados do Censo Demográfico de 2010. Tais procedimentos foram aplicados ao município baiano de Camaçari, conforme se pode acompanhar no capítulo 5 desta dissertação.

A seguir, além da delimitação da análise, será delineada a medida da pobreza multidimensional pelo Índice de pobreza Humana (IPH), seguida da adaptação dessa metodologia para a construção do Índice de pobreza Intramunicipal (IPMI). Na sequência, são apresentadas as técnicas de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) a serem utilizadas a partir do IPMI.

4.1 DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE

As regiões espaciais adotadas para as análises foram os 518 setores censitários do município de Camaçari. Sendo assim, foram utilizadas como unidades de análise a quantidade de domicílios e o número de habitantes de cada uma das localidades para a construção das dimensões. Para as dimensões Habitação/Saneamento e Renda, a unidade foi o domicílio e, para a dimensão Educação foram os habitantes.

Como as quantidades utilizadas eram originárias de unidades diferenciadas fez-se a normatização das mesmas de 0 a 100 a partir da utilização de seu percentual em relação ao total do setor censitário. Foram utilizados na pesquisa, informações da base de dados “Resultados do Universo Agregados por Setores Censitários”, produto do Censo 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para posteriores cálculos do Índice de pobreza Intramunicipal (IPMI) e de análise espacial.

Os valores relativos ao IPMI foram efetuados no Excel 16.0, enquanto a espacialização dos valores foram obtidos com a utilização do software QGis 3.14.15 e as operações referentes à autocorrelação espacial com o software GeoDa 1.14.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÍNDICE DE POBREZA HUMANA (IPH)

O Índice de Pobreza Intramunicipal (IPMI) é uma medida especialmente construída para medir a pobreza como fenômeno multidimensional em um município brasileiro qualquer e foi elaborado tendo como base o Índice de Pobreza Humana (IPH) desenvolvido por Anand e Sen (1997), de acordo com o paradigma da pobreza embasado na abordagem da privação de capacitações.

O IPH é considerado uma metodologia consagrada na análise espacial da pobreza, tendo sido publicada entre 1997 e 2009 no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) do PNUD, agência da ONU responsável pela divulgação anual do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das nações do globo.

Todavia, O IDH reflete realizações em elementos considerados essenciais à existência humana, conforme se vê abaixo (Figura 2), aglutinando-se três dimensões: saúde, educação e padrão de vida.

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: PNUD Relatório de Desenvolvimento Humano (2009).

Já o IPH reflete carências ou privações nos mesmos três elementos do IDH, porém, segundo Anand e Sen (1997), não deve ser entendido como um substituto do IDH por possuir perspectivas diferentes deste. É que através do IDH se pode analisar realizações ou avanços médios alcançados no combate à pobreza, o que se reflete como desenvolvimento; enquanto isso, com o IPH é possível medir o grau de privações que caracterizam a pobreza multidimensional existente. Logo, pode-se dizer que o IPH é uma medida da pobreza que possui uma perspectiva de desenvolvimento

humano, com foco nos mais pobres e adotando um olhar a partir das privações do indivíduo, diferenciando-se, deste modo, das medidas convencionais de pobreza aferidas apenas pela renda.

A metodologia do IPH traz dois índices a serem aplicados de acordo com o nível de desenvolvimento da nação. O IPH-1 é uma medida que traz dimensões e indicadores de privações a ser utilizado para países não desenvolvidos (Figura 3 abaixo):

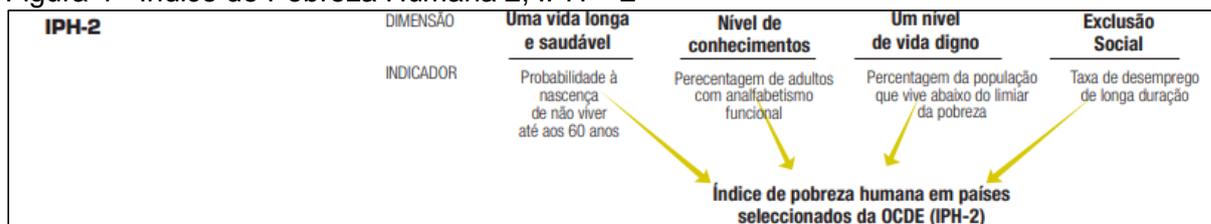
Figura 3 - Índice de Pobreza Humana 1 (IPH – 1)



Fonte: PNUD Relatório de Desenvolvimento Humano (2009).

Através do IPH-2 é possível fazer uma avaliação da pobreza através de um índice usado para países seleccionados da OCDE (Figura 4 a seguir):

Figura 4 - Índice de Pobreza Humana 2, IPH – 2



Fonte: PNUD Relatório de Desenvolvimento Humano (2009).

Para composição de cada dimensão (P_i) aqui, utiliza-se uma média ponderada dos indicadores de privações (P_{ij}). Desse modo, a dimensão denominada nível de vida digno, representada por P_3 do IPH-1, por exemplo, é dada pela média aritmética dos dois indicadores de privação que a compõem (porcentagem da população sem acesso a uma fonte de água melhorada e porcentagem de crianças com peso a menos para a idade), sendo calculada por:

$$P_3 = (P_{31} + P_{32}) / 2 \quad (1)$$

E a fórmula do IPH é expressa da seguinte maneira:

$$\text{IPH} - 1 = [1/3 (P_1^3 + P_2^3 + P_3^3)]^{1/3} \quad (2)$$

Ressalta-se, ainda, que o valor final do IPH indica qual a proporção da população é afetada pelas privações analisadas em valores de percentuais que variam de 0 a 100, sendo que quanto mais este valor de percentual se aproxima de 100, maior é o grau de pobreza. É necessário também destacar, conforme afirma Ávila (2013), que o IPH não é uma medida da pobreza, mas funciona como uma proxy que indica a incidência da pobreza na região analisada.

A seguir será demonstrada a adaptação feita no IPH para a construção do IPMI, índice necessário para que se alcançasse os objetivos propostos nesse estudo.

4.3 CONSTRUINDO O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL INTRAMUNICIPAL (IPMI)

O Índice de Pobreza Intramunicipal (IPMI) apresentado a seguir foi elaborado tendo como principal referência o Índice de Pobreza Humana (IPH) e se apresenta como uma contribuição que pode permitir a realização de medidas que vão além das avaliações nacionais em direção ao também necessário cálculo da pobreza em espacialidades intraurbanas, a exemplo da aferição das manifestações da pobreza no interior do território do município.

Para elaboração do IPMI aqui apresentado, o procedimento seguido foi aquele proposto na seção anterior através da definição de dimensões, seus indicadores de privações e respectivos cortes. Nesse processo, é importante ressaltar que a variedade de dimensões e uma quantidade ainda maior de indicadores de privações possibilitam inúmeras alternativas para o estudo da pobreza em seu caráter multidimensional, resultando em um certo grau de arbitrariedade a ele intrínseco.

As dimensões são utilizadas nos índices de pobreza para facilitar a comunicação e a interpretação dos resultados de estudos e se referem a categorias conceituais compostas por um conjunto de indicadores. Já os indicadores são utilizados como variáveis empregadas para se apontar privações que refletem a pobreza. Deste modo, as dimensões podem ser comparadas com cores primárias, a partir das quais se pode gerar uma gama infinita de tons (BRITES; MARIN; ROHENKOHL, 2016).

O emprego correto dos termos “pobre” e “privado” também necessitam de atenção especial em estudos de pobreza, já que o emprego adequado depende do contexto em questão. Nas medidas unidimensionais, a exemplo da linha de pobreza monetária, os termos “privado” e “pobre” são usados como sinônimos, visto que ser “privado”, de determinada forma, é o mesmo que ser “pobre”. Já nas medidas multidimensionais, a pobreza é caracterizada por um conjunto de privações, sendo assim, neste caso, ser “pobre” é uma condição mais ampla e mais complexa do que ser “privado” em determinada dimensão ou indicador. Isso ocorre, utilizando-se um exemplo hipotético, com uma família que possui elevada renda, tem acesso a bons serviços de educação e saúde, entre outros, mas resolve morar em uma sítio localizado em uma área fora da cidade e sem a oferta de coleta de lixo e, assim sendo, experienciam esta carência. Desse modo, tais pessoas são privadas considerando-se um indicador de pobreza, todavia não são consideradas pobres.

A variedade de dimensões possíveis para construção de um índice de pobreza multidimensional é ampla, entretanto algumas delas como educação, saúde, moradia, serviços básicos e padrão de vida foram incluídos em quase todos os índices oficiais estabelecidos até agora, refletindo um forte consenso sobre estas prioridades (CEPAL, 2013).

No processo de construção de um índice de pobreza multidimensional, a etapa mais decisiva, sem sombra de dúvidas, é alcançar uma determinação, menos arbitrária possível, para a operacionalização das suas dimensões e indicadores. Por isso, para a seleção das dimensões e indicadores no Índice de Pobreza Intramunicipal (IPMI) se optou pelo uso das referências conceituais listadas no Quadro 1 a seguir, que embasaram a escolha das dimensões Educação, Saneamento, Habitação e Renda para constituí-lo.

Quadro1 – Referências conceituais de dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPIM)

Dimensões (D)	Referências conceituais
Educação (E)	Anand e Sen (1997); Rolim (2004); Alkire e Foster (2009); Lacerda (2009); Alkire e Santos (2010) ; Ávila (2013); Araújo, Moraes e Cruz (2013); Otonelli e Mariano (2014); Quintela, Alves, Silva (2014); Costa e Costa (2014); Fraga, Filho, et al (2016); Vieira, Kuhn, Marin (2017); Moraes, Marin e Vieira (2018); Barreto, Santos e Carvalho (2018); Araújo, Gomes e Gomes (2019).
Saneamento (S)	Anand e Sen (1997); Rolim (2004); Alkire e Foster (2009); Lacerda (2009); Alkire e Santos (2010) ; Ávila (2013); Araújo, Moraes e Cruz (2013); Otonelli e Mariano (2014); Quintela, Alves, Silva (2014); Costa e Costa (2014); Fraga, Filho, et al (2016); Vieira, Kuhn, Marin (2017); Moraes, Marin e Vieira (2018); Barreto, Santos e Carvalho (2018); Araújo, Gomes e Gomes (2019).
Habitação (H)	Anand e Sen (1997); Rolim (2004); Alkire e Foster (2009); Lacerda (2009); Alkire e Santos (2010) ; Ávila (2013); Araújo, Moraes e Cruz (2013); Otonelli e Mariano (2014); Quintela, Alves, Silva (2014); Costa e Costa (2014); Fraga, Filho, et al (2016); Vieira, Kuhn, Marin (2017); Moraes, Marin e Vieira (2018); Barreto, Santos e Carvalho (2018); Araújo, Gomes e Gomes (2019).
Renda (R)	Lacerda (2009); ; Ávila (2013); Araújo, Moraes e Cruz (2013); Otonelli e Mariano (2014); Quintela, Alves, Silva (2014); Fraga, Filho, et al (2016); Vieira, Kuhn, Marin (2017); Moraes, Marin e Vieira (2018); Barreto, Santos e Carvalho (2018); Araújo, Gomes e Gomes (2019).

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como visto, também tem fundamental importância a definição dos indicadores de privações do índice de pobreza multidimensional, pois eles são considerados a espinha dorsal da medição da pobreza e, assim sendo, o conteúdo de sua medida dependem de sua qualidade, precisão e alcance.

Os cortes de privação nos indicadores podem ser justificados tomando como referências padrões internacionais ou nacionais. Desse modo, tais indicadores podem ser configurados para refletir mínimos básicos ou aspirações que surgiram em exercícios participativos, consultivos ou deliberativos e ainda podem refletir os alvos dos planos nacionais de desenvolvimento ou de algum acordo internacional ou ainda diretrizes legais (ALKIRE, et al., 2015).

Para os cortes do IPMI aqui apresentados, utilizou-se como referências iniciais as linhas usadas nos índices de pobreza multidimensional IPH e IPM divulgados no RDH do PNUD. No IPM, por exemplo, as linhas de cortes fixadas para os indicadores são metas presentes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Entretanto, para os cortes no Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal, as referências se apoiam, principalmente, na legislação e planejamento nacionais, visto que as normas brasileiras se mostram mais adequadas à realidade do país que as

metas postas pela ONU colocadas para um grupo de nações que inclui os países mais pobres do mundo e por isso se mostram bem menos ambiciosas que os parâmetros brasileiros.

Destaca-se ainda que a definição dos indicadores de privações e as dimensões para a composição do IPMI também foram limitados pelos dados disponibilizados pelos resultados do censo demográfico para setores censitários pelo IBGE. Contudo, ainda assim foi possível a ampliação do IPH para o IPMI, expandindo-se de três para quatro dimensões e de quatro para nove indicadores.

Assim sendo, os indicadores que compõem cada uma das dimensões do IPMI são descritos e justificados a seguir:

Dimensão Educação

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação é direito de toda pessoa. Além disso, ela é definida também como meio para a promoção e o respeito aos demais direitos e liberdades humanas (ONU, 1948).

No Brasil, a oferta de ensino fundamental obrigatório consta no texto original da constituição de 1988 ainda vigente. A obrigatoriedade foi expandida em 2009 para englobar a chamada Educação Básica, abrangendo os anos de ensino da Educação Infantil ao Ensino Médio - o que abarca a criança dos seus 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade -, assegurando inclusive a oferta gratuita a educação formal nesses níveis para todos aqueles que não tiveram acesso a ela na idade própria (BRASIL, 1988).

Questões relativas à educação continuam sendo um sério problema no Brasil. Nos últimos anos, avanços foram observados nos números relacionados ao acesso à educação formal e permanência na escola, especialmente nos anos do ensino fundamental. No entanto, ainda são imperativos esforços dirigidos para melhorar sua qualidade, ampliar ainda mais o acesso para a superação da pobreza no país. Por conta disso, esta foi definida como a primeira dimensão do índice aqui proposto para medir a pobreza no interior dos municípios brasileiros.

Entre as informações sobre educação do Censo 2010 para os setores censitários, espacialidades intramunicipais a serem utilizadas, foram disponibilizados dados apenas sobre alfabetização. Deste modo, foi utilizado o indicador analfabetismo

de pessoas com sete anos ou mais, pela obrigatoriedade de ingresso no sistema educacional a partir desta idade, naquele período. O indicador de privação de alfabetização se mostra útil na dimensão educação do IPMI pois, conforme apontava o I Plano Nacional de Educação (PNE), observa-se concentração de população analfabeta ou insuficientemente escolarizada nos bolsões de pobreza existentes no país (BRASIL, 2001) e, portanto, no território municipal.

Além disso, dada a indisponibilidade de dados relativos à frequência escolar, a faixa etária considerada no indicador poderia funcionar como uma proxy de que o indivíduo frequentou a escola por algum período.

Dimensão Saneamento

A existência de saneamento básico está diretamente ligada à condição de saúde e sobrevivência da população do planeta. Problemas de saúde pública causados pela privação de saneamento têm implicações para toda a vida dos indivíduos e para toda a sociedade.

No ano de 2010, a Assembleia Geral da ONU declarou serem a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos. No Brasil, versam sobre saneamento a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), em sintonia com a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), com a Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997, Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e a Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O saneamento básico tem importância fundamental seja como fator de indução de ações e políticas de acesso à água, ao esgotamento sanitário e ao manejo adequado de resíduos sólidos, seja como orientador da promoção da saúde e qualidade de vida. Por isso, o saneamento foi definido como dimensão do IPMI, como um guarda-chuva que comporta os indicadores de privações água potável, esgotamento sanitário, existência de banheiro e/ou sanitário e coleta de lixo nos domicílios.

Primeiramente, a água potável foi definido como indicador, utilizando-se como referência o Plansab que caracteriza como atendimento adequado neste quesito o

fornecimento de água potável por rede de distribuição ou por poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, em qualquer caso sem intermitências (BRASIL, 2007). Assim, esse critério de atendimento foi integralmente adotado como corte para o referido indicador da dimensão saneamento do IPMI.

O segundo indicador da dimensão saneamento foi esgotamento sanitário que segue parcialmente o critério de atendimento definido no Plansab. Neste indicador, o atendimento adequado é caracterizado pela coleta de esgotos seguida de tratamento ou uso de fossa séptica, enquanto o atendimento precário se dá quando a coleta de esgotos não é seguida de tratamento ou quando é empregada a fossa rudimentar, originando todas as demais situações em que o domicílio não conta com atendimento de esgotamento sanitário (BRASIL, 2007). Para o esgotamento sanitário como indicador do IPMI, o corte foi feito conforme os dados disponibilizados pelo IBGE (2011) que informa dados unificados para domicílios atendidos por rede geral de esgoto ou pluvial sem confirmar a realização de tratamento desse efluente, o que, segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, caracteriza atendimento precário.

O terceiro indicador definido foi o lixo que tem condição de não privação quando no seu manejo ocorre a coleta direta, na área urbana, com frequência diária ou em dias alternados e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e quando se dá a coleta direta ou indireta, na área rural, e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, de acordo com o Plansab (BRASIL, 2007). Seguindo essa definição e a partir dos dados disponíveis neste trabalho, o destino do lixo proveniente do domicílio particular permanente foi considerado apropriado quando feito diretamente por serviço de limpeza ou em quando coletado em caçamba de serviço de limpeza para depois ser coletado por serviço de limpeza.

O quarto e último indicador da dimensão saneamento foi a existência de banheiro ou sanitário no domicílio. No censo demográfico de 2010, considerou-se como banheiro o cômodo que dispunha de chuveiro, ou banheira, e vaso sanitário, ou privada, e de uso exclusivo dos moradores, inclusive os localizados no terreno ou na propriedade. E considerou como sanitário o local limitado por paredes de qualquer material, coberto ou não por um teto, que dispunha de vaso sanitário ou buraco para dejeções (IBGE, 2011).

Neste estudo, o corte do indicador para a privação de banheiro ou sanitário seguiu a definição do Plansab em que a ausência de banheiro ou sanitário caracteriza a situação em que o domicílio tem déficit na condição de não atendido em saneamento (BRASIL, 2007).

Dimensão Habitação

A dimensão Habitação no IPMI é composta pelos indicadores de privação de eletricidade, condição de habitação e média de moradores por domicílio. A seguir são apresentadas suas referências e linhas de cortes para suas respectivas condições de privação.

No Brasil, “eletricidade” como indicador da dimensão padrão de vida está fundamentada na Constituição Federal, art. 23, inciso X, que trata do dever da União para combater as causas da pobreza e da marginalização social (BRASIL, 1988). A garantia de universalização dos serviços públicos de energia elétrica é estabelecida pela Lei no.10.438/2002 e do programa específico para o meio rural, o programa Luz para Todos, Decreto 4.873/2003. Assim sendo, o domicílio foi considerado não privado em relação a este indicador é o domicílio que apresentava energia elétrica.

A “condição habitacional” foi outro indicador da dimensão Habitação e se embasa na definição da moradia como um dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), fortalecido pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), Lei 11.124/05, que trata da Política Nacional de Habitação (PNH). Na PNH, o déficit habitacional é formado pelas famílias com um grande comprometimento da renda para o pagamento de aluguel, pela coabitação, por famílias dividindo o mesmo teto e, por fim, pelas chamadas habitações precárias. Por isso, no indicador de pobreza intramunicipal na condição habitacional inadequada se consideram os domicílios particulares permanentes alugados, cedidos por empregador, cedidos de outra forma e domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação.

Outro indicador de privação da dimensão habitação foi a média de moradores por domicílio. Justifica-se a escolha desse indicador por sua relação com outras privações como a renda, por exemplo. Tal análise mostrou que em todas as faixas de renda há relação entre número de moradores do domicílio e renda *per capita*: quanto mais moradores habitavam um domicílio, menor era a renda *per capita* dos mesmos

(SCHIAVON, 2013). Para este indicador, utilizou-se como linha de corte domicílios com cinco ou mais moradores.

Dimensão Renda

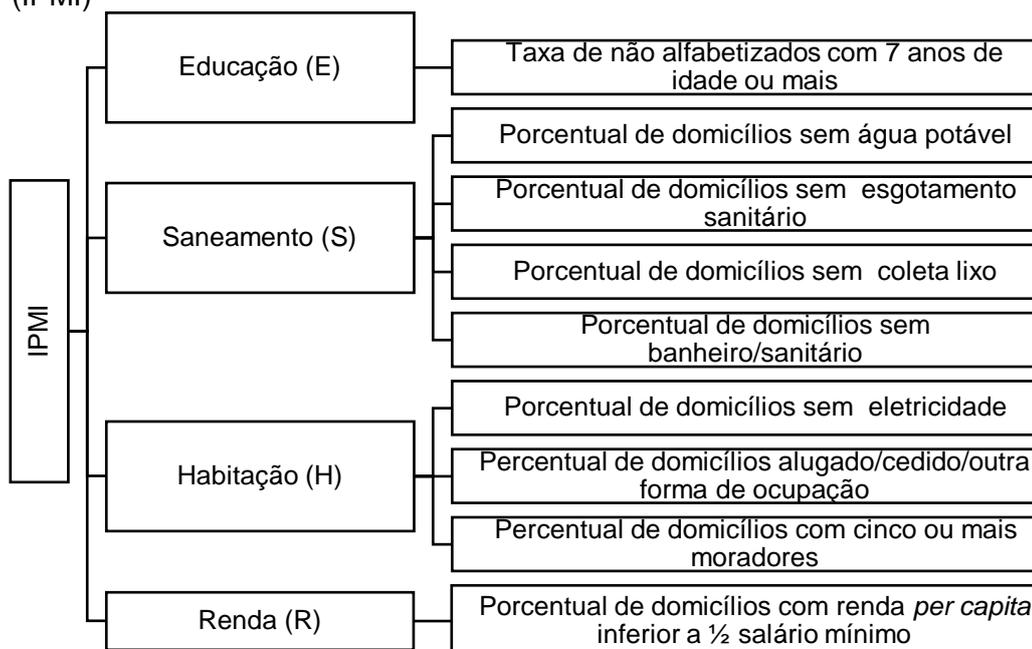
A discussão sobre a renda como indicador de pobreza foi aprofundada na seção 2 deste trabalho. A partir do raciocínio ali exposto, percebe-se que seu uso com exclusividade para a medida da pobreza é inadequado. Contudo, tal indicador se mostra necessário na composição de índices de pobreza multidimensional, pois os recursos monetários se mostram úteis como meio para se superar outras privações ou como forma de satisfazer as necessidades mínimas de uma família por alimentação.

É importante destacar que existem diferenças entre as linhas de pobreza monetária adotadas pelo Banco Mundial e pelo Estado brasileiro. Atualmente, o banco de desenvolvimento toma o critério do rendimento médio diário inferior a US\$ 5,50 para identificar o indivíduo que vive em condição de pobreza em países em desenvolvimento como o Brasil. Já o governo brasileiro, utiliza diversos critérios de corte para acesso dos considerados pobres aos seus programas sociais. Para o programa de transferência de renda Bolsa Família (PBF), uma família é considerada de baixa renda se o rendimento domiciliar *per capita* for inferior a meio salário mínimo, valor referencial para ingresso no Cadastro Único, já a linha de pobreza considera os casos em que a renda média *per capita* domiciliar seja de até R\$ 178,00 mensais e as famílias em situação de extrema pobreza são aquelas cujo rendimento mensal é de até R\$ 89,00 por pessoa. (BRASIL, 2020).

Desta forma, como não existe consenso sobre a renda *per capita* mínima, este trabalho segue as experiências de diversos estudos, listados na subseção anterior, sobre pobreza a partir de dados de censos demográficos que utilizam meio salário mínimo *per capita* como linha de pobreza para classificar a situação de pobreza para o critério “renda”.

Finalmente, a partir da definição dos indicadores de privação das dimensões foi possível a estruturação do IPMI como um indicador de pobreza multidimensional conforme se observa na Figura 5 a seguir.

Figura 5 – Representação do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI)



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O IPMI foi então se expressa, como se acompanha abaixo, a partir da metodologia proposta por Anand e Sen (1997) e seguida por Ávila (2013) e Barreto, Santos e Carvalho (2018):

$$P_i = 1/n (\sum P_{ij}) \quad (3)$$

Onde:

$P_i = D_i$ = dimensão a ser calculada;

P_{ij} = indicador de privação;

i = número que indica a dimensão a ser calculada ($i = 1, \dots, 4$);

j = número da privação que compõe a dimensão a ser calculada ($j = 1, \dots, 4$);

n = quantidade de privações que compõem a dimensão; e

α = fator de ponderação do peso das dimensões que compõem o índice

Aplicando-se a média ponderada às dimensões (D_i), o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal assume a seguinte expressão:

$$IPMI = \left\{ (1/n) [D_1^\alpha + D_2^\alpha + D_3^\alpha + D_4^\alpha] \right\}^{1/\alpha} \quad (4)$$

$$\text{Então, na fórmula geral, } IPMI = \left[\sum (D_i^\alpha) / n \right]^{1/\alpha} \quad (5)$$

Para:

$D_1 = E = \text{Educação};$

$D_2 = S = \text{Saneamento};$

$D_3 = H = \text{Habitação};$

$D_4 = \text{Renda} = R.$

Tem-se a formulação mais geral do IPMI assim construída:

$$\text{IPMI} = \left\{ \left(\frac{1}{n} \right) [E^\alpha + S^\alpha + H^\alpha + R^\alpha] \right\}^{1/\alpha} \quad (6)$$

Contudo, como a pretensão deste trabalho é fazer a medida da pobreza multidimensional e compará-la com medida apenas pela ótica da renda nos setores censitários do município, foram utilizados três índices seguintes derivados da forma geral da equação acima: IPMI - 1 ou IPMI que incluiu as quatro dimensões definidas acima (E, S, H e R); o IPMI - 2 calculado apenas com as dimensões não monetárias (E, S e H), guardando mais semelhança com o IPH; e o IPI que é a própria dimensão monetária (R).

Obtendo-se, então, os três índices a seguir utilizados neste trabalho:

$$\text{IPMI - 1} = \left\{ \left(\frac{1}{n} \right) * [E^\alpha + S^\alpha + H^\alpha + R^\alpha] \right\}^{1/\alpha}; \quad \alpha = n = 4 \quad (7)$$

$$\text{IPMI - 2} = \left\{ \left(\frac{1}{n} \right) * [E^\alpha + S^\alpha + H^\alpha] \right\}^{1/\alpha}; \quad \alpha = n = 3 \quad (8)$$

$$\text{IPI} = \left\{ \left(\frac{1}{n} \right) * R^\alpha \right\}^{1/\alpha}; \quad \alpha = n = 1 \quad (9)$$

Ou

$$\text{IPI} = R \quad (10)$$

e

$$D_i = 1/n(\sum P_{ij}); \quad n = 1 \text{ para E e R}; \quad n = 4 \text{ para S}; \quad \text{e} \quad n = 3 \text{ para H} \quad (11)$$

Da mesma forma que no IPH, todos os valores utilizados para a mensuração das privações do IPMI e do IPI são expressos em percentuais entre 0 e 100. Além disso, uma suposição importante é a de que as quatro dimensões que compõem o IPMI, da mesma forma que as dimensões que formam o IPH, possuem os mesmos valores relativos e que se somam umas às outras.

4.4 A ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS (AEDE)

A análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) pode ser realizada após a definição dos indicadores ou medidas do fenômeno em estudo, neste caso, o IPMI para a pobreza multidimensional do município em análise. Esse procedimento permite a identificação da concentração da população pobre em áreas geográficas específicas.

A AEDE compreende um conjunto de técnicas de análise de informações geográficas cuja principal finalidade é expor padrões espaciais dos dados em estudo, identificando, através de autocorrelação potenciais, dependências e heterogeneidades espaciais. Desse modo, a atual subseção da dissertação tem como fim, além de apresentar e descrever a distribuição espacial, identificar situações espaciais atípicas, os *outliers*, e possíveis agrupamentos de valores similares, os *clusters*, e verificar a presença de diferentes regimes espaciais ou de outras formas de instabilidade espacial (ALMEIDA; PEROBELLI; FERREIRA, 2008, p. 41).

Conforme aponta Ávila (2013), a noção de dependência espacial para Anselin (1988) significa a necessidade de se determinar de que maneira uma unidade particular influencia nas demais unidades do sistema espacial e, convencionalmente, é expressa através da noção de vizinhança, mediante a construção de matrizes de pesos espaciais, denominadas de W .

A matriz W corresponde a uma forma de exposição da estrutura espacial dos dados, seu conceito fundamenta-se no conceito de contiguidade e é determinada conforme a vizinhança, a distância geográfica ou socioeconômica ou, ainda, segundo a combinação das duas ideias. W tem dimensão “ n ” por “ n ” em que os pesos espaciais w_{ij} indicam o grau de relacionamento entre as regiões de acordo com o critério de proximidade adotado e mostram qual modelo de fronteira deve ser considerado no teste. Tal padrão de alcance pode ser de torre ou rainha em uma analogia com a possibilidade de movimentação dessas de peças no jogo de xadrez (ÁVILA, 2013).

Para este estudo, adequou-se a ideia contida nas matrizes de contiguidade para setores censitários por se acreditar que os índices de pobreza intramunicipal de determinado setor influenciam e são influenciados pelos índices dos setores com os

quais faz fronteira, e que essa influência vai diminuindo na medida em que a distância entre eles aumenta.

Assim, através da AEDE é possível se analisar a existência de relação espacial entre as unidades definidas para estudo. Na autocorrelação espacial global, a análise dos dados se dá de forma generalizada, o que caracteriza a associação espacial de toda uma região por meio de um indicador global por viabilizar a medição do grau de interdependência geográfica entre as variáveis, além de determinar a natureza e a intensidade da relação.

Neste trabalho, a análise de autocorrelação espacial foi realizada pelo Índice de Moran (I de Moran), considerado o indicador de autocorrelação espacial mais comumente usado e que tem a função de apontar a existência ou não de agrupamentos espaciais para uma dada variável. Além disso, tal índice tem a finalidade de mostrar a presença de valores similares tanto para o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI) como para o Índice de Pobreza Intramunicipal (IPI) de setores censitários vizinhos em determinado município, o que foi realizado para Camaçari e exposto no quinto capítulo deste estudo.

O I de Moran é dado por:

$$I = [n / S_0] \left[\frac{\sum_i \sum_j w_{ij} z_i z_j}{\sum_{i=1} z_i^2} \right] \quad (12)$$

onde:

n = número de regiões;

w_{ij} = representa os elementos da matriz de ponderação espacial;

z_i e z_j = são os valores da variável analisada em desvios da média;

S_0 = soma de todos os elementos da matriz W .

A associação espacial existente no conjunto dos dados fornecida pelo I de Moran, terá valores variando entre -1 e 1. O índice pode apresentar três situações: autocorrelação espacial positiva, quando mostra a existência de semelhanças entre as variáveis da característica estudada e a sua localização espacial. Nessa situação, valores altos tendem a estar localizados próximos de valores altos, assim como valores baixos tendem a estar localizados próximos de valores baixos. Tal fato,

significa a existência de semelhanças entre o atributo estudado e a sua localização, o chamado *cluster*. Tem-se também a autocorrelação espacial negativa, em que é demonstrada a existência de heterogeneidade entre as variáveis da característica estudada e a sua localização espacial, aqui os valores altos estarão ao redor de valores baixos, e vice-versa, demonstrando a inexistência de semelhanças entre o atributo e sua localização espacial, ou seja, de *outlier*. E, por fim, já quando o I de Moran for igual a zero, não existe autocorrelação espacial entre os dados (ALMEIDA, 2012).

No estudo da pobreza, logo entende-se que os resultados geralmente indicam que regiões consideradas pobres têm propensão a serem vizinhas de regiões pobres, assim como regiões tidas como não-pobres têm propensão a serem vizinhas de regiões não-pobres para valores de I de Moran tendendo a +1. E regiões pobres estarão próximas de regiões não-pobres, bem como regiões não-pobres estarão próximas de regiões pobres quando o I se aproximar de -1.

Em relação à medida de pobreza em Camaçari, esperava-se que os resultados demonstrassem a existência de influência dos níveis de pobreza intramunicipal, ou seja, a existência de *clusters* de pobreza no território do município. Entretanto, alguns setores censitários poderiam ter índices de pobreza originados em condições inerentes a eles próprios, independentes da sua vizinhança.

No entanto, sabendo-se que o I Moran Global pode ocultar padrões locais de autocorrelação, optou-se também por utilizar análises de autocorrelação local através do Índice Local de Moran, o *Local Indicator of Spatial Association* (LISA), que permite a observação dos padrões locais de associação linear estatisticamente significantes (ÁVILA, 2013).

O I de Moran local é dado por:

$$I = \frac{z_i \sum_{j=1}^n w_{ij} z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2} \quad (13)$$

onde:

n = número de regiões;

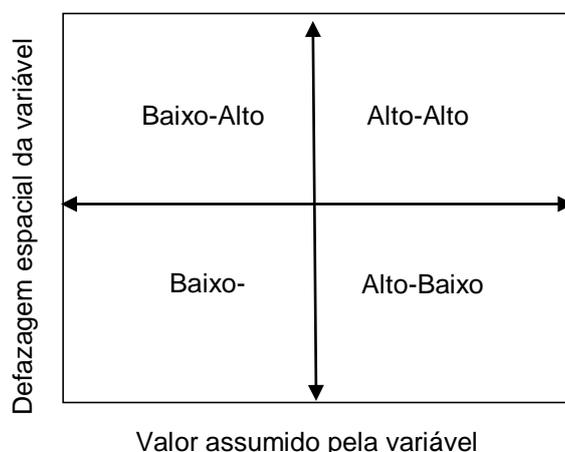
w_{ij} = representa os elementos da matriz de ponderação espacial.

z_i e z_j = são os valores da variável analisada em desvios da média;

Assim como no I de Moran global, os valores próximos de +1 apontam para a existência de relações espaciais dos tipos Alto-Alto e Baixo-Baixo, já os valores próximos de -1 indicam relações espaciais dos tipos Alto-Baixo e Baixo-Alto, e os valores próximos de zero sugerem que não há associação espacialmente significativa entre a unidade analisada e seus vizinhos.

Na representação do I de Moran através do diagrama de dispersão se expressa uma variável espacialmente atrasada no eixo y e a variável original no eixo x, em que a inclinação do ajuste linear no gráfico de dispersão é igual a este índice. Através do diagrama de dispersão de Moran, representado na Figura 5 abaixo, é possível visualizar a associação espacial graficamente em quatro categorias da seguinte maneira:

Figura 6 - Diagrama de dispersão de Moran



Fonte: Ávila (2013).

No primeiro quadrante, Alto-Alto (AA), são indicadas as regiões com valores altos para a variável em análise, cercadas por unidades que também apresentam valores altos para a mesma variável. Enquanto no segundo quadrante, Baixo-Alto (BA), encontram-se os pontos que representam as regiões com valores baixos para a variável de interesse, cercadas por vizinhos que apresentam valores altos para a variável em questão. Já no terceiro quadrante, Baixo-Baixo (BB), os pontos mostram as regiões com valores baixos para a variável estudada, cercadas por regiões que igualmente apresentam valores baixos para essa variável. E, finalmente o quarto quadrante, Alto-Baixo (AB), é formado pelas regiões que possuem valores altos para

as variáveis em análise, cercadas por regiões com a mesma variável, mas com valores baixos.

As regiões do primeiro e do terceiro quadrante, respectivamente, AA e BB, apresentam autocorrelação espacial positiva. Em AA, as unidades apresentam valores altos de uma variável contornados por valores altos, já em BB as unidades apresentam valores baixos de uma variável contornados por valores baixos. Enquanto o segundo e quarto quadrantes, BA e AB apresentam autocorrelação espacial negativa, em que em BA se encontram apresentam altos valores cercados por baixos valores, enquanto em AB apresentam autocorrelação espacial negativa, em que em BA apresentam baixos valores cercados por altos valores. Lembrando que valores altos no diagrama de dispersão de Moran são aqueles situados acima da média da região em estudo e valores baixos, os situados abaixo da média.

E finalmente, buscando solução para possíveis mascaramentos de associações locais por associações globais, será feita a utilização do Local Indicator of Spatial Association (LISA), ou seja, Indicador Local de Associação Espacial, que permite a observação dos padrões locais de associação linear estatisticamente significantes.

No capítulo a seguir da presente dissertação, a metodologia acima descrita foi aplicada ao município de Camaçari, Bahia.

5 INVESTIGANDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM CAMAÇARI

Esta seção tem o objetivo de apresentar e discutir os principais resultados deste trabalho através da determinação do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI) dos setores censitários de Camaçari, seguida da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) com a distribuição e a análise espacial da pobreza multidimensional no território municipal.

Primeiramente, para a análise da distribuição espacial da pobreza em Camaçari foi elaborada uma tabela com os indicadores de privações, dimensões e, em seguida, foram efetuados os cálculos dos índices do IPMI e o IPI, medida especificamente elaborada para este estudo e apresentada no quarto capítulo, para cada um dos 518 setores censitários do município. Os resultados referentes a cada uma desses índices estão apresentados no Apêndice A. Na sequência, foi realizada uma distribuição espacial da pobreza e seus componentes em Camaçari. Finalmente, realizou-se a análise de autocorrelação espacial dos índices do IPMI e IPI, o que permitiu que se identificasse *clusters* de pobreza no seu território, assim como uma comparação entre a pobreza multidimensional e a pobreza medida unicamente pela dimensão Renda.

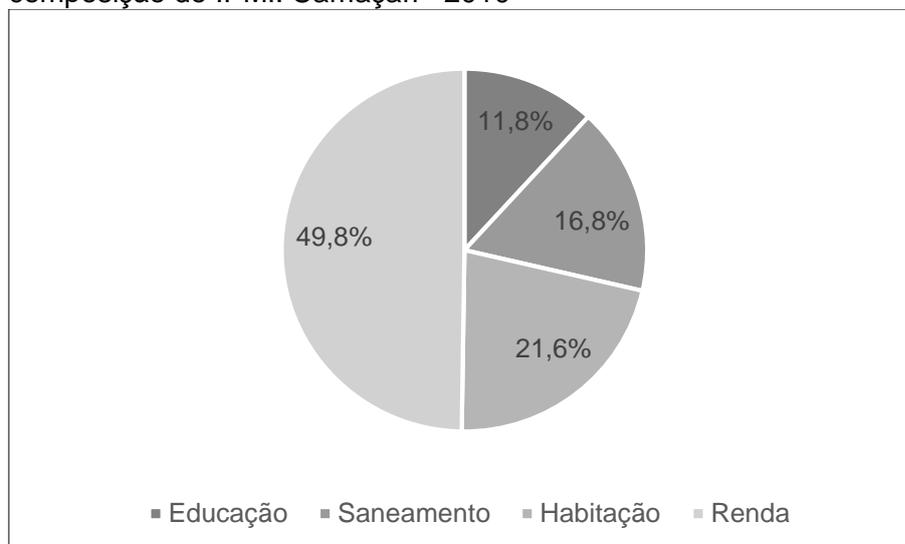
Como pode ser visto a seguir, tal análise revela a necessidade dos estudos e das políticas de enfrentamento à pobreza considerarem no seu escopo teórico metodológico as várias dimensões relacionadas ao problema pois uma ótica exclusivamente centrada na renda se revelou como uma visão limitada do fenômeno. Este fato guarda fundamental importância pois, se os critérios para definição da condição de pobre variarem, também devem variar as ações e políticas destinadas para esta parcela da população.

5.1 O ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL INTRAMUNICIPAL (IPMI) DE CAMAÇARI

Segundo critérios utilizados, constatou-se entre as quatro dimensões estudadas que os maiores impactos na composição do Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI) de Camaçari foram resultantes da renda, com 49,8% de contribuição para o IPMI, seguida da habitação, com 21,6%, depois pelo saneamento, com 16,8% e, por fim, pela educação com 11,8%, conforme se observa

pelo Gráfico 26 abaixo que traz a contribuição média relativa das dimensões da pobreza na composição do índice utilizado.

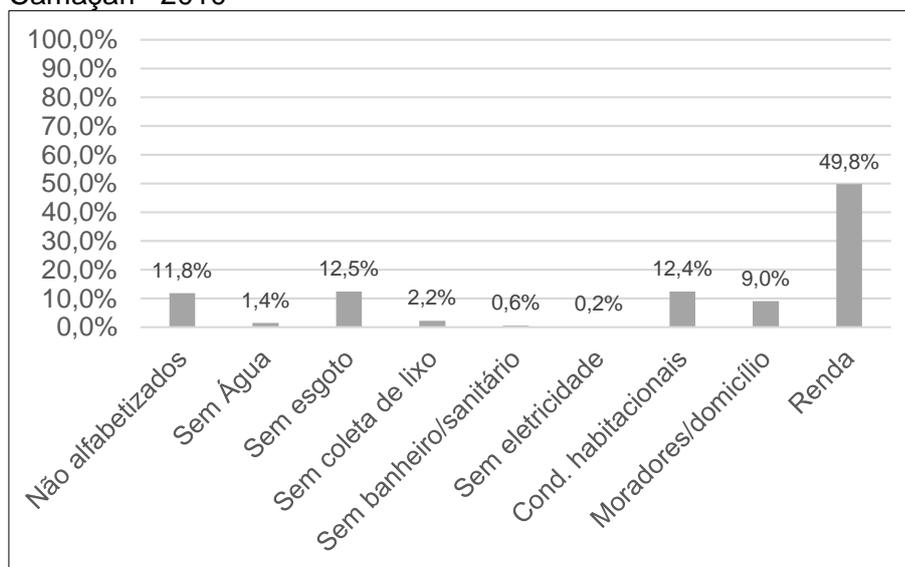
Gráfico 26 - Contribuição média relativa das dimensões da pobreza na composição do IPMI: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já a contribuição média relativa de cada indicador de privação usado na composição das dimensões do IPMI de Camaçari no ano de 2010 pode ser vista no Gráfico 27 abaixo:

Gráfico 27 - Contribuição relativa média das privações na composição do IPMI: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A desagregação das dimensões possibilitou verificar a contribuição relativa média de cada uma das privações sobre IPMI, em que se destacavam com maiores contribuições a privação de renda que tinha maior contribuição na composição do

IPMI, seguida da privação por esgotamento sanitário com 12,5% de contribuição, condição de habitação com 12,4% e educação com 11,8% , e com menores contribuições a carência por eletricidade (0,2%), e ausência de banheiro ou sanitário (0,6%).

Além disso, a análise através da estatística descritiva realizada a partir dos valores contidos no Apêndice A possibilitou uma visão geral da pobreza em Camaçari a partir de seus setores censitários, conforme se pode notar na Tabela 3 abaixo.

Tabela 3 – Medidas estatística do IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010

	IPMI - 1	IPMI - 2	IPI
Média	25,875	15,646	33,375
Erro padrão	0,432	0,331	0,649
Mediana	25,277	13,901	33,945
Desvio-padrão	9,764	7,477	14,647
Variância da amostra	95,336	55,905	214,528
Curtose	-0,297	3,977	-0,537
Assimetria	0,176	1,746	-0,251
Amplitude	51,212	48,001	71,111
Mínimo	3,154	2,487	0,000
Máximo	54,366	50,487	71,111
Contagem	510,000	510,000	510,000
Nível de confiança	0,847	0,649	1,271

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Da observação das informações acima, depreende-se que os valores de medianas menores que as médias no IPMI - 1 e no IPMI - 2 explicitaram que mais da metade dos setores censitários de Camaçari exibiam pobreza multidimensional maior que da média do município, incluída ou não na análise a renda como componente do índice. Situação diferente foi observada para a pobreza medida somente pela renda através do IPI quando a média é menor que a mediana, apontando como sendo inferiores à metade a quantidade dos setores censitários considerados monetariamente privados no município.

Além disso, quando as espacialidades foram classificadas por grau de pobreza em quatro intervalos iguais entre zero e seu maior valor, como tendo grau de pobreza baixo, médio, alto e muito alto, respectivamente, percebe-se que as quantidades de setores censitários em cada faixa são diferentes para os índices IPMI-1, IPMI-2 e IPI, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 4 - Quantidade de setores censitários por grau pobreza: Camaçari - 2010

Índice/Grau	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Sem informação	Total
IPMI ou IPMI - 1	74	249	161	26	07	517 ²
IPMI - 2	281	184	34	11	07	517
Renda	77	200	189	44	07	517

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O IPMI ou IPMI-1, conforme demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, traz uma medida mais ampliada do fenômeno da pobreza por relacionar a maior quantidade de dimensões. Considerando-se o IPMI, observou-se, entre os setores censitários de Camaçari, 74 com baixo grau de pobreza, 249 com grau médio, 161 com grau alto e 26 setores com grau muito alto de pobreza.

O IPMI-2 revela 281 setores com grau baixo de pobreza, 184 grau médio, 34 com grau alto e 11 com grau muito alto.

Já a observação do IPI, que leva em conta apenas a dimensão renda, mostra 77 setores com grau baixo de pobreza, 200 com grau médio, 189 com grau alto e 44 com grau muito alto de privação.

Isto confirma a necessidade de utilização de medidas mais amplas que aquelas que consideram apenas a dimensão monetária tanto para estudos quanto para a construção de ações anti-pobreza, o que se obtém pela utilização de índices mais complexos que levam em consideração o caráter multidimensional da pobreza.

Neste sentido o IPMI-1, confirma-se como o índice mais apropriado para a medida da pobreza por levar em consideração a maior quantidade de dimensões, não colocando a renda como única medida do fenômeno, mas também não a excluindo, pois se a carência de renda não pode ser considerada o único problema da pobreza, esta dimensão também não pode ser suprimida como parte do mesmo.

Os resultados mostraram também que Camaçari possui algum grau de pobreza multidimensional em todos os seus setores censitários, mesmo naqueles em que não se observava privação de renda. Isto se dá pela falta ou insuficiência de serviços públicos nos setores censitários com distribuição heterogênea no território, mostrando que a visão uniforme do município como geralmente feita é equivocada e revelando a

² . O território de Camaçari em 2010 possuía 518 setores censitários, porém não foram divulgadas informações para o polígono de número 290570110000097.

necessidade da observação e análise da pobreza em espacialidades menores em seu interior.

A fim de explicar a distribuição da pobreza multidimensional em Camaçari, a seguir é realizada a análise espacial da pobreza no território do município.

5.2 ANÁLISE ESPACIAL DA POBREZA NO MUNICÍPIO EM 2010

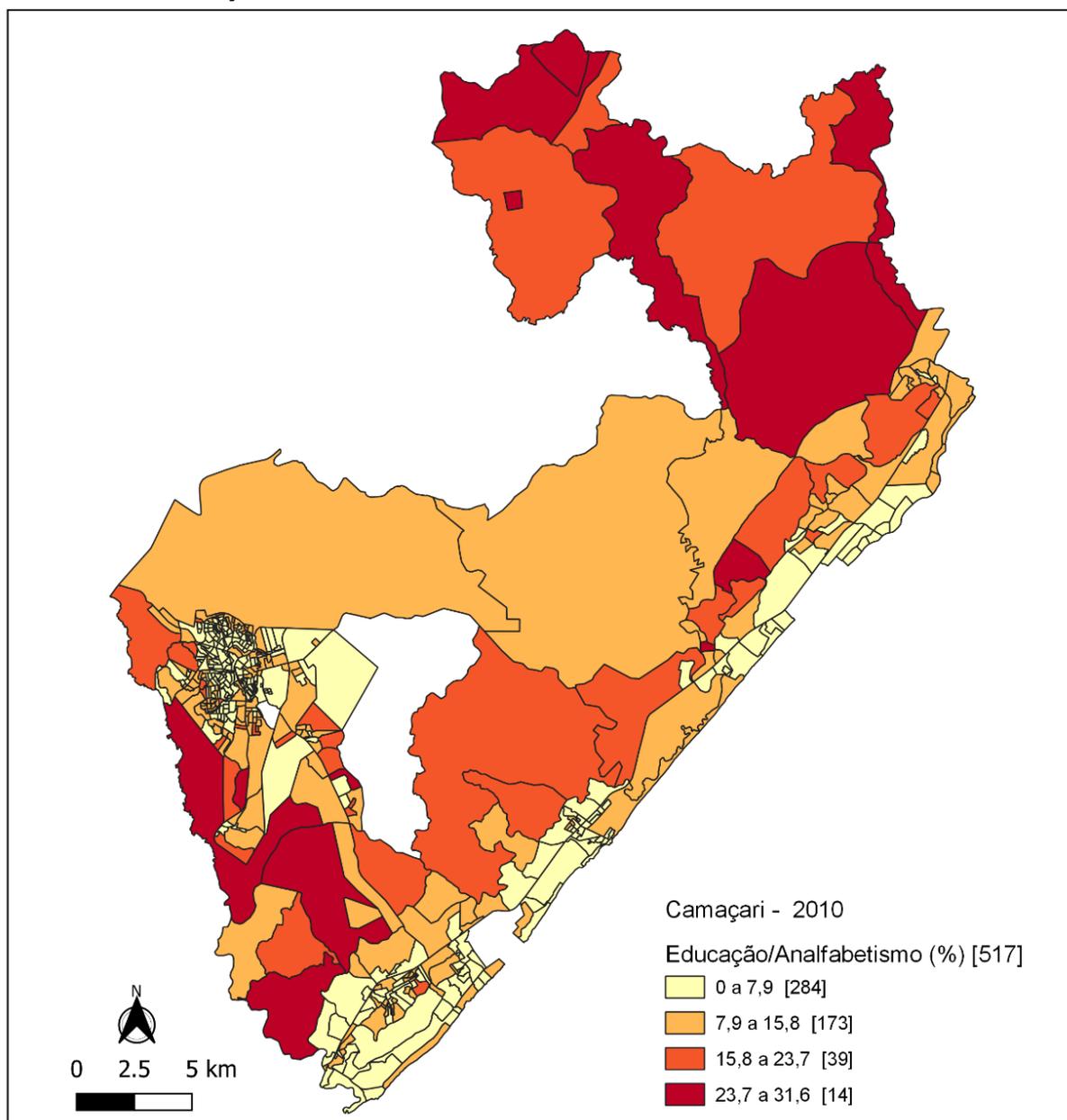
Nesta subseção, é feita a distribuição espacial da pobreza multidimensional pelo Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal e seus componentes no território de Camaçari. Para esse propósito, considera-se oportuno começar pela representação dos indicadores de privações e pelas dimensões do índice, pois a necessária utilização do índice sintético não exclui a também indispensável avaliação das diferentes carências que caracterizam a pobreza multidimensional.

Assim sendo, segue a distribuição espacial das dimensões da pobreza, indicadores de privações e do IPMI:

Dimensão Educação

Se a pobreza de Camaçari fosse medida apenas pela dimensão Educação, cujo único indicador usado foi o percentual de habitantes não alfabetizadas maiores de 7 anos de idade, 19.431 pessoas seriam pobres, número que correspondia a 8,2% da sua população em 2010.

Mapa 3 - Distribuição espacial da dimensão educação / analfabetismo por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Contudo, conforme mostra sua espacialização no Mapa 2 acima³³, no interior do município esta privação se apresenta de forma desigual. A observação da representação do território mostra que entre os setores censitários rurais a média de analfabetismo era maior, chegando a 19,2%, o que corresponde a 2.116 pessoas, enquanto isso, nos setores urbanos o percentual médio de não alfabetizados era de

³³ O IBGE suprime informações para setores censitários que possuem menos de seis domicílios por questões de confidencialidade, por isso sete setores não aparecem nos mapas de distribuição espacial do IPI e suas dimensões do município de Camaçari.

7,5%, ou seja, 17.314 moradores. Além disso, em todos os setores rurais se constatou a existência de pessoas não alfabetizadas. Enquanto isso, os treze setores de Camaçari em que toda a população sabia ler e escrever eram urbanos, embora também existissem nesta classificação setores com taxas de analfabetismo elevadas.

Dimensão Saneamento

A medida da condição da pobreza quando se considerava apenas a dimensão saneamento mostrava que em 14,2% dos domicílios de Camaçari a população vivia em condição de penúria em 2010, percentual que correspondia a 10.055 residências. Entretanto, analisando-se os domicílios localizados em setores censitários rurais as privações relativas a essa dimensão eram sofridas pelos moradores de 38,3% dos imóveis residenciais, que somavam 1.221 unidades. Enquanto isso, nos setores urbanos, os habitantes de 8.834, ou 12,5% domicílios sofriam de carências relativas ao saneamento. Contudo, conforme se vê abaixo, esta dimensão é composta por quatro indicadores que se apresentavam de forma diferente no município em geral.

O primeiro indicador revelava a inexistência de água potável para as pessoas que viviam em 7,0% dos domicílios, totalizando 4.794 habitações com esta privação. Percebeu-se, ainda, nos setores rurais, o percentual de 25,9%, de domicílios nesta condição, o que equivalia a 826 unidades, enquanto nas moradias urbanas esse percentual era de 5,6%, correspondendo a 3.968 imóveis.

Enquanto isso, para os moradores de 39,3% dos domicílios de Camaçari havia privação de rede de esgoto, isso correspondia a 28.552 residências. Sendo o percentual nos domicílios de setores rurais com esta carência bem mais acentuada, 67,5%, somando 2.151 habitações, enquanto nos urbanos o percentual era de 37,3%, em um total de 26.401 imóveis residenciais.

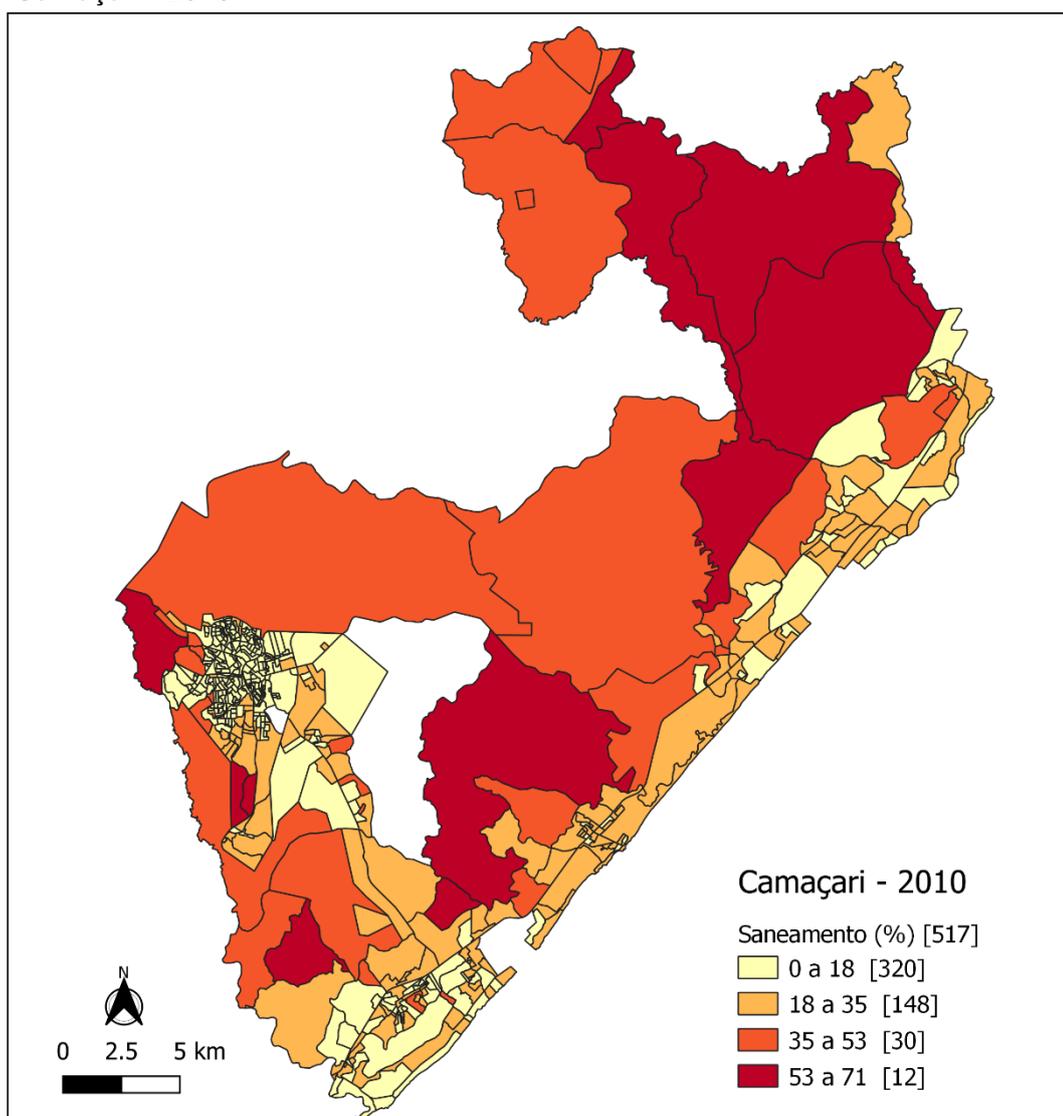
Já a privação de coleta de lixo era comum aos indivíduos que habitavam em 8,6%, ou seja, em 5.693 moradias do município, sendo, na área rural, esta privação sofrida pela população aproximadamente metade dos domicílios, 50,5% ou 1.607 das residências, percentual bem mais elevado que os 5,8%, que somavam 4.086 imóveis residenciais sem coleta de lixo em áreas urbanas.

E finalmente, se observou privação de banheiro ou sanitário para as pessoas que viviam em de 1,8% dos domicílios de Camaçari, que totalizavam 1.183 residências,

sendo o percentual zona rural de 9,5%, totalizando 301 habitações, e de 882 residências em setores urbanos, o que correspondia a 1,2% do total desses domicílios.

Desta forma, a privação de esgotamento sanitário adequado era apresentava o segundo percentual mais elevado entre todos os indicadores do IPMI. Ainda entre as privações de saneamento, a segunda maior contribuição se dava pelo valor de carência por coleta adequada de lixo, seguida de falta de água potável e de ausência de banheiro ou sanitário nos domicílios, nesta ordem. No Mapa 3 a seguir observa-se como a dimensão saneamento se apresenta em cada setor censitário do município.

Mapa 4 - Distribuição espacial da dimensão saneamento por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

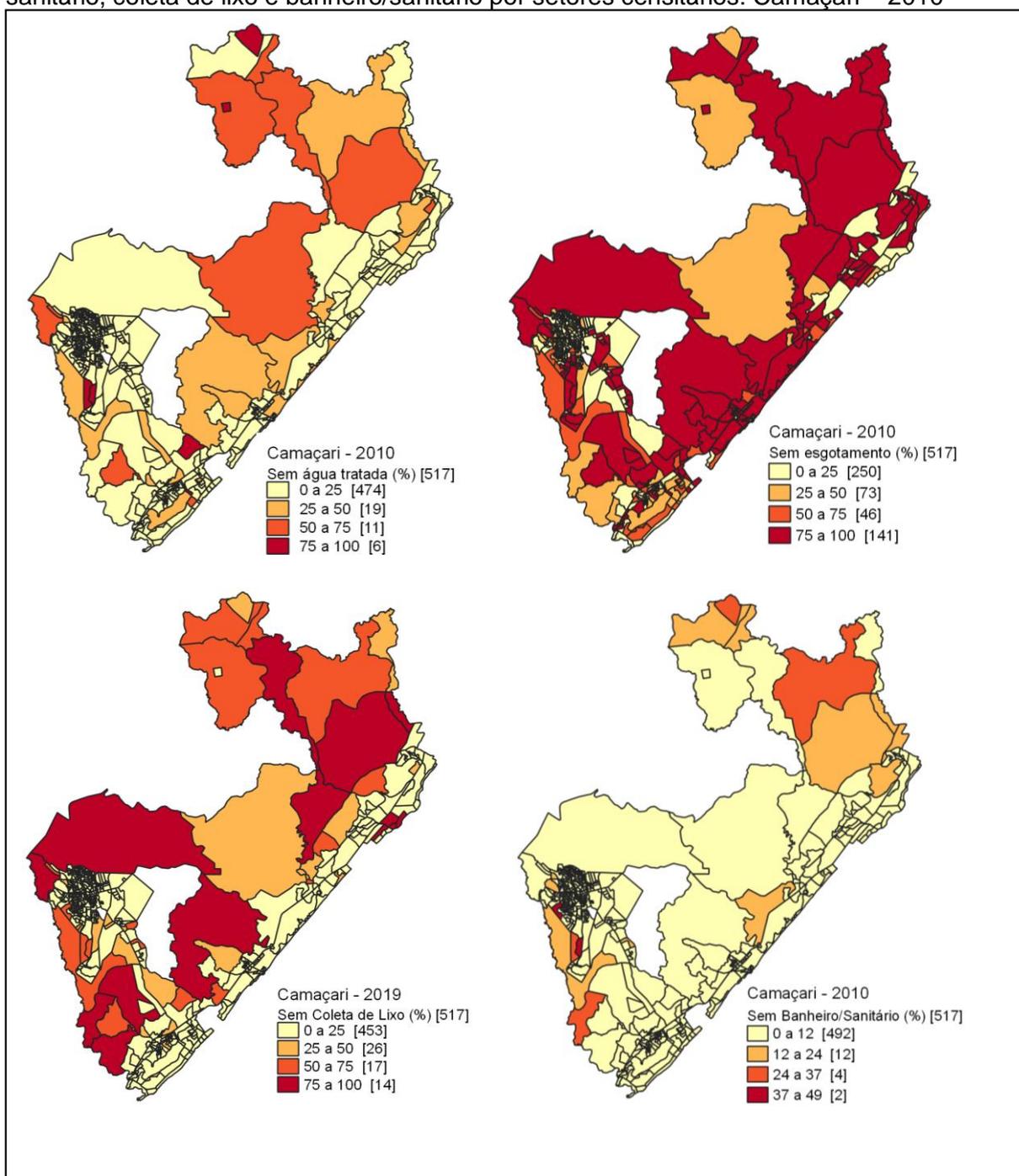
Além disso, em quatro setores censitários todas as suas habitações não estavam ligadas a um sistema de rede de coleta geral de esgoto ou rede pluvial e nem a uma fossa séptica. Já em relação aos setores urbanos, com elevada privação de rede de esgoto ou fossa séptica, destacou-se seis deles em que se notava 100% de ausência de qualquer tipo de esgotamento nos domicílios e, nesse caso, em sua maioria, os resíduos de tais domicílios eram despejados diretamente em algum canal, rio ou no oceano.

Observa-se, contudo, que, em 2011, foi iniciada a obra de revitalização urbana da Bacia do Rio Camaçari com intervenções visando a despoluição e recuperação do Rio Camaçari e os seus afluentes. Além disso, investimentos também foram feitos a partir do ano de 2012 para a implantação do sistema de esgotamento sanitário no

distrito sede e no distrito de Monte Gordo. Dessa forma, no próximo censo demográfico previsto para 2021, espera-se observar uma redução significativa dos domicílios com carência de esgotamento sanitário neste município.

A seguir, na Figura 7, também é possível observar a distribuição espacial para os quatro indicadores que compõem a dimensão Saneamento.

Figura 7 - Distribuição espacial das PRIVAÇÕES de tratamento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e banheiro/sanitário por setores censitários: Camaçari – 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Dimensão Habitação

Considerando-se apenas dimensão habitação da pobreza se observa que os residentes de 15,3% dos domicílios de Camaçari vivendo em com carências no ano de 2010, um percentual que correspondia a 11.277 de domicílios. Entretanto, em

relação à localização desses domicílios também se notava variações no grau das privações sofridas, já que em setores censitários rurais as privações relativas a essa dimensão eram sofridas pelos moradores de 16,3% dos imóveis residenciais, que somavam 519 unidades. Enquanto isso, nos setores urbanos, os habitantes de 10.758, ou 15,2% domicílios sofriam de carências relativas habitação. Contudo, conforme se vê abaixo, esta dimensão é composta por três indicadores que se apresentavam de forma diferente no território camaçariense.

A primeira privação mostrada foi a falta de eletricidade comum a habitantes de 0,6% dos domicílios, totalizando 409 habitações do município. Percebeu-se, ainda, nos setores rurais, o percentual de 1,9%, de domicílios nesta condição, o que equivalia a 60 unidades, enquanto nas moradias urbanas esse percentual era de 0,5%, correspondendo a 349 imóveis.

O segundo indicador mostrava que os moradores de 26,5% dos domicílios de Camaçari viviam em imóveis que não eram próprios, mas sim alugados, cedidos ou eram habitados em outra condição, um percentual que correspondia a 19.678 residências. Sendo a percentagem nos domicílios de setores rurais com esta carência menos acentuada, 23,3%, somando 742 habitações, enquanto nos urbanos o percentual era de 26,7%, em um total de 18.935 moradias.

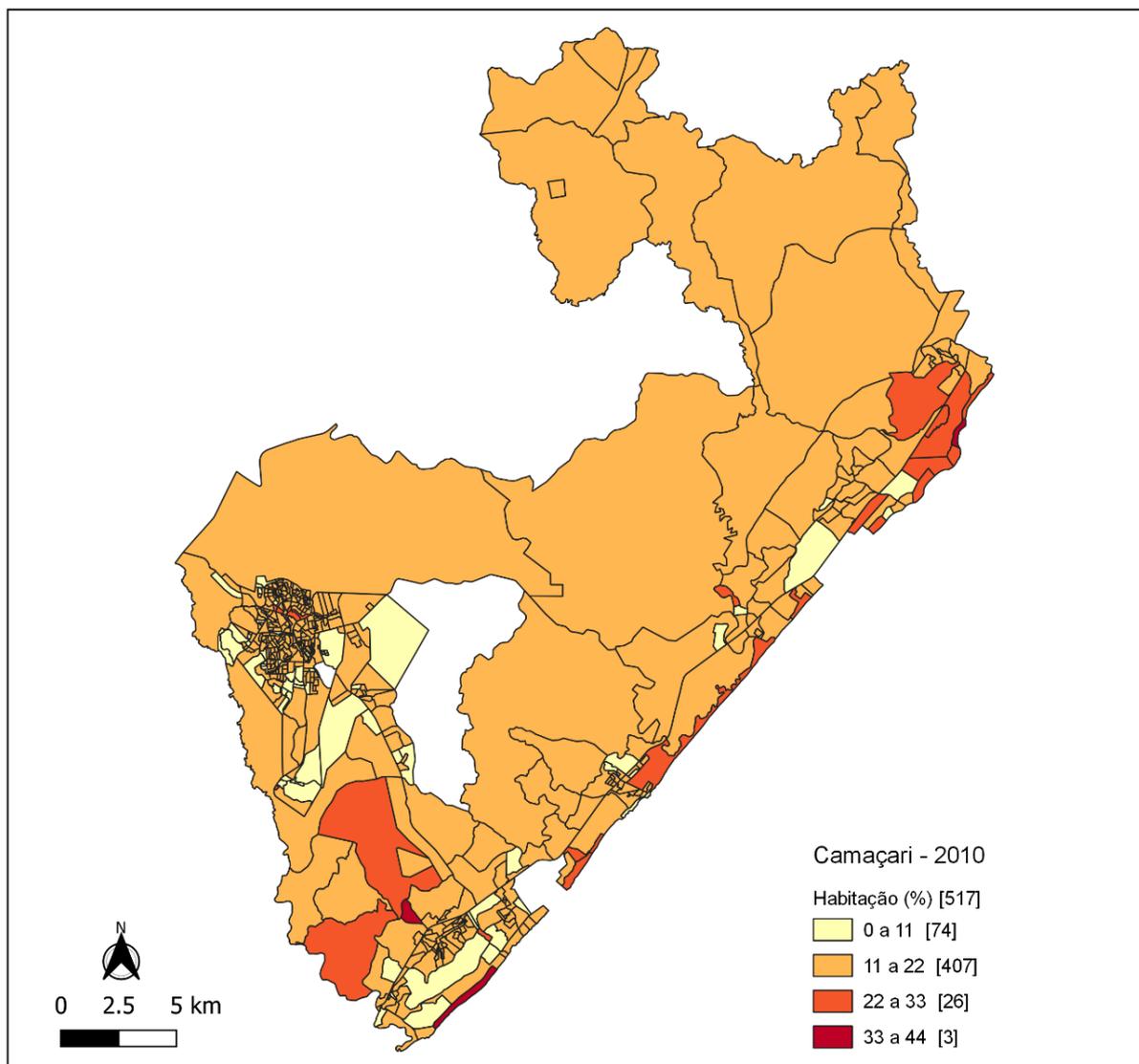
Já a terceira privação mensurada, média a existência de 5 ou mais moradores por domicílio, situação comum aos indivíduos que habitavam em 18,7%, ou seja, em 13.745 moradias do município. Percebeu-se, no entanto, que em setores censitários de áreas rurais, esta privação era sofrida pela população de 23,7% dos domicílios, equivalendo a 754 residências, enquanto esse percentual era experimentado pelos habitantes de 18,4% dos domicílios urbanos que somavam 12.991 imóveis residenciais.

Assim, dentro da dimensão habitação, a carência mais acentuada era a de condições de habitação, em seguida, as maiores privações eram observadas nos domicílios com 5 ou mais moradores e a privação com menor percentual de domicílios sem eletricidade. Além disso, em apenas um único entre todos os indicadores componentes de IPMI, os dados relativos às residências localizadas em setores rurais eram mais positivas em comparação às urbanas apenas em relação à menor privação

nas condições de habitação, pois o percentual de imóveis próprios era maior em domicílios com esta classificação.

O Mapa 4 (abaixo) revela a distribuição espacial da dimensão habitação do índice de pobreza intramunicipal e as representações da Figura 4 trazem a distribuição de cada indicador que a compõe.

Mapa 5 - Distribuição espacial da dimensão habitação por setores censitários: Camaçari - 2010

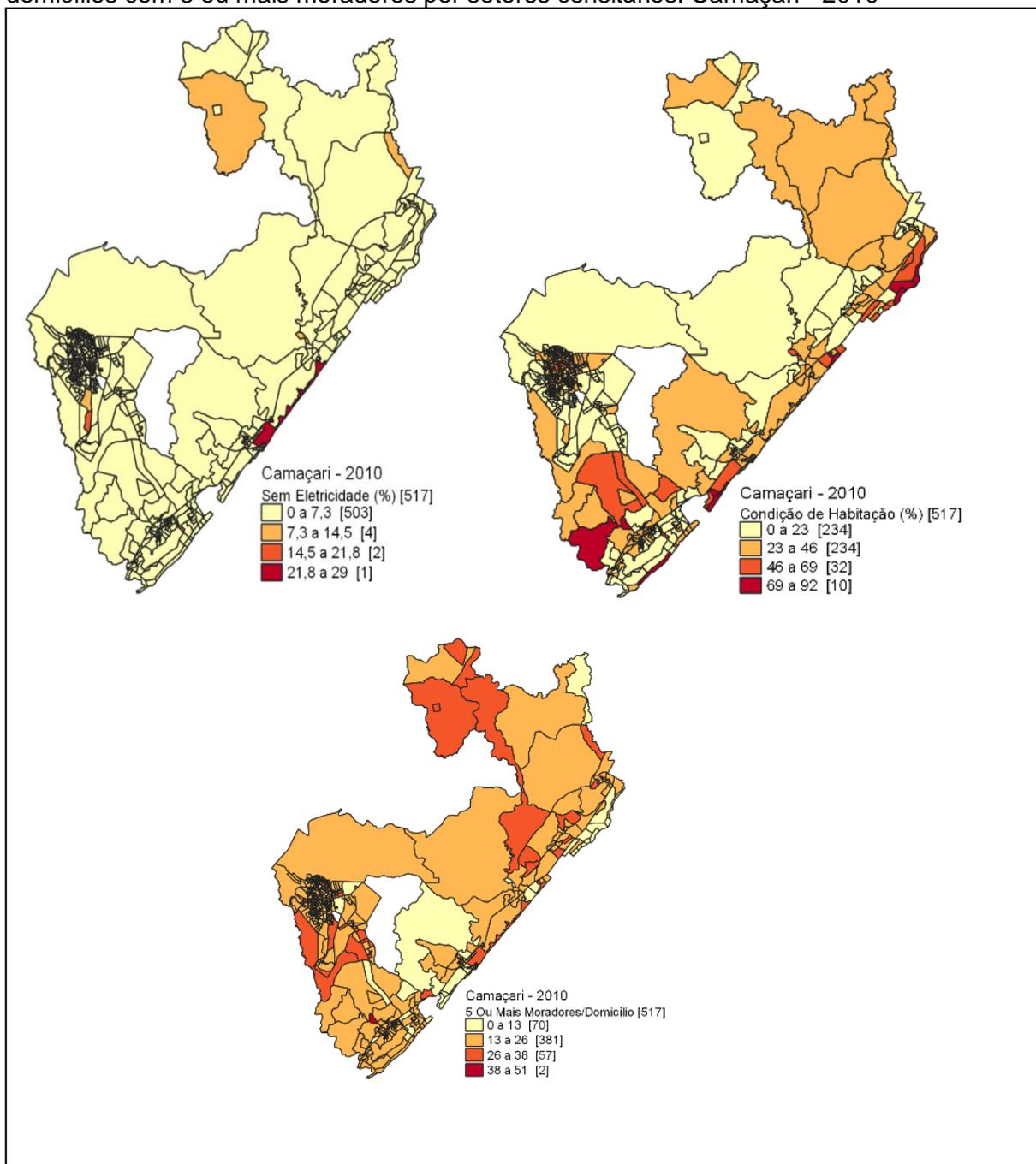


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir do ano de 2011, o município recebeu milhares de unidades habitacionais pelo Programa Habitacional do Governo Federal “Minha Casa, Minha Vida”, por isso espera-se que o próximo recenseamento também aponte uma redução das privações da dimensão Habitação.

Na Figura 8 a seguir é possível observar os mapas de distribuição espacial por setores censitários para os indicadores de privações em relação a eletricidade, condições de habitação e domicílios com 5 ou mais moradores em Camaçari (2010). Estas são as componentes da dimensão Habitação da pobreza.

Figura 8 - Distribuição espacial das privações de eletricidade, condições de habitação e domicílios com 5 ou mais moradores por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

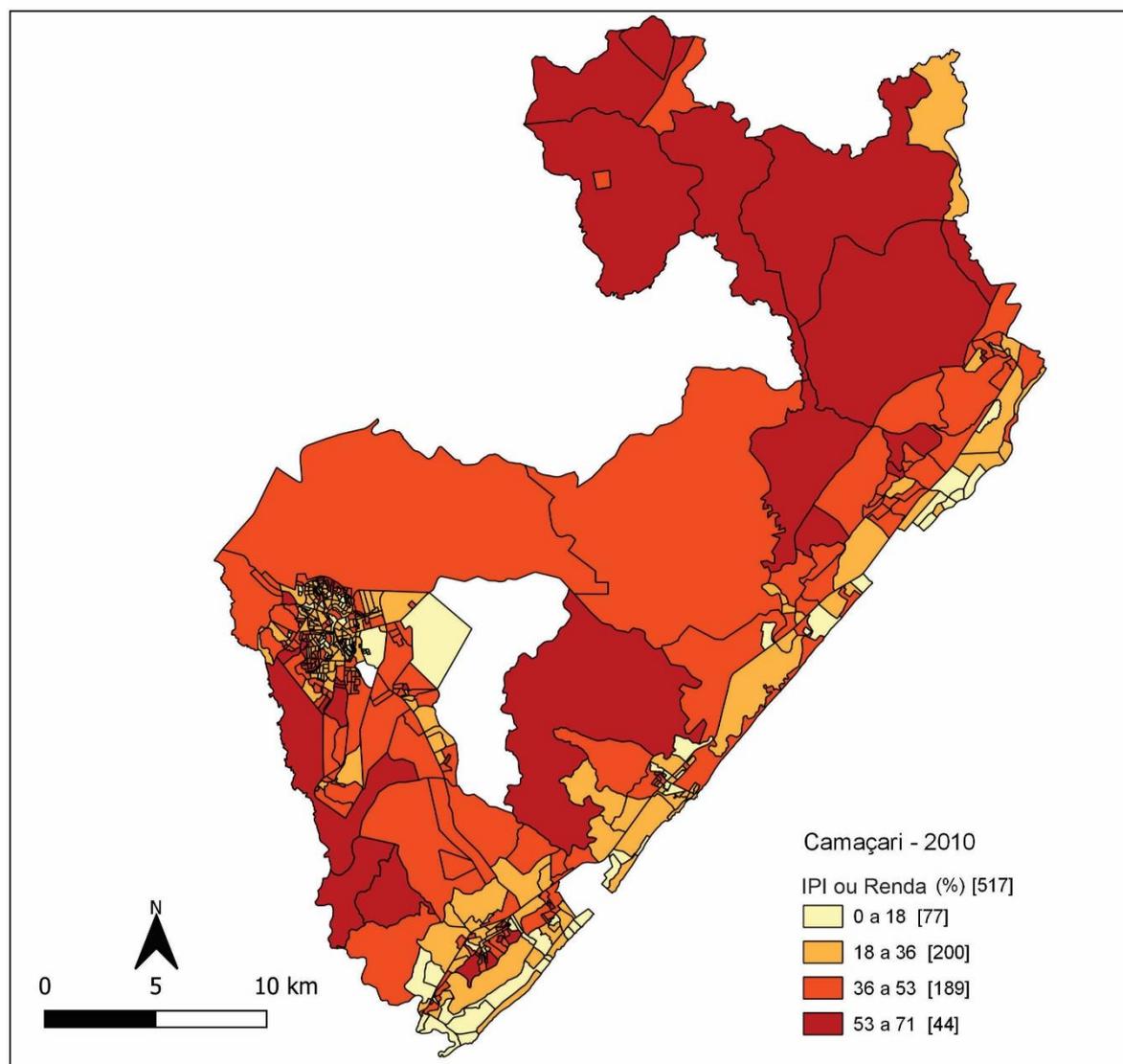
Dimensão Renda

Se a pobreza fosse medida apenas pela dimensão Renda, a proporção de domicílios com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo seria 33,4% e seus moradores seriam monetariamente pobres no ano de 2010 em Camaçari, esse percentual correspondia à condição dos moradores de 24.409 unidades residenciais do município. No entanto, em setores censitários rurais a privação de renda se mostrava mais acentuada que a média geral, visto que os residentes de 49,6%, das moradias eram hipossuficientes em relação a esta privação, percentagem que correspondia a 1.580 domicílios, enquanto isso nas espacialidades urbanas o percentual de habitações com renda *per capita* domiciliar menor que meio salário mínimo era característica de 32,2%, ou seja, os moradores de 22.829 unidades residenciais apresentavam escassez de renda.

Comprovava-se, além disso, que entre os oito setores censitários em que não se observava privação monetária, todos eram urbanos e situados nos seguintes loteamentos ou condomínios fechados localizados próximo a praias do município: Condomínio Moradas do Litoral e encontro da Travessa Busca Vida com a primeira via principal, no Distrito De Abrantes; além do encontro da Alameda Humaitá com a Rua da Alegria (Guarajuba), encontro da Ba 099 com A Alameda Humaitá (Guarajuba), encontro da Estrada da Praia com a Avenida Principal (Guarajuba), Condomínio Sol Marina Jacuípe, Encontro da Avenida Guaricema com a Rua Tilápia (Guarajuba), e encontro da Avenida Guaricema com a Avenida Humaitá (Guarajuba), no Distrito De Monte Gordo. Assim como tais espacialidades, outras com baixo grau de pobreza são observadas na Orla com percentuais de pobreza de renda com significativas diferenças quando comparados a setores vizinhos com outras formas de ocupação como Vilas, loteamentos populares e ocupações subnormais. No entanto, os setores com graus elevados de pobreza monetária não costumam apresentar significativas diferenças nos percentuais com os setores de sua vizinhança.

É possível, através do Mapa 5 a seguir, observar a distribuição espacial da privação de renda nos setores censitários de Camaçari.

Mapa 6 - Distribuição espacial da dimensão renda ou IPI por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

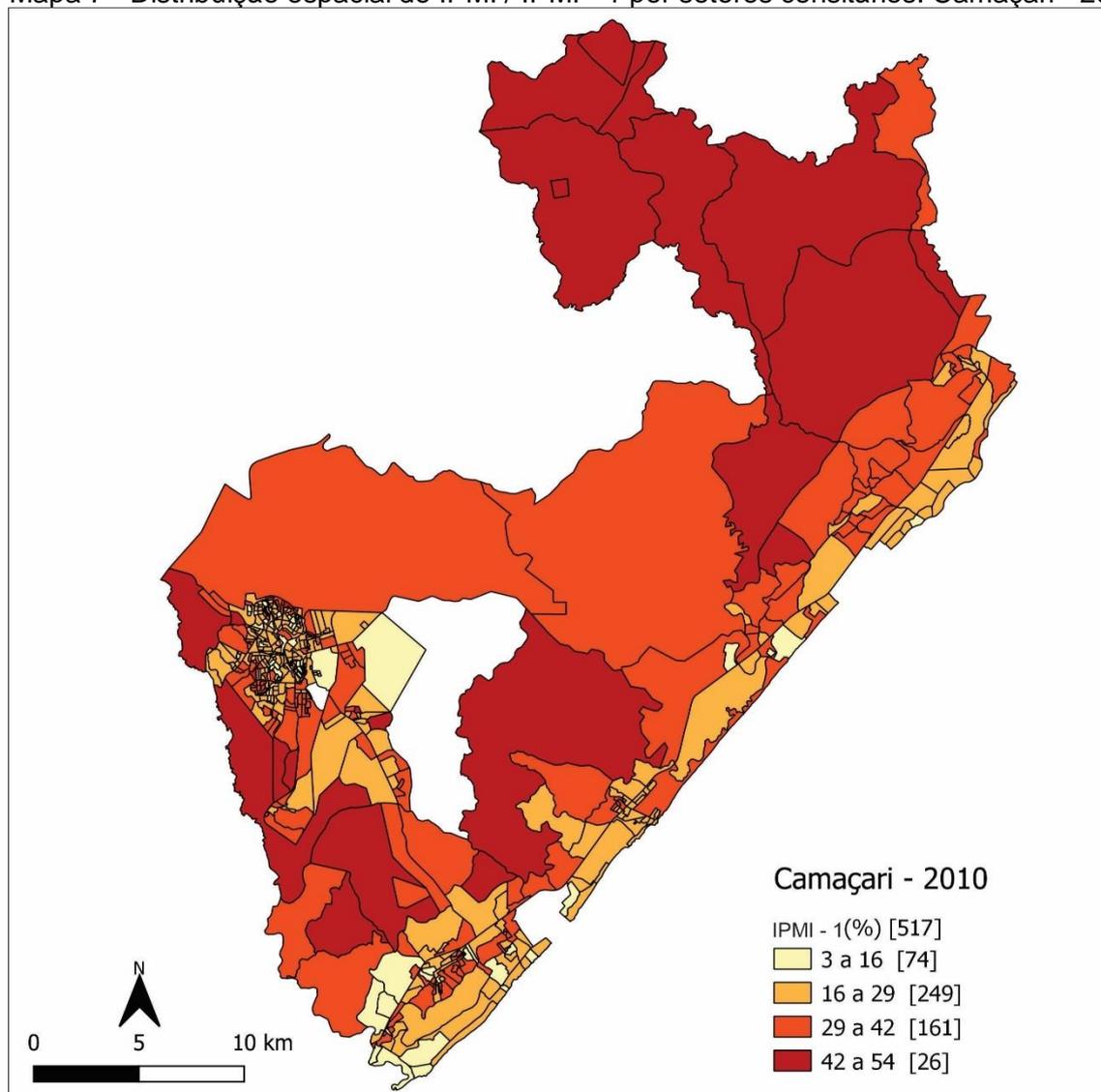
Percebia-se ainda, que mesmo a carência por renda sendo mais acentuada em áreas rurais que possuem 19 dos 44 setores na faixa de 53% a 71% de domicílios com privação, esta característica também é observada de forma acentuada em diversos setores censitários urbanos.

IPMI ou IPMI -1 de Camaçari

O Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI), índice multidimensional (composto pelas dimensões Educação, Saneamento, Habitação e Renda) aplicado para Camaçari apresentava o percentual de 25,9% no ano de 2010. Nos setores rurais, a pobreza multidimensional era mais acentuada exibindo um percentual de 39,5%, enquanto nas espacialidades urbanas a taxa era de 24,9%.

A distribuição espacial do IPMI nos setores censitários de Camaçari é apresentada no Mapa 6.

Mapa 7 - Distribuição espacial do IPMI / IPMI - 1 por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

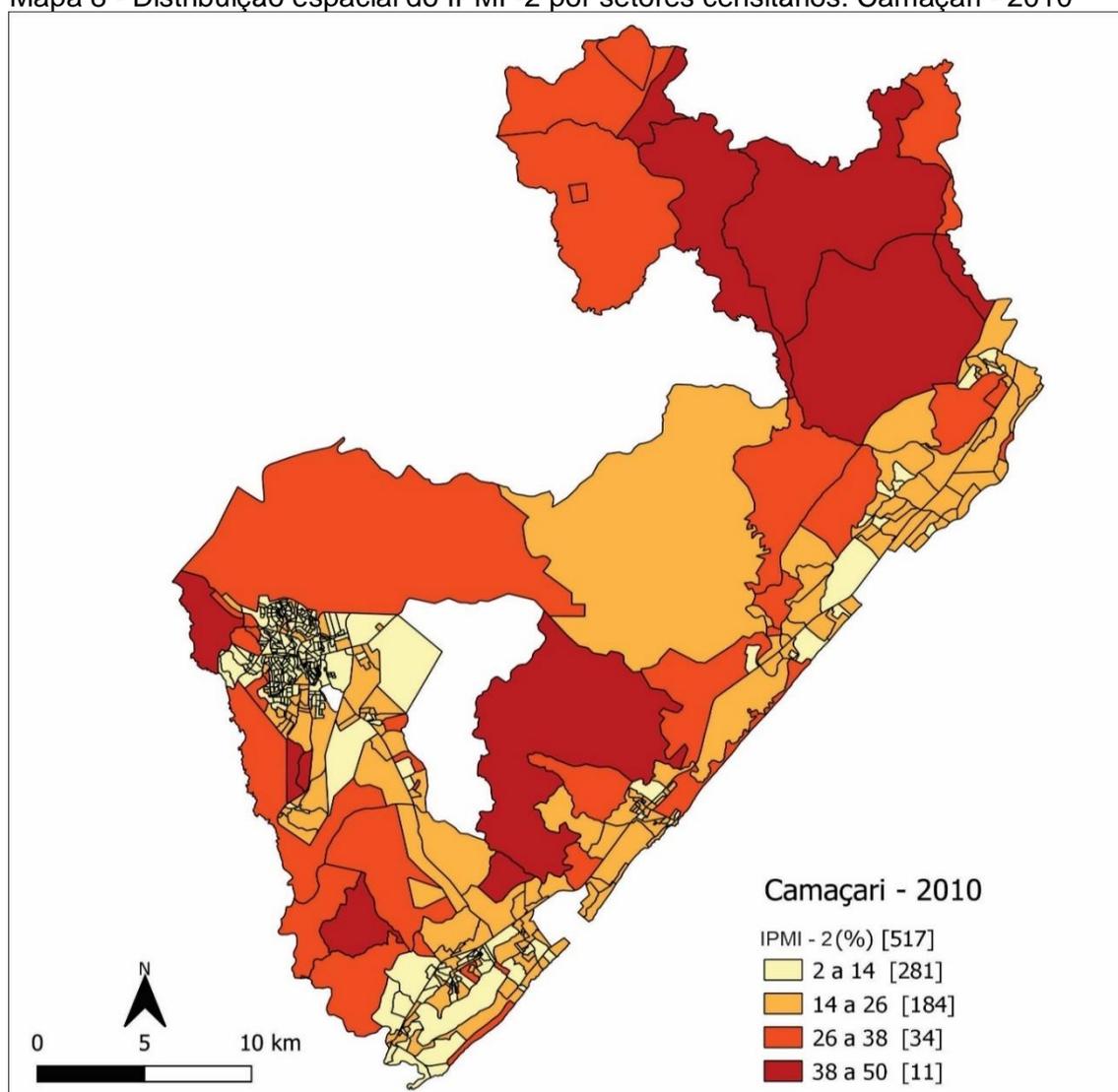
Diferente da medida monetária da pobreza, em todos os setores censitários do município foi observado algum grau de pobreza multidimensional pelo IPMI ou IPMI - 1.

O IPMI-2 de Camaçari

O IPMI-2, índice multidimensional composto pelas mesmas dimensões do primeiro índice se excetuando a dimensão Renda, ao ser aplicado para Camaçari no ano de 2010, alcançou o percentual de 15,6%. Nos setores rurais, a pobreza multidimensional era mais acentuada com percentual de 29,3% enquanto nas espacialidades urbanas a taxa média era de 14,7%.

A distribuição espacial do IPMI nos setores censitários de Camaçari é apresentada no Mapa 7 abaixo.

Mapa 8 - Distribuição espacial do IPMI -2 por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Assim como no IPMI – 1, em todos os setores censitários de Camaçari foi observado algum grau de pobreza multidimensional pelo IPMI – 2.

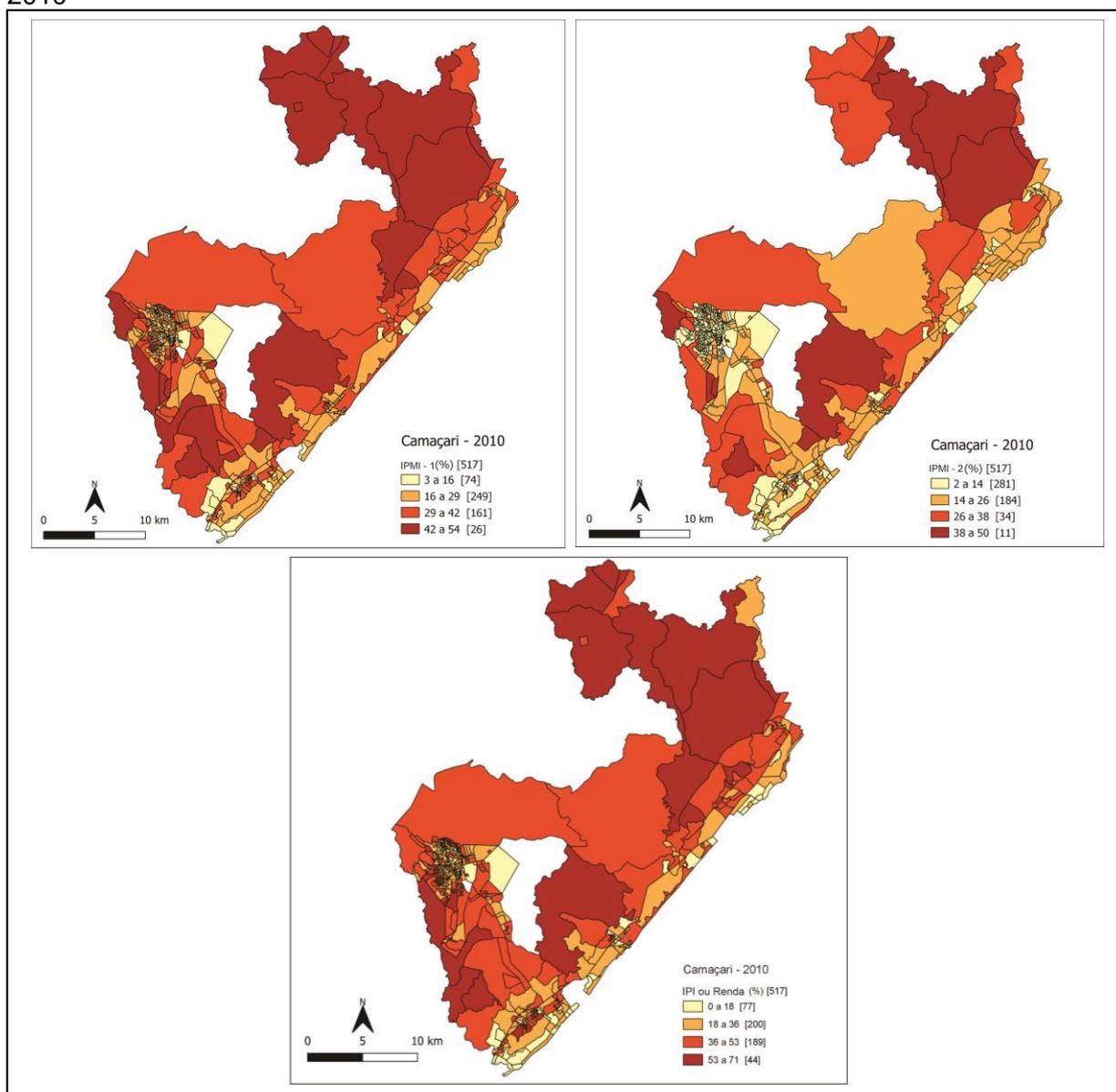
O IPI ou Renda de Camaçari

O IPI é composto exclusivamente pela dimensão Renda da pobreza. Por esta questão, a distribuição espacial e as discussões para este indicador de pobreza podem ser vistas no Mapa 5 anteriormente visto.

Considerações sobre a distribuição do IPMI e do IPI no município

Os mapas de distribuição da pobreza em Camaçari revelam a existência de regiões pobres e não pobres seja pela utilização do IPMI-1, IPMI-2 ou pelo IPI -3 como resume a Figura 9.

Figura 9 - Distribuição espacial do IPMI-1, IPMI -2 e IPI por setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

As carências mostraram-se mais acentuadas em setores censitários localizados na Zona Rural do município e naqueles mais afastados dos centros e seus distritos.

Após a conclusão dessa etapa, a partir da subseção seguinte, foi feita a análise por autocorrelação espacial da pobreza no município. Através da autocorrelação espacial que são estudadas as relações espaciais da pobreza entre os setores censitários de Camaçari, podendo-se evidenciar a presença de clusters de pobreza. Um *cluster* de pobreza ocorre quando o setor censitário pobre é vizinho de setores censitários também pobres. E o *cluster* de não pobreza, ocorre quando o setor censitário não pobre é vizinho de setores censitários também não pobres. A observação dos mapas de distribuição da pobreza (Figura 5) causou a impressão da existência de *clusters* de setores censitários pobres e não pobres, o que poderá ser conforme ser demonstrado na seção seguinte.

AEDE da Pobreza de Camaçari

A Análise exploratória de dados espaciais (AEDE) da pobreza no território camaçariense foi realizada por autocorrelação espacial, para isso foi definida, inicialmente, a matriz e o nível de contiguidade dos setores censitários. E, na sequência, foi feita a elaboração de mapas que permitiram verificar como a pobreza se distribuía no município. Neste momento, utilizou-se também os índices construídos de acordo com a metodologia definida na no quarto capítulo desta dissertação.

A matriz e o nível de contiguidade a serem utilizados foram definidos após a realização do teste de autocorrelação espacial através do I de Moran. Conforme visto, a magnitude do I de Moran revela a robustez da autocorrelação espacial: quanto mais próxima de 1 for essa estatística, mais forte é a concentração, não existindo autocorrelação quando ela for zero e sendo mais dispersos os dados quanto mais o resultado se aproximar de -1 (Ávila, 2013).

Tabela 2 - Testes de contiguidade para o I de Moran do IPMI – 1, IPMI - 2 IPI de setores censitários: Camaçari - 2010

Ordem de contiguidade	Definição de Contiguidade					
	Rainha			Torre		
	IPMI - 1	IPMI - 2	IPI	IPMI - 1	IPMI - 2	IPI
1 ^a	0,477	0,490	0,432	0,491	0,501	0,477
2 ^a	0,264	0,283	0,221	0,304	0,298	0,260
3 ^a	0,173	0,245	0,126	0,195	0,293	0,136
4 ^a	0,095	0,195	0,045	0,147	0,283	0,082
5 ^a	0,005	0,148	-0,043	0,101	0,255	0,044

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir dos resultados apresentados na Tabela 5 (acima), verificou-se que é na primeira ordem de contiguidade que o I de Moran é mais elevado, seja na definição de contiguidade de rainha ou de torre, e que os resultados da torre estão mais próximos de 1 que os resultados da rainha. De tal modo, considerando-se os resultados obtidos, utilizou-se, para a análise espacial, a configuração torre de contiguidade em sua primeira ordem.

Assim, continuando a comparação dos resultados obtidos iniciada com a apresentação dos mapas de pobreza de Camaçari para os índices do IPMI e do IPI na subseção anterior, fez-se a seguir a análise dos mapas de desvio-padrão e, posteriormente, analisaram-se os diagramas de Moran. Concluída a análise espacial da pobreza no município, apresentou-se, então, os mapas de *clusters* através da autocorrelação local e os respectivos mapas de significância.

O mapa do desvio-padrão possibilitou a visualização da dispersão dos setores censitários em torno da média do índice analisado. Enquanto isso, com a utilização do I de Moran, elaborou-se os diagramas de dispersão de Moran, que permitem a visualização gráfica da associação espacial existente ao mostrarem a defasagem espacial da variável de interesse no eixo Y e o valor dessa variável no eixo X. Os mapas elaborados com a ferramenta LISA facilitaram a identificação dos *clusters* de pobreza e apresentaram o grau de significância estatística do I de Moran para as regiões identificadas.

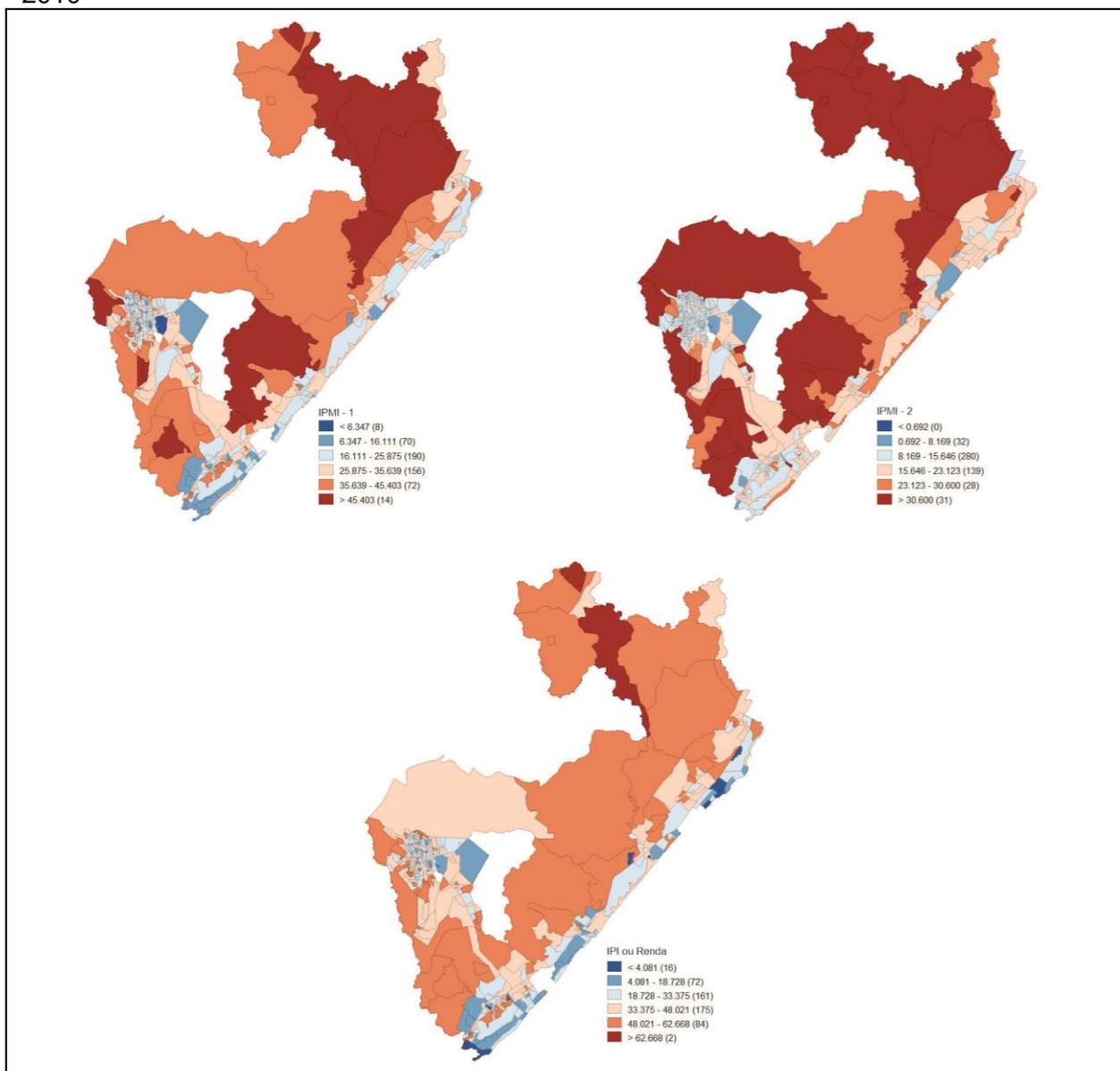
Iniciou-se, então, a observação da possibilidade de existência de setores censitários que se comportassem como *outliers* por meio dos mapas dos desvios-padrão dos índices do IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI, buscando-se perceber a existência de setores censitários que não possuíssem o mesmo processo de dependência espacial seguido pela maioria, configurando-se em uma situação oposta à dos *clusters*.

Os desvios-padrão para os índices do IPMI, conforme observado na Tabela 3, apresentavam os seguintes valores para Camaçari: IPMI - 1 de 9,76, IPMI- 2 de 7,48 e IPI de 14,65. Na Figura 10, os mapas de desvio-padrão indicavam a existência de setores censitários que podiam ser considerados *outliers* quando se analisou a pobreza através de qualquer dos três índices. Trata-se daqueles setores censitários cujos índices se encontravam mais distantes da média municipal.

A Figura 10 abaixo traz a distribuição em mapas dos desvios padrões para os três índices em estudo, apresentando para o IPMI-1, oito setores censitários se enquadraram como *outliers* de baixa (índices de pobreza menores que 6,35%), para o IPMI-2 não foi indicada presença de setores *outliers* e quando observado o IPI, 16 setores censitários eram considerados *outliers* de baixa, índice inferior a 4,08%.

Eram considerados *outliers* de alta para o IPMI-1 catorze setores censitários com pobreza superior a 45,40%, 31 setores censitários com IPMI-2 maior que 30,60% e também 2 setores com IPI maiores que 62,67%.

Figura 10 - Desvios-padrão para o IPMI – 1, IPMI - 2 e IPI por setores censitários: Camaçari - 2010



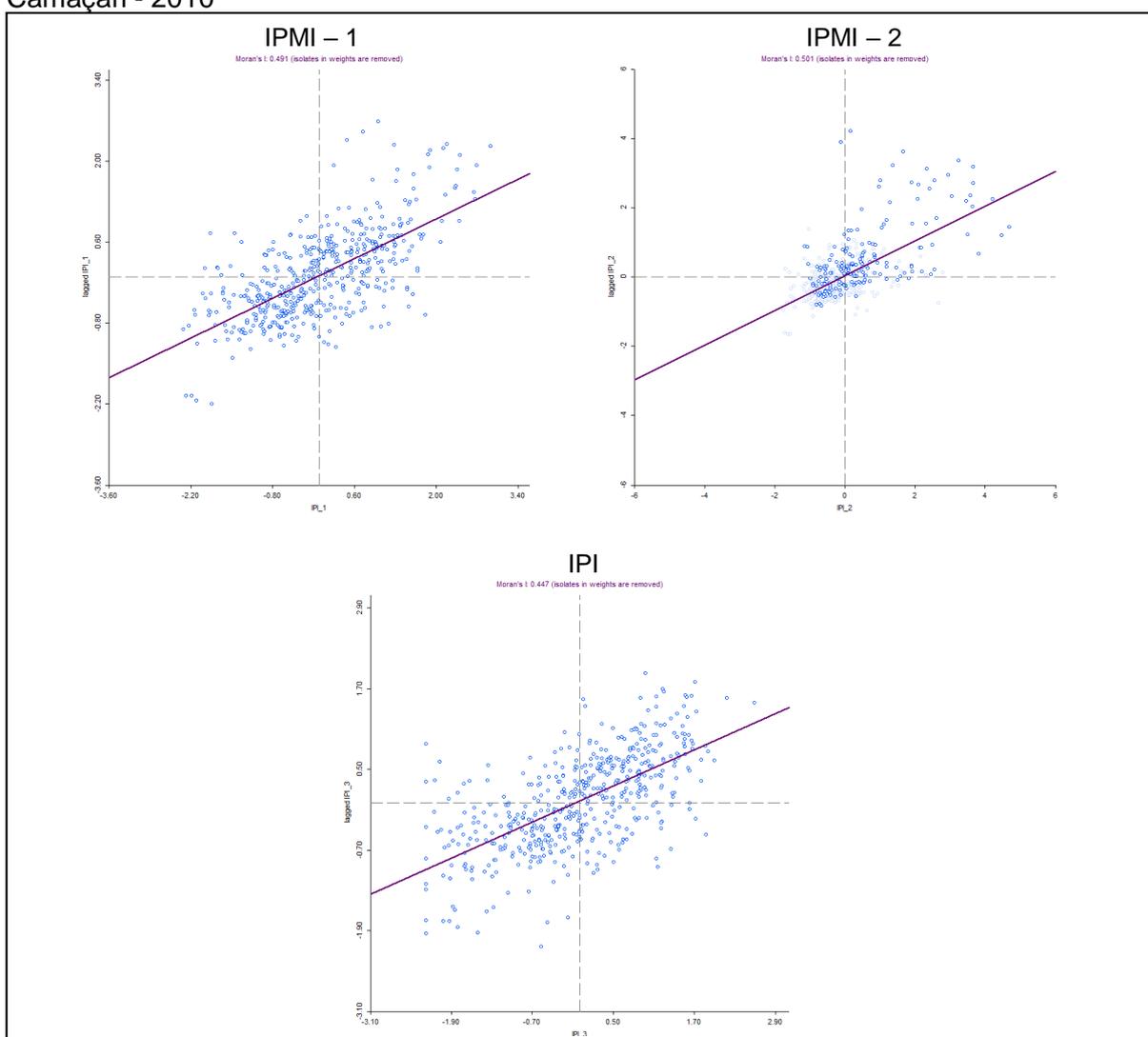
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo (2010).

Aplicou-se, então, os valores de IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI ao I de Moran Local para os setores censitários de Camaçari. Os diagramas de Moran foram construídos a partir da escolha da configuração da matriz e da ordem de contiguidade utilizadas na análise vista no início deste tópico, em que se optou pela utilização da configuração torre e da primeira ordem de contiguidade.

Conforme apresentado na Figura 11, os valores do I de Moran são de 0,491 para o IPMI-1, de 0,501 para o IPMI-2 e de 0,477 para o IPI. Todos os índices apontam

existência de autocorrelação espacial positiva e estatisticamente significativa. Observou-se que ela era mais robusta no caso do IPMI-2, por estar mais próximo de 1, demonstrando que a autocorrelação espacial é maior quando a renda não é analisada para a medição da pobreza. Ou seja, a pobreza medida pelas demais dimensões do IPI é mais fortemente influenciada pela vizinhança do que a pobreza medida somente através da ótica da renda ou mesmo do índice multidimensional que a considera.

Figura 11 - Diagramas de Moran para o IPMI- 1, IPMI- 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

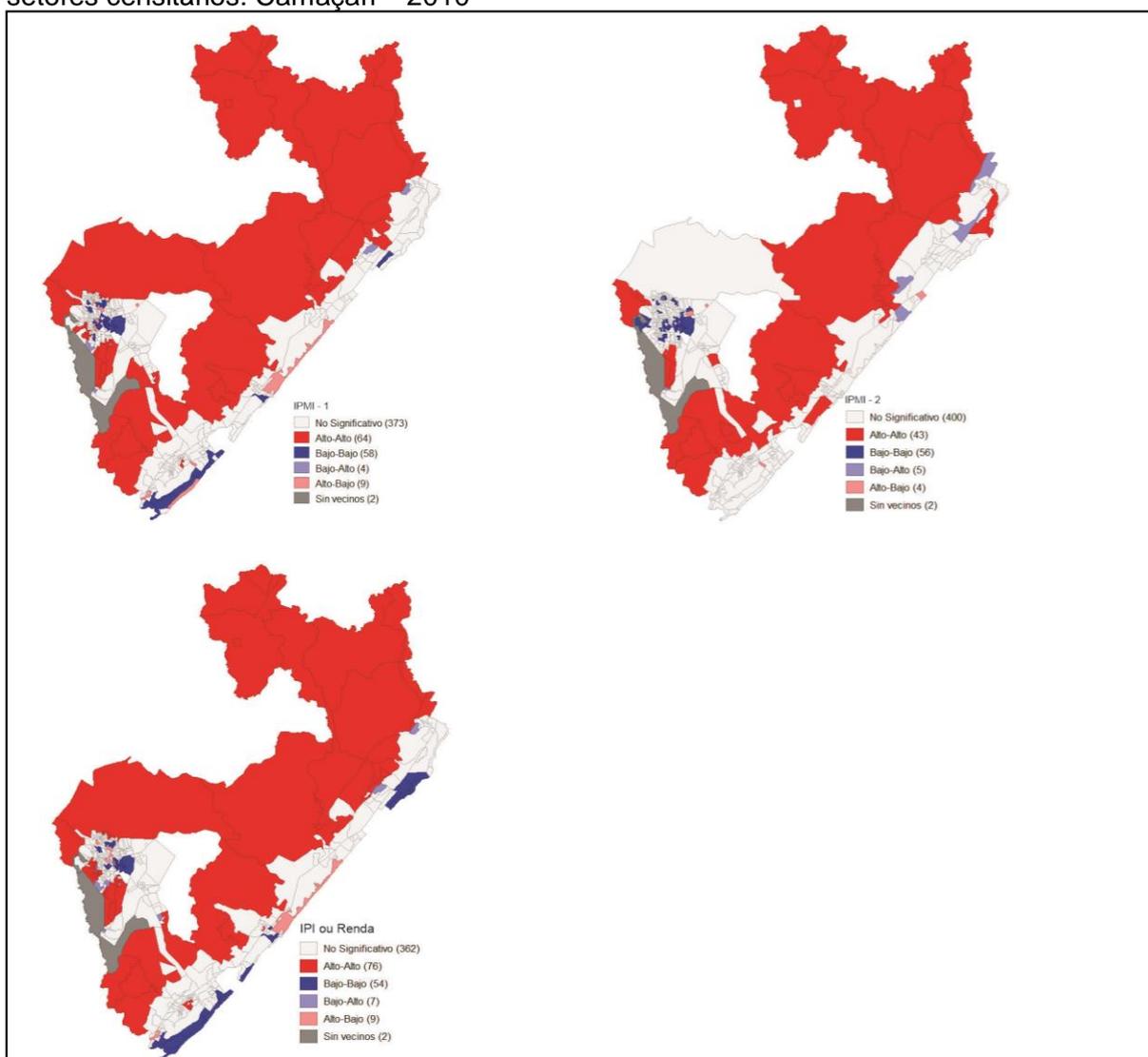
A análise do comportamento da autocorrelação pelos quadrantes dos Diagramas de Moran revelam dependência espacial entre os setores censitários no primeiro quadrante (Alto-Alto) que exibe setores censitários com alto índice de pobreza com vizinhança que também possuía alto índice de pobreza, assim como

também no terceiro quadrante (Baixo-Baixo), onde estão os setores censitários que possuíam baixo índice de pobreza cercados por vizinhos com baixo índice de pobreza. No entanto, não foi observada dependência espacial nas seguintes situações: no segundo quadrante (Alto-Baixo), onde se encontram os setores censitários com alto índice de pobreza rodeados por setores censitários com baixo índice e no quarto quadrante (Baixo-Alto), em que se encontravam setores censitários com baixo índice rodeados por vizinhos com alto índice.

A visualização dos diagramas apontava para a presença de setores censitários afastados da média, confirmando a possibilidade de existência de *outliers* apontada pelos mapas de desvio-padrão para os três índices.

Desse modo, como o indicador I de Moran é útil na demonstração da intensidade da associação espacial, entretanto não possibilita a determinação da localização dos *clusters* espaciais, para a distribuição espacial das variáveis se utilizou os mapas de aglomeração e de significância resultantes do indicador *Local Indicator of Spatial Association*, LISA, (Figura 12), possibilitando a identificação das regiões de Camaçari onde as associações espaciais de pobreza intramunicipal eram significativas quando medidas pelos índices do IPMI e IPI, conforme se observa na Figura 10, em que se destacam os setores censitários que tinham algum tipo de correlação espacial significativa.

Figura 12 - Distribuição de aglomerações locais pelo LISA para o IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI por setores censitários: Camaçari – 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A partir de seu uso foi percebida a presença de duas situações opostas: algumas regiões em que estavam presentes altos índices de pobreza (Alto-Alto) e outras regiões onde os índices de pobreza eram baixos (Baixo-Baixo). As regiões que conformaram *clusters* de alto grau de pobreza, assim como as de baixo grau de pobreza, apresentavam maior similaridade para os índices de pobreza intramunicipal que considerava a renda IPMI-1 e o que media a própria renda, IPI, que entre estes e o índice multidimensional IPMI-2 que não considerava a dimensão Renda em sua composição.

Destaca-se o *cluster* de alto índice de pobreza formado pelo maior número de setores censitários que abrangia no ano de 2010 notadamente a zona rural dos três

distritos de Camaçari, alcançando setores censitários urbanos, porém mais distantes da área mais central, unindo-os como uma extensa região multidimensionalmente pobre e contínua do município com aproximadamente 64 setores que tinham alta pobreza vizinhos de setores com alta pobreza, quando se considerava o IPMI-1. Quando se considerava apenas a pobreza monetária pelo IPI, percebia-se uma apresentação de alta pobreza em principalmente quatro *clusters* isolados e localizados tanto na zona rural quanto na zona urbana, totalizando 76 setores. Já quando se observava o índice IPMI-2, o *cluster* abrangia principalmente 43 setores censitários da zona rural Orla de Camaçari.

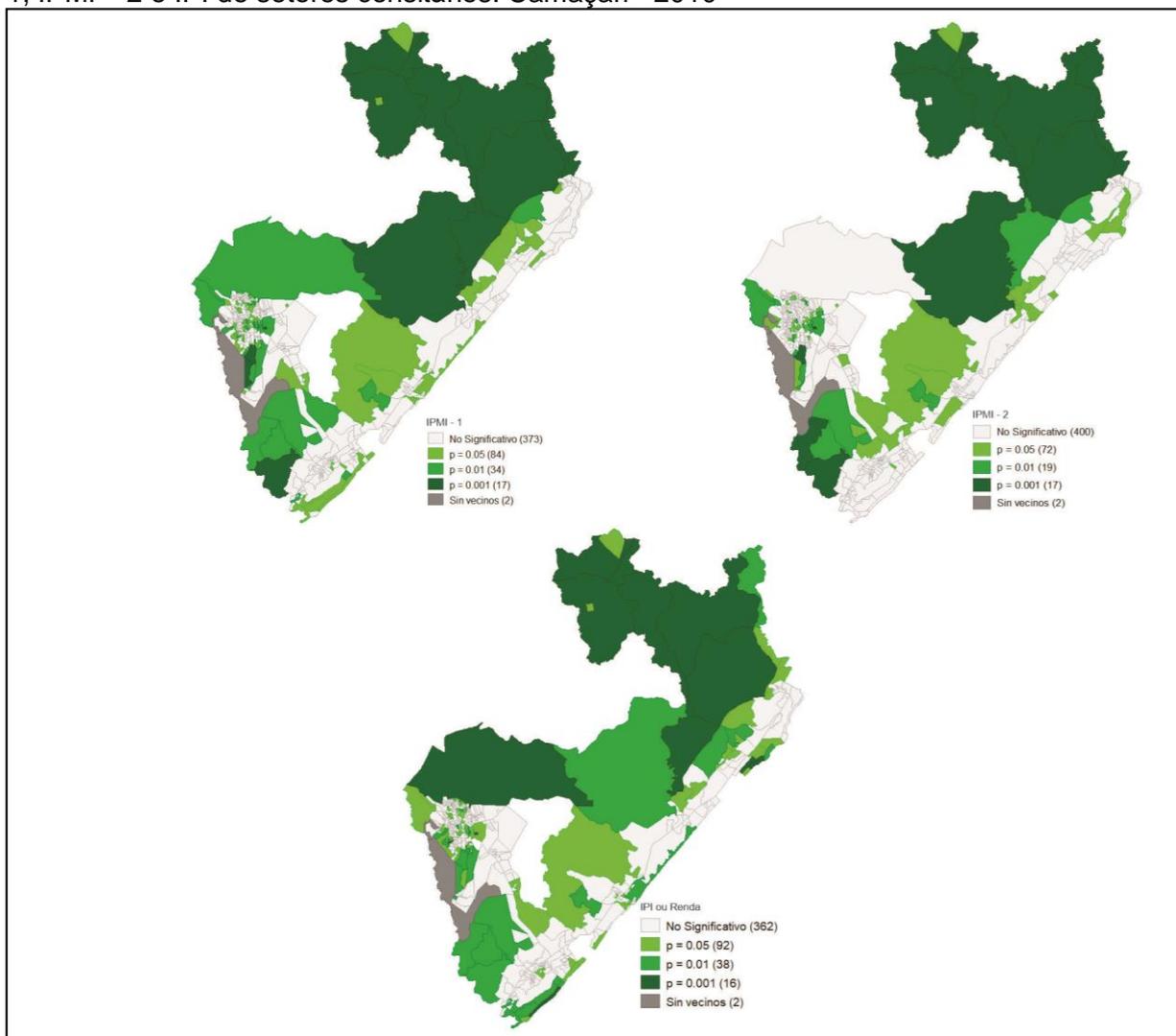
Vale destacar também a existência como *cluster* de baixo nível de pobreza pela quantidade de setores censitário para o IPMI-1, 58 setores censitários com o aglomerado com maior número de setores localizado no Distrito Sede do município, além de destaques para *clusters* de baixa pobreza em regiões da Orla ocupadas por condomínios de alto padrão como o *cluster* entre Busca Vida e Arembepe. Para o IPMI-2, a maioria dos 56 setores de baixa pobreza encontra-se no aglomerado observado no Distrito Sede do município, o que reflete maior oferta de serviços públicos e infraestrutura urbana na região central. Para o IPI, os 53 setores de baixa pobreza estavam em aglomerados de baixa-baixa. Além do *cluster* com maior quantidade de setores localizado na sede de Camaçari, destaca-se ainda os *clusters* em setores que ocupam amplas áreas da Orla do município.

Através dos mapas de *clusters* observa-se que a pobreza se apresentava de forma espacialmente localizada em Camaçari e que a conformação dessa localização era dependente da forma, ou seja, da constituição do IPI utilizado para medir esse fenômeno. Contudo, as medidas da pobreza pelo índice IPMI-1 e IPI apontaram para uma pobreza mais espalhada do que a medida pelo IPMI-2, sendo que a medida multidimensional que inclui em sua composição a renda evidenciou a formação de um *cluster* de pobreza mais extenso e em uma maior quantidade de setores censitários.

Finalmente, foram elaborados os mapas de significância estatística (Figura 13) para os três índices com os quais se avaliou a pobreza dos setores censitários de Camaçari para um p-valor = 0,05. Através dos mesmos, é possível confirmar a existência de *clusters* com coloração verde mais escura, evidenciando as aglomerações das quais se tem mais certeza (99,999%) e os com coloração mais

clara que assinalam localidades onde a certeza é mínima (95%). Como a certeza para os demais está menor que este valor, os setores não são destacados.

Figura 13 - Distribuição de significância estatística de aglomerações pelo LISA para o IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Assim sendo, na próxima seção, após a apresentação dos resultados da distribuição espacial da pobreza em Camaçari, serão feitas as considerações finais do trabalho realizado. Nelas serão apontadas as conclusões e as limitações encontradas no estudo, além de apresentar sugestões de ideias para possíveis trabalhos futuros sobre a pobreza no campo do desenvolvimento regional e urbano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pobreza é marcado pela evolução de seus conceitos e métodos de pesquisa. Conseqüentemente, se antes era pautado em uma abordagem simples e unidimensional, agora alcança a complexa ótica multidimensional mais aceita e que tem na abordagem da privação de capacitações de Sen sua principal referência. Nesse sentido, a compreensão da pobreza como um fenômeno que vai além da privação de renda, pode contribuir para seu melhor entendimento e principalmente para seu enfrentamento e superação.

Assim sendo, a necessidade de se entender de que maneira a pobreza multidimensional se manifesta nas nações levou à busca de sua representação por medidas escalares. Entretanto, dada a heterogeneidade de características inerentes aos diferentes espaços geográficos, se faz importante também a realização de tais medições em outras espacialidades como regiões, estados, municípios, bairros, etc. Para a realização desse trabalho, foi imprescindível o desenvolvimento de um índice capaz de medir a pobreza multidimensional nos setores censitários de municípios brasileiros: o Índice de Pobreza Multidimensional Intramunicipal (IPMI), um indicador sintético inspirado no Índice de Pobreza Humana (IPH). A partir daí, foi possível alcançar a proposta do presente estudo e investigar onde estão os pobres de Camaçari pela análise da distribuição da pobreza multidimensional no espaço Intramunicipal em 2010.

Contudo, antes de se aplicar o IPMI e o IPI às espacialidades intramunicipais de Camaçari, constatou-se através da discussão sobre as profundas alterações do município nas últimas décadas, que o crescimento econômico resultante da transformação de Camaçari no município mais industrializado do Nordeste não se traduziu em superação de privações ainda presentes na vida de sua população em 2010, conforme também mostrou a comparação entre indicadores socioeconômicos do município, da Bahia e do Brasil.

Desse modo, a partir da metade do século passado houve um crescimento populacional acentuado em Camaçari com aceleração observada a partir da década de 1970 em decorrência da implantação e início das operações de seu Polo Industrial, o que levou o município a se tornar o quarto mais populoso da Bahia, além de influenciar na composição de seu PIB, que tinha uma contribuição em percentual do

setor industrial maior que o dobro da parcela de contribuição desse mesmo setor para o PIB da Bahia e também superior ao percentual do PIB da indústria brasileira naquele ano.

Em relação aos demais indicadores socioeconômicos vistos, a situação de Camaçari não se destacava tanto, pois mesmo sendo melhor avaliado que a da Bahia em vários aspectos, apresentava situação de desvantagem para os percentuais quando comparados com as médias nacionais. Em outras palavras, em percentuais, o município apresenta mais privações em comparação com o país e menos carências quando comparado com o estado em que se localiza.

Na sequência, a investigação confirmou que a pobreza multidimensional não se manifestava homogeneamente dentro território do município, visto que foi observado um padrão de associação espacial caracterizado pela concentração do fenômeno em determinadas regiões o que configura a existência de clusters de pobreza em seu território.

A análise levou também à conclusão de que ao se comparar o IPMI-1 e o IPMI-2, índices de pobreza multidimensionais, com o IPI, medida unidimensional de pobreza pela renda, mesmo naqueles setores censitários em que não foi observada pobreza monetária, pode-se observar a existência de pobreza multidimensional, evidenciando-se que a renda como único critério de aferição da pobreza não é capaz de atuar como proxy para a identificação de outras privações relacionadas a este fenômeno.

Além disso, independentemente do enfoque considerado sobre a pobreza ser unidimensional ou multidimensional, os maiores índices de pobreza, assim como as maiores privações de suas dimensões, foram observados nos setores censitários rurais, como também naqueles setores urbanos cuja localização era mais afastada das áreas centrais do município, assim como nos setores situados em áreas do centro, porém com histórico de origem em ocupações subnormais. Já os menores índices de pobreza foram observados nos setores censitários localizados nas regiões centrais da sede do município e de localidades situadas nos distritos da Orla, além daqueles setores em que se estabeleceram condomínios de alto padrão nos Distritos de Abrantes e Monte Gordo.

As contradições ou desigualdades espaciais no município mais industrializado do Nordeste revelam a necessidade de implementação de políticas públicas de forma diferenciada no espaço intraurbano, visto que a incidência das privações das dimensões da pobreza não ocorre de maneira uniforme.

Ressalta-se ainda que a constituição e divulgação de indicadores sintéticos de pobreza como o IPMI pode ser ferramenta importante de comunicação para chamar a atenção para a pobreza junto à academia, governos e sociedade. No entanto, esta medida não invalida a utilidade de estudos sobre as dimensões e indicadores de privações separadamente. Aliás, para cumprir seu papel, o indicador sintético deve funcionar como porta inicial para em seguida se lançar um olhar mais profundo sobre o fenômeno.

Assim sendo, espera-se que este estudo, diante da escassez de trabalhos sobre a pobreza no espaço intramunicipal, contribua de alguma sorte como subsídio junto aos atores públicos para o desenvolvimento de políticas com foco na mitigação e mesmo a superação da pobreza multidimensional em Camaçari, ou mesmo em outros municípios.

Destaca-se, ainda, que se apresentaram como limitação para este trabalho, como visto, a impossibilidade de se mensurar outras dimensões da pobreza com enfoque em capacitações representativas dada a indisponibilidade de outros dados para o nível dos setores censitários pelo IBGE. Ainda assim, na elaboração do IPMI, foi possível fazer uma ampliação tanto na quantidade das dimensões como dos indicadores em comparação com o índice que lhe deu origem, o IPH.

Em estudos futuros, conhecidas as regiões do território camaçariense em que a pobreza multidimensional se apresenta de forma mais acentuada, cabe avançar para as necessárias metodologias que privilegiam investigações da pobreza multidimensional, considerando-se por exemplo as desigualdades existentes entre diversos grupos sociais, enfocando recortes de gênero, raciais e geracionais que podem contribuir ainda mais para o entendimento e para a eliminação da pobreza.

Cabe ressaltar também a necessidade de novos trabalhos sobre a pobreza multidimensional de Camaçari em consequência de impactos de episódios posteriores ao censo realizado em 2010, destacando-se entre estes, a pandemia ainda sem controle no mundo do novo coronavírus e o encerramento das atividades da

montadora Ford no Brasil, com o fechamento da unidade no município. Assim sendo, tais transformações impõem a necessidade de continuidade desse estudo e a realização de novas pesquisas que colaborem para o aprimoramento de políticas que contribuam para a superação de privações das pessoas.

Conclui-se ainda que existem evidências da necessidade de ampliar as dimensões e privações da pobreza na elaboração e acompanhamento de políticas públicas anti-pobreza que devem levar em conta as diversas privações que esse fenômeno apresenta e não exclusivamente a monetária. Sendo assim, ao contrário do que se verifica nas políticas até então dominantes no Brasil, por exemplo, deve haver o direcionamento do enfoque para a expansão das capacitações das pessoas e da satisfação das suas necessidades, privilegiando juntamente com a política de elevação de renda, que é parte da solução desse problema, a provisão de bens e serviços públicos essenciais.

Diante do exposto, pode-se concluir que o compromisso para a superação da pobreza deveria unir todas as pessoas e organizações, pois, como se pode ver ao longo deste trabalho, a pobreza continua sendo incontestavelmente a principal limitação do direito mais fundamental de todo os seres humanos, impossibilitando o indivíduo de ter uma vida plena em qualquer parte do mundo.

Por fim, levando-se em conta que esta pesquisa foi realizada em grande parte através de dados do Recenseamento Demográfico Brasileiro, cabe destacar a importância deste patrimônio e a necessidade tanto de continuidade quanto de zelo por estudos estatísticos imprescindíveis como este. Esperava-se que a realização do Recenseamento ocorreria no ano de 2020, porém, como é de conhecimento público, ingerências com motivação político-ideológica estariam interferindo em sua realização e na amplitude de seu banco de dados como parte do que se vem denominando de “apagão estatístico”. Assim, é preciso enfatizar que o Censo e outras pesquisas são instrumentos indispensáveis para se assegurar visibilidade, além da realização de estudos, elaboração e acompanhamento de políticas públicas sobre temas de interesse coletivo como a superação da pobreza.

REFERÊNCIAS

- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and Multidimensional Poverty. *In*: VON BRAUN, Joachim; HILL, Ruth Vargas; PANDYA-LORCH, Rajul. **The poorest and the hungry: a synthesis of analyses and actions. The poorest and hungry: assessments, analyses, and actions.** International Food Policy Research Institute, Washington, DC, 2009.
- ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. **Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries.** OPHI Working Paper, 38. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford, 2010.
- Alkire, S. et al **Multidimensional poverty measurement and analysis.** Oxford: Oxford University Press, 2015
- ALMEIDA, E. S. **Econometria espacial aplicada** . Campinas: Alínea, 2012.
- ALMEIDA, E. S. Existe convergência espacial da produtividade agrícola no Brasil? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, 2008.
- ANAND, S.; SEN, A. **Concepts of Human Development and Poverty: a multidimensional perspective.** Human Development Papers. New York: UNDP 1997.
- ARAUJO, J.A.; MORAIS, S.G.; CRUZ, M.S. Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará. **Revista Ciências Administrativas**, v. 19, n. 1, 2013.
- ÁVILA, J. F. **Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais.** 2013. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - FACE, PUCRS, Porto Alegre, 2013.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R. P. Distribuição da pobreza entre os estados brasileiros: uma análise multidimensional por meio de abordagens de capacidades e necessidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador: **Anais** [...]Salvador: ANPEC - Associação Seção Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2006.
- BAHIA. **Plano Diretor do Polo Industrial de Camaçari.** Salvador: Secretaria da Indústria, 2013.
- BARRETO, R. C.; SANTOS, E. I.; CARVALHO, C. Pobreza multidimensional: uma análise espacial em Ilhéus-Bahia. **Revista de Desenvolvimento Econômico (RDE)**, ano XX, v. 1, n.39, 2018
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 8 jan. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 11 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445compilado.htm. Acesso em: 3 jul 2019.

BRITES M.; MARIN, S. R.; ROHENKOHL, J. E. Pobreza Relativa Multidimensional no Rio Grande do Sul: aplicação dos conjuntos fuzzy. **Cadernos de Ciências Sociais**, UESB, ano 13, n. 21, jan./jun. p. 169-186, 2016.

BRUNET, L. C. **De aldeados a súditos: viver, trabalhar e resistir em Nova Abrantes do Espírito Santo Bahia 1758-1760**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2008.

CEPAL. **La medición multidimensional de la pobreza**. Pucón (Chile): XII reunión del Comité Ejecutivo de la Conferencia Estadística de las Américas, 2013.

CODES, Ana L. **Modelagens de equações estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.

COFIC. **Polo 40 Anos**. 2018. Disponível em: <https://www.polo40anos.com.br/>. Acesso em: 01 ago. 2019.

COFIC. **Empresas Associadas**. 2019. Disponível em: <http://www.coficpolo.com.br/pagina.php?cod=37>. Acesso em: 01 ago. 2019.

CONSIDERA, Cláudio; BALASSIANO, Marcel. **Como o Brasil se situa entre as maiores economias do mundo no pós-Covid**. 2020. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/como-o-brasil-se-situa-entre-maiores-economias-do-mundo-no-pos-covid>. Acesso em: 04 fev. 2021.

CORREIO DA BAHIA. **Malha ferroviária baiana ajuda a revelar memórias do século XIX**. 2014. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/malha-ferroviaria-baiana-ajuda-a-revelar-memorias-do-seculo-xix/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CORREIO DA BAHIA. **Momentos marcantes da história do Polo**. 2019. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/momentos-marcantes-da-historia-do-polo/>. Acesso em 15 out. 2019.

COSTA, B. L.; COSTA, M. M. Concepções de pobreza e operacionalização do Índice de Pobreza Multidimensional para Minas Gerais. **Cadernos da Escola do Legislativo**, n.16, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/55719/Downloads/143-262-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/55719/Downloads/143-262-1-SM%20(1).pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE electron**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482002000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 jul. 2019.

FONSECA, M. D. **O processo de urbanização e as políticas urbanas de Salvador**. 2011. Dissertação (Mestrado) - Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2011.

FRAGA, L. S. et al. Uma análise da pobreza multidimensional dos Estados brasileiros: construção do índice fuzzy. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, n.13, p. 54-80, 2017

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo, EDUSP,1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Malhas Territoriais (Setores Censitários)**. 2011.Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/downloads-geociencias.html>. Acesso em: 10 jun. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas Territoriais (Municípios)**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 20 maio 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do universo por setor censitário. 2011. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>. Acesso em: 7 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2011.Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>. Acesso em: 2 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo. 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos_Su mex_Port.pdf. Acesso em: 2 março 2021.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento**. 2019. Disponível em: <http://tratabrasil.com.br/estudos/estudos-itb/itb/ranking-do-saneamento-2019>. Acesso em: 6 jul. 2019.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003.

JANNUZZI, P. de M.; MARTIGNONI, E. M. ; SOUTO, B. F. O Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 4, p. 40-61, 2012.

JESUS, J. A.; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, p.p. 935-952, 2015.

LACERDA, F. C. C. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional**: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

MARIN, S. et al. (2013). Pobreza multidimensional em Silveira Martins- RS: identificação de dimensões de vida valoradas com a aplicação do método Alkire-Foster (AF). **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 62, 2013.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.9, n.24, maio/ago. 1995.

MORAES, M. d.; MARIN, S. R.; VIEIRA, C. d. Pobreza multidimensional em Santa Catarina (2000-2010): uma aplicação do método Alkire-Foster. **Economia e Desenvolvimento**, Santa Maria, 2018.

OLIVEIRA, A. **O Polo Petroquímico de Camaçari (Bahia, Brasil)**: industrialização, crescimento econômico e desenvolvimento regional. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2004.

ONU. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ONU. **A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

OTTONELLI, J.; MARIANO, J. L. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 48, v.5, p.1253-1279, 2014

PERROUX, F. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, 1977.

PNUD. **Human Development Report 1997 / Poverty in the human development perspective: concept and measurement**. 1997. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/258/hdr_1997_en_complete_nostats.pdf
Acesso em: 15 set. 2019

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 / Ultrapassar barreiras: Mobilidade e desenvolvimento humanos**. 2009. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2009/>. Acesso em: 15 set. 2019

QUINTELA, M. D.; ALVES, J. E. D.; SILVA, D. B. N. A pobreza no Nordeste Brasileiro em 2000 e 2010: uma aplicação do Índice de Pobreza Multidimensional PNUD/ONU. *In: ENCONTRO NACIONAL URBANO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS*, 11., 2013, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** 2013.

QUINTELA, M. D.; ALVES, J. E.; SILVA, D. B. Índice Multidimensional de Pobreza dos Estados Nordestinos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, ABEP, 19., 2014, São Paulo. **Anais [...]** 2014.

RAVALLION, Martin. **Poverty Comparisons**. Chur: Harwood Academic Publishers, 1994.

ROCHA, S. **Renda e pobreza** – medidas per capita versus adulto equivalente. Rio de Janeiro: Ipea, 1998. (Texto para discussão nº 609). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2487/1/td_0609.pdf. Acesso em 05 jul. 2019.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 541-560, 1992.

ROCHA, S. **Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução - 1981/95**. Brasília – DF: IPEA, 1998.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo**. São Paulo: Nobel, 1997.

SCHIAVON, L. C. **Pobreza e diversidades regionais: uma investigação empírica**. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SEI. **Perfil socioeconômico do município de Camaçari**. 2011. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/resumos/notas/2905701_NOTA.pdf. Acesso em: 9 abr. 2019.

SEN, Amartya. Poverty, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 35. 1983.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. M. R. da. **Um estudo sobre pobreza multidimensional na Região Nordeste do Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia (UUFU), Uberlândia, 2009.

SOUZA, J. G. **Camaçari, as duas faces da moeda: crescimento econômico X desenvolvimento social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador, 2006.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: Universidade Salvador (UNIFACS), 2003.

TAVARES, L. H. **História da Bahia**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

TELLES, Vera da S. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil Moderno. *In*: TELLES, Vera da S. (org.): **Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.

TOWNSEND, Peter. The meaning of Poverty. **The British Journal of Sociology**, v.13, n.3, p.210-27, sept. 1962.

TOWNSEND, Peter. **The International Analysis of Poverty**. [s.l.]: Harvester Wheatsheaf, 1993.

VIEIRA, C.; KUHN, D.; MARIN, S. Método Alkire-Foster: uma aplicação para a medição de pobreza. **Revista Planejamento e Políticas Públicas (PPP – Ipea)**, n. 48, 2017.

WILBER, G. **Poverty: a new perspective**. Lexington: The University Press of Kentucky, 1975.

WORLD BANK INSTITUTE- WBI. **Introduction to poverty analysis**. 2005. Disponível em:

<http://documents1.worldbank.org/curated/en/775871468331250546/pdf/902880WP0Box380okPovertyAnalysisEng.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

APÊNDICE A - VÁRIÁVEIS SELECIONADAS PARA O ÍNDICE DE POBREZA INTRAMUNICIPAL (IPMI) – 2010

Quadro 2 - Variáveis selecionadas para o IPMI – 1, IPMI – 2 e IPI no universo setores censitários - 2010

Dimensão da pobreza	Indicador de privação	Tabela base	Variável - operação
Educação (E)	Proporção de pessoas com 7 anos ou mais de idade, analfabetas	Pessoa1/Pessoa13	$[(V042+\dots+V134)-(V004+\dots+V077)]/(V042+\dots+V134)$
Saneamento (S)	Proporção de domicílios sem abastecimento de água	Domicílio1	Urbano: $(V002-V0012)/V002$ Rural: $(V002-V012-V013)/V002$
	Proporção de domicílios sem esgotamento sanitário	Domicílio1	$(V002-V017-V018)/V002$
	Proporção de domicílios sem banheiro (nem sanitário)	Domicílio1	$V0023/V002$
	Proporção de domicílios sem coleta de lixo	Domicílio1	$(V002-V035)/V002$
Habitação (H)	Proporção de domicílio sem energia elétrica	Domicílio1	$V046/V002$
	Proporção de domicílios alugados, cedidos ou em outra condição de ocupação	DomicílioRenda/Domicílio1	$V001/V002$
	Proporção de domicílios com 5 moradores ou mais	Domicílio1	$(V0054+\dots+V0059)/V002$
Renda (R)	Proporção de domicílios com renda <i>per capita</i> de até 1/2 salário mínimo	DomicílioRenda/Domicílio01	$(V005+\dots+V007)/V002$

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

APENDICE B - INDICADORES DE PRIVAÇÕES, DIMENSÕES E ÍNDICE DE POBREZA INTRAMUNICIPAL (IPMI) DOS SETORES CENSITÁRIOS DE CAMAÇARI EM 2010

Tabela 3 - Percentuais de indicadores de privações, dimensões IPMI – 1, IPMI - 2 e IPI de setores censitários: Camaçari - 2010

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPI
290570105000001	8,70	3,13	39,06	1,56	1,56	0,00	50,00	23,44	40,63	8,70	11,33	24,48	40,63	29,68	17,75	40,63
290570105000002	1,60	0,76	7,58	0,00	0,00	0,00	40,15	13,64	7,58	1,60	2,08	17,93	7,58	12,78	12,44	7,58
290570105000003	4,85	0,00	41,80	0,00	0,00	0,00	42,03	14,78	23,56	4,85	10,45	18,94	23,56	18,30	13,89	23,56
290570105000004	7,30	0,76	34,85	3,03	0,00	0,00	31,44	20,45	39,77	7,30	9,66	17,30	39,77	28,40	12,92	39,77
290570105000005	3,81	0,26	0,52	0,00	0,00	0,00	48,17	13,35	18,06	3,81	0,20	20,51	18,06	16,32	14,25	18,06
290570105000006	1,40	1,81	36,75	0,00	1,20	0,00	50,60	21,69	32,53	1,40	9,94	24,10	32,53	24,61	17,09	32,53
290570105000007	1,89	0,00	0,72	0,00	0,00	0,00	49,64	13,67	15,11	1,89	0,18	21,10	15,11	15,82	14,64	15,11
290570105000008	4,12	0,00	5,56	0,00	0,00	0,00	24,07	29,63	22,22	4,12	1,39	17,90	22,22	17,16	12,46	22,22
290570105000009	0,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43,18	15,88	18,66	0,68	0,00	19,68	18,66	16,14	13,65	18,66
290570105000010	3,36	0,33	0,33	0,00	0,33	0,00	44,08	14,14	20,07	3,36	0,25	19,41	20,07	16,61	13,48	20,07
290570105000011	2,93	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	50,00	19,74	25,00	2,93	0,33	23,25	25,00	20,33	16,13	25,00
290570105000012	9,77	0,40	60,47	0,40	0,00	0,00	58,50	15,02	33,99	9,77	15,32	24,51	33,99	25,75	18,58	33,99
290570105000013	2,65	0,00	1,15	0,00	0,00	0,00	43,68	11,49	10,34	2,65	0,29	18,39	10,34	13,32	12,76	10,34
290570105000014	3,38	0,00	2,06	0,00	0,00	0,00	19,59	20,62	35,05	3,38	0,52	13,40	35,05	24,92	9,34	35,05
290570105000015	4,55	0,48	21,93	0,24	0,24	0,00	45,54	14,94	20,00	4,55	5,72	20,16	20,00	16,91	14,14	20,00
290570105000016	7,06	0,00	1,87	0,47	0,00	0,00	41,12	19,63	33,64	7,06	0,58	20,25	33,64	24,55	14,24	33,64
290570105000017	5,57	0,00	5,09	0,00	0,00	0,00	44,00	14,18	30,18	5,57	1,27	19,39	30,18	22,20	13,55	30,18
290570105000018	6,84	1,29	15,11	0,00	0,32	0,00	28,30	19,94	37,30	6,84	4,18	16,08	37,30	26,61	11,49	37,30
290570105000019	6,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,00	16,00	18,00	6,85	0,00	14,00	18,00	13,81	10,07	18,00
290570105000020	9,62	0,00	72,73	0,00	0,00	0,00	60,61	30,30	27,27	9,62	18,18	30,30	27,27	24,80	22,62	27,27
290570105000021	6,88	1,16	1,16	0,00	0,00	0,58	39,53	20,35	31,98	6,88	0,58	20,16	31,98	23,47	14,16	31,98
290570105000022	9,69	1,94	5,16	0,00	0,00	0,00	29,68	25,81	36,13	9,69	1,77	18,49	36,13	26,01	13,41	36,13
290570105000023	4,35	2,98	7,23	0,00	0,00	0,43	30,21	24,26	21,70	4,35	2,55	18,30	21,70	17,00	12,76	21,70
290570105000024	2,67	0,56	8,43	0,00	0,00	0,56	32,58	15,73	23,60	2,67	2,25	16,29	23,60	17,56	11,32	23,60
290570105000025	2,81	2,42	2,42	0,00	0,00	0,00	41,13	9,68	26,61	2,81	1,21	16,94	26,61	19,55	11,76	26,61

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000026	2,19	1,98	23,76	0,00	0,00	0,00	21,78	19,80	11,39	2,19	6,44	13,86	11,39	10,85	9,93	11,39
290570105000027	2,95	0,00	2,30	0,00	0,00	0,00	24,14	21,84	35,06	2,95	0,57	15,33	35,06	25,01	10,65	35,06
290570105000028	2,52	0,00	11,46	0,00	0,00	0,00	23,44	17,71	28,13	2,52	2,86	13,72	28,13	20,16	9,56	28,13
290570105000029	4,49	0,00	20,11	0,00	0,00	0,00	25,00	26,63	41,30	4,49	5,03	17,21	41,30	29,43	12,10	41,30
290570105000030	5,11	0,00	3,38	0,00	0,00	0,00	41,77	18,57	28,69	5,11	0,84	20,11	28,69	21,42	14,02	28,69
290570105000031	7,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45,90	16,39	27,87	7,84	0,00	20,77	27,87	21,10	14,65	27,87
290570105000032	6,24	0,36	0,72	0,00	0,00	0,00	41,30	11,96	26,45	6,24	0,27	17,75	26,45	19,60	12,49	26,45
290570105000033	9,94	0,00	1,77	0,00	0,00	0,00	18,58	18,58	32,74	9,94	0,44	12,39	32,74	23,32	9,87	32,74
290570105000034	6,43	0,00	8,98	0,00	0,00	0,00	25,75	19,76	40,12	6,43	2,25	15,17	40,12	28,52	10,79	40,12
290570105000035	5,01	0,78	17,19	0,00	1,56	0,00	42,97	19,53	21,09	5,01	4,88	20,83	21,09	17,64	14,57	21,09
290570105000036	2,18	0,90	0,00	0,00	0,00	0,45	44,14	17,57	27,93	2,18	0,23	20,72	27,93	21,10	14,37	27,93
290570105000037	2,87	0,00	1,23	0,00	0,00	0,00	23,46	18,52	20,99	2,87	0,31	13,99	20,99	15,53	9,73	20,99
290570105000038	2,07	0,53	2,13	0,00	0,00	0,53	31,91	22,87	17,02	2,07	0,66	18,44	17,02	14,95	12,79	17,02
290570105000039	2,65	0,00	9,22	0,00	0,00	0,00	23,96	23,96	14,75	2,65	2,30	15,98	14,75	12,95	11,10	14,75
290570105000040	5,00	0,00	2,92	0,00	0,00	0,00	40,88	17,52	29,93	5,00	0,73	19,46	29,93	22,05	13,57	29,93
290570105000041	2,00	0,00	0,64	0,00	0,00	0,00	16,56	20,38	12,74	2,00	0,16	12,31	12,74	10,54	8,55	12,74
290570105000042	5,99	0,00	5,59	0,00	0,00	0,00	40,37	19,25	36,02	5,99	1,40	19,88	36,02	26,05	13,91	36,02
290570105000043	7,84	0,67	8,75	0,34	0,00	0,00	29,97	16,50	31,31	7,84	2,44	15,49	31,31	22,49	11,20	31,31
290570105000044	6,22	0,66	7,24	0,00	0,00	0,00	31,58	15,13	27,63	6,22	1,97	15,57	27,63	20,03	11,03	27,63
290570105000045	2,38	0,00	9,52	0,00	0,00	0,00	46,03	15,87	14,29	2,38	2,38	20,63	14,29	15,37	14,32	14,29
290570105000046	3,80	0,71	1,07	0,36	0,36	0,00	25,00	15,00	24,64	3,80	0,63	13,33	24,64	17,79	9,32	24,64
290570105000047	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28,17	7,51	5,16	0,00	0,00	11,89	5,16	8,48	8,25	5,16
290570105000048	0,84	0,53	1,60	0,00	0,00	0,00	24,06	18,72	8,56	0,84	0,53	14,26	8,56	10,40	9,89	8,56
290570105000049	2,74	0,54	14,52	0,00	0,00	0,00	16,13	25,27	27,96	2,74	3,76	13,80	27,96	20,06	9,66	27,96
290570105000050	4,81	0,45	5,45	0,91	0,45	0,00	32,27	15,45	25,91	4,81	1,82	15,91	25,91	18,94	11,14	25,91
290570105000051	2,08	0,00	2,86	0,00	0,00	0,00	24,29	14,29	12,86	2,08	0,71	12,86	12,86	10,81	8,93	12,86
290570105000052	3,92	0,79	8,73	0,00	0,00	0,00	26,98	14,68	22,62	3,92	2,38	13,89	22,62	16,54	9,72	22,62
290570105000053	1,70	0,00	4,88	0,00	0,00	0,00	36,89	11,59	18,90	1,70	1,22	16,16	18,90	14,88	11,21	18,90
290570105000054	2,47	0,99	1,97	0,00	0,00	0,00	34,54	15,46	16,12	2,47	0,74	16,67	16,12	13,79	11,57	16,12
290570105000055	2,80	0,47	0,00	0,00	0,00	0,00	46,51	14,88	16,28	2,80	0,12	20,47	16,28	15,74	14,20	16,28

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000056	3,89	0,00	1,48	0,00	0,00	0,00	33,00	13,79	28,08	3,89	0,37	15,60	28,08	20,31	10,87	28,08
290570105000057	4,96	0,00	0,69	0,00	0,00	0,00	32,65	19,24	34,02	4,96	0,17	17,30	34,02	24,45	12,09	34,02
290570105000058	6,18	0,00	11,64	0,00	0,00	0,68	40,41	19,86	28,77	6,18	2,91	20,32	28,77	21,51	14,23	28,77
290570105000059	8,33	0,47	15,57	0,00	0,00	0,00	28,77	17,92	44,34	8,33	4,01	15,57	44,34	31,48	11,37	44,34
290570105000060	5,12	0,49	2,94	0,49	0,49	0,00	26,96	16,67	37,25	5,12	1,10	14,54	37,25	26,50	10,23	37,25
290570105000061	9,69	0,52	78,01	0,00	1,57	0,00	20,94	16,75	37,17	9,69	20,03	12,57	37,17	26,93	15,39	37,17
290570105000062	3,85	2,93	44,88	0,00	0,00	0,00	30,24	17,56	28,78	3,85	11,95	15,93	28,78	20,95	12,47	28,78
290570105000063	7,61	4,33	6,25	0,00	0,48	0,48	17,79	24,52	46,15	7,61	2,76	14,26	46,15	32,72	10,39	46,15
290570105000064	5,65	1,22	21,95	7,32	4,88	4,88	26,83	18,29	37,80	5,65	8,84	16,67	37,80	27,00	12,24	37,80
290570105000065	5,86	14,98	4,83	0,48	2,42	0,00	12,08	18,36	41,06	5,86	5,68	10,14	41,06	29,07	7,81	41,06
290570105000066	7,40	5,71	5,11	0,90	1,20	0,30	28,53	17,42	29,43	7,40	3,23	15,42	29,43	21,21	11,10	29,43
290570105000067	5,26	3,45	37,93	0,00	1,48	0,49	37,44	14,29	31,53	5,26	10,71	17,41	31,53	22,87	13,04	31,53
290570105000068	10,68	58,46	58,46	70,77	0,00	0,00	15,38	16,92	36,92	10,68	46,92	10,77	36,92	36,02	32,79	36,92
290570105000069	14,73	10,08	79,07	3,10	0,00	2,33	14,73	24,81	43,41	14,73	23,06	13,95	43,41	31,46	18,23	43,41
290570105000070	22,35	8,20	80,33	0,00	1,64	0,00	8,20	21,31	49,18	22,35	22,54	9,84	49,18	35,52	19,88	49,18
290570105000071	4,97	0,00	11,11	0,00	0,00	0,00	39,87	16,34	28,76	4,97	2,78	18,74	28,76	21,20	13,09	28,76
290570105000072	2,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36,36	15,51	25,13	2,95	0,00	17,29	25,13	18,69	12,01	25,13
290570105000073	9,21	1,69	8,43	0,00	0,00	0,00	33,15	24,16	30,34	9,21	2,53	19,10	30,34	22,29	13,73	30,34
290570105000074	10,44	0,00	29,28	0,00	0,00	0,00	9,87	22,70	39,80	10,44	7,32	10,86	39,80	28,22	9,78	39,80
290570105000075	2,28	1,48	20,74	0,74	0,00	0,00	20,74	16,30	19,26	2,28	5,74	12,35	19,26	14,18	8,85	19,26
290570105000076	7,30	7,69	25,96	1,92	1,92	0,00	23,08	21,15	36,54	7,30	9,38	14,74	36,54	26,04	11,38	36,54
290570105000077	11,18	0,00	1,83	0,00	0,00	0,00	29,88	21,34	44,51	11,18	0,46	17,07	44,51	31,67	12,86	44,51
290570105000078	6,62	1,05	1,05	0,00	0,53	1,05	34,74	17,37	35,79	6,62	0,66	17,72	35,79	25,69	12,50	35,79
290570105000079	3,66	0,00	3,70	0,00	0,00	0,00	14,81	22,22	29,63	3,66	0,93	12,35	29,63	21,11	8,63	29,63
290570105000080	3,64	1,44	4,32	0,00	0,00	0,00	23,02	28,06	32,37	3,64	1,44	17,03	32,37	23,32	11,85	32,37
290570105000081	8,68	1,71	31,43	13,14	0,57	0,00	28,00	20,00	57,14	8,68	11,71	16,00	57,14	40,49	12,84	57,14
290570105000082	11,38	1,08	17,84	3,24	4,32	0,00	9,73	32,97	61,08	11,38	6,62	14,23	61,08	43,24	11,57	61,08
290570105000083	5,28	0,00	19,05	0,00	0,43	0,43	35,06	20,35	33,77	5,28	4,87	18,61	33,77	24,42	13,08	33,77
290570105000084	12,98	0,57	14,37	0,00	0,57	0,57	24,14	22,41	41,95	12,98	3,88	15,71	41,95	29,88	12,68	41,95
290570105000085	15,04	7,14	37,91	0,55	2,75	0,55	23,08	18,68	38,46	15,04	12,09	14,10	38,46	27,54	13,85	38,46

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000086	5,72	1,03	7,69	0,51	1,03	0,00	34,87	16,41	37,44	5,72	2,56	17,09	37,44	26,76	12,01	37,44
290570105000087	10,40	1,87	19,79	2,41	0,80	0,00	37,70	16,04	39,04	10,40	6,22	17,91	39,04	27,94	13,34	39,04
290570105000088	12,79	0,82	8,24	0,00	1,65	0,27	25,00	16,76	39,29	12,79	2,68	14,01	39,29	27,97	11,75	39,29
290570105000089	7,52	0,00	8,76	1,20	0,40	0,00	31,47	19,12	33,86	7,52	2,59	16,87	33,86	24,32	12,04	33,86
290570105000090	8,39	1,75	14,04	3,51	0,00	0,00	26,32	12,28	22,81	8,39	4,82	12,87	22,81	16,60	9,81	22,81
290570105000091	1,80	0,65	0,00	0,65	0,00	0,00	33,55	14,84	5,81	1,80	0,32	16,13	5,81	11,45	11,19	5,81
290570105000092	1,32	0,00	17,78	4,44	0,00	0,00	22,22	26,67	17,78	1,32	5,56	16,30	17,78	14,39	11,45	17,78
290570105000093	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,90	17,76	15,06	1,58	0,00	10,55	15,06	11,24	7,33	15,06
290570105000094	0,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16,39	18,03	22,95	0,51	0,00	11,48	22,95	16,48	7,96	22,95
290570105000095	9,90	2,10	69,75	0,00	0,42	0,42	21,01	18,07	35,29	9,90	18,07	13,17	35,29	25,52	14,50	35,29
290570105000096	6,38	0,00	89,29	0,00	0,00	0,00	53,57	28,57	60,71	6,38	22,32	27,38	60,71	43,56	21,99	60,71
290570105000097	7,80	1,11	6,67	0,00	0,00	0,00	27,04	21,48	36,30	7,80	1,94	16,17	36,30	25,93	11,62	36,30
290570105000098	10,53	0,58	13,87	0,00	0,00	0,58	30,64	17,34	32,37	10,53	3,61	16,18	32,37	23,30	12,20	32,37
290570105000099	5,10	3,86	2,90	0,00	0,00	0,00	21,74	18,84	32,85	5,10	1,69	13,53	32,85	23,40	9,55	32,85
290570105000100	9,62	21,35	21,35	4,69	0,52	0,52	30,73	19,79	46,35	9,62	11,98	17,01	46,35	32,98	13,59	46,35
290570105000101	10,72	0,41	3,32	0,41	0,41	0,00	30,29	22,82	34,02	10,72	1,14	17,70	34,02	24,54	13,12	34,02
290570105000102	5,46	0,47	3,26	5,58	0,00	0,47	33,02	21,86	31,16	5,46	2,33	18,45	31,16	22,69	12,91	31,16
290570105000103	11,20	0,53	0,00	0,00	0,00	0,00	16,49	27,13	40,43	11,20	0,13	14,54	40,43	28,75	11,43	40,43
290570105000104	10,62	2,33	5,83	0,29	3,79	0,58	12,54	24,49	44,02	10,62	3,06	12,54	44,02	31,21	10,21	44,02
290570105000105	5,48	1,70	0,57	0,00	0,57	0,00	13,64	17,05	29,55	5,48	0,71	10,23	29,55	20,97	7,44	29,55
290570105000106	3,01	0,38	2,68	0,00	0,00	0,00	24,52	14,56	32,18	3,01	0,77	13,03	32,18	22,91	9,07	32,18
290570105000107	3,13	0,53	1,06	0,00	0,00	0,00	26,46	14,29	29,10	3,13	0,40	13,58	29,10	20,82	9,45	29,10
290570105000108	1,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25,52	17,93	23,45	1,86	0,00	14,48	23,45	17,15	10,05	23,45
290570105000109	12,18	1,49	82,09	49,25	2,99	0,00	20,90	20,90	50,75	12,18	33,96	13,93	50,75	37,63	24,41	50,75
290570105000110	3,67	0,00	64,29	0,00	0,00	0,00	28,57	11,90	19,05	3,67	16,07	13,49	19,05	15,51	13,04	19,05
290570105000111	7,46	1,03	5,50	0,34	0,69	0,34	19,93	18,56	49,14	7,46	1,89	12,94	49,14	34,79	9,52	49,14
290570105000112	8,61	0,92	35,94	0,00	0,00	0,46	20,28	20,74	39,63	8,61	9,22	13,82	39,63	28,16	11,06	39,63
290570105000113	7,93	0,73	18,25	0,00	0,00	0,00	8,03	32,12	45,99	7,93	4,74	13,38	45,99	32,58	10,00	45,99
290570105000114	7,03	3,91	88,70	3,48	0,00	0,43	17,83	12,61	31,74	7,03	24,02	10,29	31,74	24,15	17,21	31,74
290570105000115	4,17	1,09	13,11	0,00	0,00	0,00	23,50	18,58	28,42	4,17	3,55	14,03	28,42	20,39	9,86	28,42

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000116	5,33	0,00	17,96	0,00	0,70	0,00	19,01	21,13	21,48	5,33	4,67	13,38	21,48	15,75	9,59	21,48
290570105000117	3,37	0,32	22,01	0,00	0,65	0,00	20,71	19,74	26,86	3,37	5,74	13,48	26,86	19,30	9,63	26,86
290570105000118	3,09	0,61	4,27	0,00	0,00	0,00	25,61	14,63	17,07	3,09	1,22	13,41	17,07	13,09	9,34	17,07
290570105000119	2,38	0,00	25,83	0,74	0,37	0,00	20,66	23,62	22,88	2,38	6,73	14,76	22,88	16,86	10,56	22,88
290570105000120	9,52	0,00	3,03	1,14	0,38	0,00	21,59	21,21	42,42	9,52	1,14	14,27	42,42	30,11	10,79	42,42
290570105000121	11,23	1,41	0,47	0,00	0,47	0,00	19,72	23,94	38,03	11,23	0,59	14,55	38,03	27,08	11,45	38,03
290570105000122	15,32	0,60	2,41	0,00	0,00	0,60	15,66	22,29	47,59	15,32	0,75	12,85	47,59	33,79	12,40	47,59
290570105000123	11,15	1,01	30,15	0,50	0,00	0,00	25,13	16,08	44,22	11,15	7,91	13,74	44,22	31,38	11,42	44,22
290570105000124	8,78	16,98	73,58	16,98	1,89	0,63	11,95	20,75	34,59	8,78	27,36	11,11	34,59	26,64	19,58	34,59
290570105000125	5,14	4,82	80,72	2,41	1,20	0,00	7,23	16,87	30,12	5,14	22,29	8,03	30,12	22,77	15,75	30,12
290570105000126	6,53	1,85	2,47	0,00	0,00	0,62	8,02	22,22	51,23	6,53	1,08	10,29	51,23	36,25	7,70	51,23
290570105000127	6,54	5,93	86,86	2,54	1,69	0,00	19,07	13,98	32,63	6,54	24,26	11,02	32,63	24,73	17,43	32,63
290570105000128	9,72	5,36	51,79	33,93	1,79	0,00	19,64	16,07	39,29	9,72	23,21	11,90	39,29	28,67	17,14	39,29
290570105000129	16,59	8,89	98,89	70,00	6,67	5,56	27,78	14,44	53,33	16,59	46,11	15,93	53,33	42,26	32,88	53,33
290570105000130	5,37	0,51	4,08	0,00	0,51	0,00	37,24	14,80	18,37	5,37	1,28	17,35	18,37	15,05	12,15	18,37
290570105000131	4,14	0,68	18,92	0,68	0,00	0,68	25,68	18,24	27,03	4,14	5,07	14,86	27,03	19,54	10,51	27,03
290570105000132	5,89	0,00	24,76	0,00	0,00	0,00	47,57	13,59	24,76	5,89	6,19	20,39	24,76	19,27	14,38	24,76
290570105000133	5,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56,25	25,00	25,00	5,26	0,00	27,08	25,00	21,96	18,82	25,00
290570105000134	5,59	0,00	22,73	0,00	0,00	0,00	24,79	19,83	24,38	5,59	5,68	14,88	24,38	17,83	10,68	24,38
290570105000135	5,26	1,09	50,00	0,00	0,00	0,00	38,04	22,83	34,78	5,26	12,77	20,29	34,78	25,38	15,22	34,78
290570105000136	0,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,49	5,44	6,80	0,54	0,00	9,98	6,80	7,41	6,92	6,80
290570105000137	4,64	0,00	6,49	0,38	0,00	0,00	37,79	16,03	35,11	4,64	1,72	17,94	35,11	25,24	12,51	35,11
290570105000138	13,51	24,25	25,75	15,67	0,37	0,00	25,00	19,40	43,66	13,51	16,51	14,80	43,66	31,20	15,04	43,66
290570105000139	6,47	0,71	75,00	0,00	0,00	0,00	27,86	23,57	46,43	6,47	18,93	17,14	46,43	33,21	15,91	46,43
290570105000140	10,01	1,98	12,65	0,00	0,40	0,40	19,76	14,62	43,87	10,01	3,75	11,59	43,87	31,08	9,55	43,87
290570105000141	6,90	0,61	7,93	0,00	1,22	0,00	41,46	12,20	29,88	6,90	2,44	17,89	29,88	21,79	12,64	29,88
290570105000142	9,46	6,36	29,24	1,69	0,42	0,00	30,93	21,19	33,90	9,46	9,43	17,37	33,90	24,44	13,22	33,90
290570105000143	0,86	1,49	6,44	0,50	0,50	0,00	34,16	17,82	9,90	0,86	2,23	17,33	9,90	12,57	12,02	9,90
290570105000144	1,23	0,00	29,69	0,00	0,00	0,00	51,56	7,81	25,00	1,23	7,42	19,79	25,00	19,23	13,96	25,00
290570105000145	1,72	0,78	5,04	0,39	0,39	0,00	28,68	6,59	8,14	1,72	1,65	11,76	8,14	8,76	8,17	8,14

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000146	17,06	5,24	37,14	4,29	0,95	2,38	17,62	24,29	53,81	17,06	11,90	14,76	53,81	38,22	14,87	53,81
290570105000147	16,67	7,69	92,31	34,62	15,38	0,00	7,69	19,23	57,69	16,67	37,50	8,97	57,69	42,57	26,85	57,69
290570105000148	9,05	0,00	22,86	0,00	0,00	0,71	14,29	20,71	37,86	9,05	5,71	11,90	37,86	26,86	9,55	37,86
290570105000149	12,02	0,00	6,25	0,00	1,25	0,00	11,25	23,75	43,75	12,02	1,88	11,67	43,75	31,02	10,35	43,75
290570105000150	5,51	1,93	14,98	0,00	0,00	0,48	18,84	16,43	39,13	5,51	4,23	11,92	39,13	27,73	8,64	39,13
290570105000151	5,13	2,06	11,34	1,03	0,00	1,03	7,22	13,40	8,25	5,13	3,61	7,22	8,25	6,73	5,71	8,25
290570105000152	11,43	2,47	91,36	0,00	0,00	0,00	27,16	14,81	37,04	11,43	23,46	13,99	37,04	27,36	17,88	37,04
290570105000153	12,16	9,03	41,29	25,16	8,39	0,65	12,90	25,81	45,81	12,16	20,97	13,12	45,81	32,83	16,42	45,81
290570105000154	16,47	4,84	63,71	4,03	1,61	0,00	22,58	17,74	37,90	16,47	18,55	13,44	37,90	27,50	16,42	37,90
290570105000155	16,45	13,92	44,85	0,52	0,00	1,55	13,92	19,59	45,88	16,45	14,82	11,68	45,88	32,69	14,58	45,88
290570105000156	14,81	90,00	90,00	70,00	0,00	0,00	50,00	10,00	40,00	14,81	62,50	20,00	40,00	46,08	43,99	40,00
290570105000157	12,68	5,38	95,70	88,17	4,30	0,00	20,43	17,20	41,94	12,68	48,39	12,54	41,94	38,32	33,94	41,94
290570105000159	14,90	52,28	39,09	46,70	4,06	0,51	22,34	22,34	51,27	14,90	35,53	15,06	51,27	38,30	25,81	51,27
290570105000160	18,78	39,74	94,70	31,13	7,28	1,99	18,54	22,52	50,99	18,78	43,21	14,35	50,99	40,17	31,10	50,99
290570105000161	23,99	36,70	60,55	54,13	17,43	2,75	25,69	26,61	55,96	23,99	42,20	18,35	55,96	42,80	31,65	55,96
290570105000162	7,32	1,30	45,02	0,87	0,43	0,00	36,80	17,32	37,66	7,32	11,90	18,04	37,66	27,05	13,84	37,66
290570105000163	5,03	2,94	5,15	0,00	0,00	0,00	53,68	18,38	26,47	5,03	2,02	24,02	26,47	21,31	16,71	26,47
290570105000164	4,09	2,97	8,91	0,00	0,00	0,00	44,55	15,84	22,77	4,09	2,97	20,13	22,77	18,14	14,01	22,77
290570105000165	0,37	0,40	0,00	0,40	0,00	0,40	16,60	4,05	3,24	0,37	0,20	7,02	3,24	5,02	4,87	3,24
290570105000166	5,32	0,00	36,36	0,00	0,00	0,00	24,24	6,06	33,33	5,32	9,09	10,10	33,33	23,66	8,64	33,33
290570105000167	6,92	0,00	22,63	0,00	0,00	0,00	33,33	22,22	35,80	6,92	5,66	18,52	35,80	25,77	13,18	35,80
290570105000168	23,62	64,38	91,78	76,71	8,22	4,11	19,18	13,70	49,32	23,62	60,27	12,33	49,32	46,96	42,73	49,32
290570105000169	4,15	0,00	17,09	0,00	0,00	0,00	27,85	18,35	23,42	4,15	4,27	15,40	23,42	17,29	10,82	23,42
290570105000170	0,00	2,78	8,33	0,00	0,00	0,00	16,67	16,67	19,44	0,00	2,78	11,11	19,44	14,10	7,74	19,44
290570105000171	7,67	0,84	0,84	0,00	0,00	0,00	30,25	25,21	33,61	7,67	0,42	18,49	33,61	24,31	13,12	33,61
290570105000172	2,98	0,00	68,52	0,00	0,00	0,00	26,85	21,30	37,04	2,98	17,13	16,05	37,04	26,70	14,52	37,04
290570105000173	4,31	0,00	3,08	0,00	0,00	0,00	27,69	13,08	16,92	4,31	0,77	13,59	16,92	13,06	9,52	16,92
290570105000174	8,21	0,00	15,75	0,79	0,00	0,00	28,35	20,47	29,92	8,21	4,13	16,27	29,92	21,64	11,80	29,92
290570105000175	8,37	3,33	15,56	2,22	1,11	0,00	27,78	21,11	26,67	8,37	5,56	16,30	26,67	19,53	11,92	26,67
290570105000176	2,09	1,01	6,03	0,50	0,00	0,50	33,17	16,58	16,08	2,09	1,88	16,75	16,08	13,81	11,63	16,08

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000177	2,01	0,00	4,97	0,00	1,24	0,00	47,20	19,25	22,98	2,01	1,55	22,15	22,98	18,99	15,37	22,98
290570105000178	12,15	3,23	16,13	0,00	0,00	0,00	19,35	29,03	29,03	12,15	4,84	16,13	29,03	21,15	12,67	29,03
290570105000179	8,70	0,00	34,09	0,00	0,00	0,00	31,82	9,09	22,73	8,70	8,52	13,64	22,73	16,72	10,83	22,73
290570105000180	6,34	7,74	13,69	0,00	0,00	0,00	22,62	18,45	36,31	6,34	5,36	13,69	36,31	25,81	9,97	36,31
290570105000181	9,88	3,45	18,97	0,00	0,00	0,00	36,21	17,24	25,86	9,88	5,60	17,82	25,86	19,33	13,13	25,86
290570105000182	4,64	1,19	26,19	0,40	0,40	0,00	49,60	15,87	30,95	4,64	7,04	21,83	30,95	23,14	15,35	30,95
290570105000183	10,48	1,72	13,79	0,00	0,00	0,00	22,99	20,69	33,33	10,48	3,88	14,56	33,33	23,84	11,27	33,33
290570105000184	3,45	0,00	0,00	0,43	0,00	0,43	29,61	16,74	17,17	3,45	0,11	15,59	17,17	13,83	10,85	17,17
290570105000185	3,44	0,87	5,24	0,00	0,00	0,00	29,26	17,90	33,19	3,44	1,53	15,72	33,19	23,76	10,94	33,19
290570105000186	7,22	0,37	3,33	0,00	0,00	0,00	42,22	17,41	30,00	7,22	0,93	19,88	30,00	22,18	14,00	30,00
290570105000187	9,79	0,97	36,89	1,94	0,97	0,00	14,56	26,21	41,75	9,79	10,19	13,59	41,75	29,65	11,45	41,75
290570105000188	9,57	3,64	63,64	0,00	1,82	1,82	14,55	27,27	38,18	9,57	17,27	14,55	38,18	27,44	14,48	38,18
290570105000189	2,44	0,58	4,05	0,00	0,00	0,00	38,15	16,18	20,81	2,44	1,16	18,11	20,81	16,48	12,57	20,81
290570105000190	15,49	37,50	91,67	25,00	12,50	4,17	25,00	20,83	62,50	15,49	41,67	16,67	62,50	46,32	29,96	62,50
290570105000191	22,68	0,00	57,58	18,18	0,00	0,00	33,33	24,24	42,42	22,68	18,94	19,19	42,42	31,15	20,42	42,42
290570105000192	22,53	21,20	85,33	44,02	11,41	6,52	9,78	19,02	41,30	22,53	40,49	11,78	41,30	34,81	29,81	41,30
290570105000193	17,57	20,30	89,11	19,31	16,83	0,99	15,35	23,27	50,99	17,57	36,39	13,20	50,99	38,33	26,51	50,99
290570105000194	10,85	1,44	49,64	1,44	0,00	0,00	17,27	20,86	38,85	10,85	13,13	12,71	38,85	27,68	12,31	38,85
290570105000195	1,00	11,68	11,68	0,00	0,00	0,00	9,35	5,14	8,41	1,00	5,84	4,83	8,41	6,40	4,71	8,41
290570105000196	1,09	0,58	9,83	0,00	0,58	0,00	5,78	2,89	4,05	1,09	2,75	2,89	4,05	3,15	2,49	4,05
290570105000197	6,81	0,69	16,59	0,00	0,23	0,23	29,26	13,82	35,02	6,81	4,38	14,44	35,02	24,95	10,44	35,02
290570105000198	0,93	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	8,46	9,45	13,93	0,93	0,50	5,97	13,93	9,93	4,15	13,93
290570105000199	2,04	0,00	1,74	0,00	0,00	0,00	26,09	12,17	14,78	2,04	0,43	12,75	14,78	11,67	8,86	14,78
290570105000200	4,34	0,00	0,90	0,00	0,00	0,00	29,73	21,62	19,82	4,34	0,23	17,12	19,82	15,66	11,93	19,82
290570105000201	3,71	0,53	4,26	0,00	0,00	0,00	45,21	17,02	24,47	3,71	1,20	20,74	24,47	19,20	14,41	24,47
290570105000202	7,16	3,51	0,88	0,00	0,00	1,75	34,21	17,54	31,58	7,16	1,10	17,84	31,58	22,89	12,63	31,58
290570105000203	20,13	0,00	35,71	2,38	4,76	0,00	9,52	33,33	54,76	20,13	10,71	14,29	54,76	38,96	16,01	54,76
290570105000204	4,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,13	18,45	31,07	4,82	0,00	15,86	31,07	22,34	11,10	31,07
290570105000205	4,70	0,47	0,47	0,00	0,00	0,00	26,98	19,53	23,72	4,70	0,23	15,50	23,72	17,50	10,85	23,72
290570105000206	11,67	14,94	21,84	14,94	3,45	0,00	10,34	33,33	58,62	11,67	13,79	14,56	58,62	41,54	13,45	58,62

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000207	12,10	9,17	63,91	29,97	11,31	0,61	15,90	23,24	56,88	12,10	28,59	13,25	56,88	40,90	20,92	56,88
290570105000208	9,16	0,88	31,86	0,88	0,88	1,77	15,04	28,32	38,05	9,16	8,63	15,04	38,05	27,11	11,71	38,05
290570105000209	13,43	10,81	37,84	0,00	0,00	2,70	13,51	37,84	40,54	13,43	12,16	18,02	40,54	29,08	14,97	40,54
290570105000210	12,79	2,86	44,29	0,00	0,00	0,00	7,14	31,43	57,14	12,79	11,79	12,86	57,14	40,48	12,50	57,14
290570105000211	2,70	9,04	1,69	0,00	0,00	0,00	6,21	10,17	10,73	2,70	2,68	5,46	10,73	7,73	4,07	10,73
290570105000212	1,47	5,52	4,14	0,00	0,00	0,00	15,86	5,52	5,52	1,47	2,41	7,13	5,52	5,46	5,02	5,52
290570105000213	7,40	0,78	18,60	0,78	0,00	0,00	36,43	24,03	28,68	7,40	5,04	20,16	28,68	21,44	14,27	28,68
290570105000214	4,48	2,71	1,81	0,00	0,00	0,00	36,20	16,74	25,79	4,48	1,13	17,65	25,79	19,17	12,30	25,79
290570105000215	10,54	0,00	4,18	3,82	0,00	0,18	37,27	15,82	32,18	10,54	2,00	17,76	32,18	23,33	13,12	32,18
290570105000216	7,99	0,00	2,80	0,00	0,40	0,00	40,00	14,40	38,40	7,99	0,80	18,13	38,40	27,50	12,92	38,40
290570105000217	10,49	1,10	9,89	0,55	0,00	0,00	28,57	20,88	45,05	10,49	2,88	16,48	45,05	32,02	12,35	45,05
290570105000218	0,00	0,00	4,88	0,00	0,00	0,00	7,32	7,32	4,88	0,00	1,22	4,88	4,88	4,10	3,40	4,88
290570105000219	1,16	1,24	4,97	0,62	0,00	0,62	8,70	2,48	11,18	1,16	1,71	3,93	11,18	7,94	2,82	11,18
290570105000220	2,31	6,92	6,29	1,26	0,00	0,00	6,92	5,66	3,77	2,31	3,62	4,19	3,77	3,65	3,54	3,77
290570105000221	0,55	4,43	0,00	0,63	0,00	0,00	10,76	6,33	5,06	0,55	1,27	5,70	5,06	4,55	3,97	5,06
290570105000222	1,32	2,30	6,90	0,57	0,00	0,57	10,34	5,75	6,90	1,32	2,44	5,56	6,90	5,34	3,97	6,90
290570105000223	5,34	0,00	9,57	1,06	0,00	0,00	21,28	12,77	21,28	5,34	2,66	11,35	21,28	15,36	8,16	21,28
290570105000224	6,22	0,33	25,00	0,00	0,00	0,00	39,67	13,33	25,33	6,22	6,33	17,67	25,33	18,92	12,61	25,33
290570105000225	5,09	1,54	18,46	6,15	0,00	0,00	39,23	15,38	30,77	5,09	6,54	18,21	30,77	22,41	12,90	30,77
290570105000226	1,71	0,67	2,01	2,01	0,67	0,00	24,16	31,54	10,07	1,71	1,34	18,57	10,07	13,40	12,88	10,07
290570105000227	3,99	0,00	5,26	0,00	0,75	0,00	47,37	13,53	25,56	3,99	1,50	20,30	25,56	19,66	14,11	25,56
290570105000228	4,60	3,79	21,80	1,66	0,24	0,24	23,22	17,54	31,04	4,60	6,87	13,67	31,04	22,17	9,97	31,04
290570105000229	8,47	2,29	71,76	0,76	0,76	0,00	22,90	13,74	34,35	8,47	18,89	12,21	34,35	24,94	14,51	34,35
290570105000230	2,97	0,00	2,56	0,00	0,00	0,00	41,03	10,26	17,95	2,97	0,64	17,09	17,95	14,75	11,87	17,95
290570105000231	6,54	1,57	12,98	0,45	0,00	0,67	22,60	21,25	42,73	6,54	3,75	14,84	42,73	30,33	10,63	42,73
290570105000232	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22,22	14,81	33,33	2,50	0,00	12,35	33,33	23,68	8,58	33,33
290570105000233	7,47	0,59	2,96	0,00	0,00	0,59	28,99	17,16	37,28	7,47	0,89	15,58	37,28	26,57	11,19	37,28
290570105000234	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31,71	11,22	28,29	1,18	0,00	14,31	28,29	20,33	9,92	28,29
290570105000235	1,53	0,63	1,25	0,63	0,00	0,00	30,63	15,00	21,25	1,53	0,63	15,21	21,25	15,93	10,55	21,25
290570105000236	12,16	4,35	82,61	4,35	4,35	0,00	17,39	26,09	43,48	12,16	23,91	14,49	43,48	31,56	18,34	43,48

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000237	16,51	6,17	9,88	28,40	7,41	2,47	19,75	27,16	35,80	16,51	12,96	16,46	35,80	25,97	15,49	35,80
290570105000238	6,62	9,18	9,18	24,49	0,00	0,00	14,29	16,33	35,71	6,62	10,71	10,20	35,71	25,35	9,51	35,71
290570105000239	8,15	1,36	28,07	0,27	2,45	0,27	28,07	19,89	41,42	8,15	8,04	16,08	41,42	29,47	12,02	41,42
290570105000241	8,29	0,00	13,77	0,72	0,00	0,00	21,01	18,84	51,45	8,29	3,62	13,29	51,45	36,43	9,96	51,45
290570105000242	10,16	1,98	19,80	0,00	0,50	0,00	16,83	21,29	43,07	10,16	5,57	12,71	43,07	30,54	10,30	43,07
290570105000243	5,10	0,00	39,58	0,00	0,00	0,69	13,19	18,75	35,42	5,10	9,90	10,88	35,42	25,14	9,27	35,42
290570105000244	14,12	1,17	71,35	32,16	0,00	1,17	16,96	23,98	47,37	14,12	26,17	14,04	47,37	34,37	19,86	47,37
290570105000245	7,99	0,00	25,87	0,00	0,50	0,00	22,39	12,94	49,75	7,99	6,59	11,77	49,75	35,22	9,32	49,75
290570105000246	10,14	3,59	79,64	4,79	1,80	0,60	10,18	18,56	50,90	10,14	22,46	9,78	50,90	36,35	16,43	50,90
290570105000247	9,18	2,72	89,88	11,28	1,56	0,00	12,84	19,07	42,80	9,18	26,36	10,64	42,80	31,34	18,91	42,80
290570105000248	4,65	0,77	11,54	0,00	0,77	0,00	16,15	25,38	25,38	4,65	3,27	13,85	25,38	18,34	9,76	25,38
290570105000249	5,04	0,57	15,91	0,57	0,00	0,00	25,57	15,91	30,11	5,04	4,26	13,83	30,11	21,53	9,83	30,11
290570105000250	19,33	0,00	37,78	0,00	2,22	0,00	6,67	26,67	46,67	19,33	10,00	11,11	46,67	33,28	14,74	46,67
290570105000251	4,81	2,42	8,06	0,00	0,00	0,81	16,13	18,55	22,58	4,81	2,62	11,83	22,58	16,27	8,41	22,58
290570105000252	12,09	1,69	74,58	0,00	1,69	0,00	20,34	28,81	54,24	12,09	19,49	16,38	54,24	38,61	16,54	54,24
290570105000253	3,66	0,00	85,00	0,00	0,00	0,00	18,33	23,33	26,67	3,66	21,25	13,89	26,67	20,79	16,02	26,67
290570105000254	13,98	2,44	9,27	0,00	0,00	0,00	20,49	23,41	50,73	13,98	2,93	14,63	50,73	35,99	12,52	50,73
290570105000255	14,09	1,23	0,00	0,00	0,00	0,00	17,28	25,93	55,56	14,09	0,31	14,40	55,56	39,37	12,45	55,56
290570105000256	11,29	7,52	82,71	11,28	0,75	0,75	13,53	16,54	47,37	11,29	25,56	10,28	47,37	34,23	18,58	47,37
290570105000257	5,53	0,76	56,06	0,00	0,00	0,00	3,79	19,70	36,36	5,53	14,20	7,83	36,36	25,88	10,54	36,36
290570105000258	7,74	2,44	65,85	2,44	4,88	2,44	19,51	51,22	48,78	7,74	18,90	24,39	48,78	35,21	19,35	48,78
290570105000259	21,11	4,92	95,08	19,67	6,56	0,00	14,75	29,51	47,54	21,11	31,56	14,75	47,54	35,49	24,49	47,54
290570105000260	15,49	1,43	77,14	0,00	0,00	0,00	17,14	27,14	42,86	15,49	19,64	14,76	42,86	30,86	16,91	42,86
290570105000261	13,68	3,13	82,81	0,78	2,34	0,00	10,94	18,75	53,91	13,68	22,27	9,90	53,91	38,44	16,93	53,91
290570105000262	17,11	1,54	96,92	0,00	0,00	1,54	9,23	13,85	56,92	17,11	24,62	8,21	56,92	40,68	18,97	56,92
290570105000263	8,48	0,88	92,92	0,00	0,00	1,77	8,85	15,93	43,36	8,48	23,45	8,85	43,36	31,32	16,79	43,36
290570105000264	11,92	2,74	86,30	0,00	1,37	0,00	10,96	16,44	35,62	11,92	22,60	9,13	35,62	26,24	16,71	35,62
290570105000265	14,32	17,84	88,48	23,05	0,00	7,43	9,29	17,84	56,13	14,32	32,34	11,52	56,13	40,80	23,37	56,13
290570105000266	16,53	8,43	78,31	31,33	2,41	0,00	16,87	22,89	48,19	16,53	30,12	13,25	48,19	35,46	22,50	48,19
290570105000267	12,00	16,51	92,66	28,44	0,00	5,50	5,50	22,02	55,96	12,00	34,40	11,01	55,96	40,95	24,44	55,96

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000268	17,14	92,42	100,00	59,09	28,79	3,03	15,15	16,67	45,45	17,14	70,08	11,62	45,45	51,66	48,90	45,45
290570105000269	28,57	91,67	91,67	58,33	41,67	16,67	25,00	16,67	41,67	28,57	70,83	19,44	41,67	51,89	50,49	41,67
290570105000270	9,25	2,84	45,39	17,73	2,13	0,00	24,11	13,48	40,43	9,25	17,02	12,53	40,43	28,89	13,69	40,43
290570105000271	5,15	0,00	2,82	0,00	0,00	0,00	14,08	19,72	28,17	5,15	0,70	11,27	28,17	20,05	8,05	28,17
290570105000272	11,09	5,36	67,86	1,79	1,79	1,19	21,43	18,45	39,29	11,09	19,20	13,69	39,29	28,31	15,42	39,29
290570105000273	6,25	2,63	5,26	0,00	0,88	0,00	17,54	16,67	35,09	6,25	2,19	11,40	35,09	24,89	8,34	35,09
290570105000274	12,62	8,11	97,30	27,03	2,70	0,00	13,51	29,73	29,73	12,62	33,78	14,41	29,73	27,08	24,40	29,73
290570105000275	1,74	3,48	0,00	0,00	0,00	0,00	13,91	6,09	5,22	1,74	0,87	6,67	5,22	5,11	4,65	5,22
290570105000276	4,48	1,61	3,23	0,00	0,00	0,00	29,57	15,59	33,87	4,48	1,21	15,05	33,87	24,18	10,53	33,87
290570105000277	5,52	3,57	51,79	1,79	0,00	0,00	30,36	14,29	35,71	5,52	14,29	14,88	35,71	25,60	12,86	35,71
290570105000278	18,46	5,60	19,20	0,00	0,80	0,80	26,40	24,80	51,20	18,46	6,40	17,33	51,20	36,47	15,77	51,20
290570105000279	5,42	1,82	1,21	0,00	0,61	0,61	28,48	13,94	25,45	5,42	0,91	14,34	25,45	18,45	10,12	25,45
290570105000280	7,89	0,00	8,33	0,00	0,00	0,00	8,33	16,67	50,00	7,89	2,08	8,33	50,00	35,37	7,11	50,00
290570105000281	2,53	0,00	19,91	0,43	0,00	0,00	22,08	20,78	32,03	2,53	5,09	14,29	32,03	22,88	10,07	32,03
290570105000282	4,18	1,23	28,40	0,00	1,23	0,00	18,52	16,05	46,91	4,18	7,72	11,52	46,91	33,21	8,83	46,91
290570105000283	10,28	14,94	28,74	21,84	3,45	1,15	16,09	18,39	39,08	10,28	17,24	11,88	39,08	27,98	13,80	39,08
290570105000284	14,25	0,85	7,63	0,00	0,00	0,85	11,02	20,34	55,93	14,25	2,12	10,73	55,93	39,60	11,13	55,93
290570105000285	9,36	3,92	5,88	0,00	0,65	0,00	7,84	24,84	55,56	9,36	2,61	10,89	55,56	39,31	8,92	55,56
290570105000286	11,03	5,88	91,18	1,96	0,00	0,00	7,84	20,59	50,00	11,03	24,75	9,48	50,00	35,91	17,95	50,00
290570105000287	10,95	19,46	53,02	61,74	48,99	0,67	5,37	23,49	44,97	10,95	45,81	9,84	44,97	38,20	32,01	44,97
290570105000288	8,03	0,00	93,43	1,46	2,19	0,00	11,68	16,06	53,28	8,03	24,27	9,25	53,28	38,09	17,33	53,28
290570105000289	6,80	0,00	65,12	11,63	3,88	0,78	17,83	17,05	27,91	6,80	20,16	11,89	27,91	21,11	15,03	27,91
290570105000290	12,28	0,00	6,00	0,00	0,00	0,00	18,00	23,00	56,00	12,28	1,50	13,67	56,00	39,66	11,37	56,00
290570105000291	2,74	1,74	38,26	0,00	0,00	0,00	12,17	17,39	27,83	2,74	10,00	9,86	27,83	19,83	8,70	27,83
290570105000292	9,11	12,96	23,46	9,88	2,47	0,00	8,02	22,84	39,51	9,11	12,19	10,29	39,51	28,05	10,68	39,51
290570105000293	5,10	2,17	82,67	16,61	0,72	0,36	19,49	19,49	40,43	5,10	25,54	13,12	40,43	29,74	18,52	40,43
290570105000294	13,18	4,06	82,03	14,20	2,61	0,00	12,46	21,74	40,58	13,18	25,72	11,40	40,58	29,90	19,07	40,58
290570105000295	11,67	1,12	40,45	1,12	1,12	0,00	16,85	17,98	42,70	11,67	10,96	11,61	42,70	30,31	11,42	42,70
290570105000296	4,09	6,96	75,95	3,80	1,27	1,27	20,89	17,09	42,41	4,09	21,99	13,08	42,41	30,58	16,28	42,41
290570105000297	6,07	4,49	12,36	5,62	1,12	2,25	25,84	10,11	31,46	6,07	5,90	12,73	31,46	22,41	9,40	31,46

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570105000298	9,84	0,65	39,87	1,96	0,65	0,65	18,30	19,61	46,41	9,84	10,78	12,85	46,41	32,90	11,30	46,41
290570105000299	16,74	0,00	46,24	7,53	0,00	1,08	13,98	22,58	45,16	16,74	13,44	12,54	45,16	32,19	14,47	45,16
290570105000300	19,54	1,92	33,65	5,77	2,88	0,00	16,35	21,15	60,58	19,54	11,06	12,50	60,58	42,98	15,31	60,58
290570105000301	10,80	2,54	77,97	0,85	0,85	0,00	11,86	19,49	44,92	10,80	20,55	10,45	44,92	32,15	15,46	44,92
290570105000302	14,07	4,20	62,18	0,84	0,84	0,00	15,13	29,41	59,66	14,07	17,02	14,85	59,66	42,33	15,41	59,66
290570105000303	6,13	0,00	25,81	0,00	1,61	0,00	32,26	12,90	29,03	6,13	6,85	15,05	29,03	20,92	10,97	29,03
290570105000304	20,00	4,76	95,24	23,81	2,38	2,38	4,76	28,57	33,33	20,00	31,55	11,90	33,33	27,85	23,93	33,33
290570105000305	26,09	16,13	96,77	51,61	22,58	0,00	16,13	32,26	35,48	26,09	46,77	16,13	35,48	36,24	34,60	35,48
290570105000306	2,30	0,00	0,00	23,33	0,00	6,67	16,67	20,00	33,33	2,30	5,83	14,44	33,33	23,78	10,24	33,33
290570105000307	6,38	6,42	14,68	19,27	6,42	2,75	12,84	15,60	29,36	6,38	11,70	10,40	29,36	20,98	9,98	29,36
290570105000308	13,98	0,00	98,18	3,64	0,00	0,00	3,64	25,45	49,09	13,98	25,45	9,70	49,09	35,39	18,86	49,09
290570105000309	22,18	2,78	16,67	23,61	8,33	1,39	9,72	29,17	51,39	22,18	12,85	13,43	51,39	36,72	17,27	51,39
290570105000310	21,79	33,96	98,11	24,53	1,89	1,89	5,66	32,08	54,72	21,79	39,62	13,21	54,72	41,34	29,22	54,72
290570105000311	11,24	3,45	96,55	21,84	1,15	0,00	8,05	22,99	42,53	11,24	30,75	10,34	42,53	32,00	21,92	42,53
290570105000312	11,16	12,50	23,44	34,38	0,00	0,00	20,31	31,25	37,50	11,16	17,58	17,19	37,50	27,16	15,83	37,50
290570105000313	9,85	8,05	100,00	16,09	5,75	3,45	13,79	21,84	34,48	9,85	32,47	13,03	34,48	28,29	23,19	34,48
290570105000314	22,48	43,86	100,00	89,47	1,75	0,00	29,82	12,28	57,89	22,48	58,77	14,04	57,89	49,21	41,67	57,89
290570110000001	8,96	3,92	0,98	3,92	0,98	0,98	18,63	12,75	34,31	8,96	2,45	10,78	34,31	24,35	8,72	34,31
290570110000002	6,21	4,68	36,26	0,00	2,92	0,00	29,24	18,71	22,81	6,21	10,96	15,98	22,81	17,22	12,34	22,81
290570110000003	10,18	2,46	32,79	0,82	0,82	0,27	31,97	16,67	42,62	10,18	9,22	16,30	42,62	30,34	12,72	42,62
290570110000004	9,66	8,28	64,83	0,69	0,00	0,00	31,03	19,31	28,97	9,66	18,45	16,78	28,97	21,83	15,83	28,97
290570110000005	1,23	1,10	89,01	1,10	0,00	0,00	36,26	13,19	14,29	1,23	22,80	16,48	14,29	17,62	17,59	14,29
290570110000006	5,14	1,80	91,89	0,00	0,00	0,00	27,93	21,62	22,52	5,14	23,42	16,52	22,52	19,95	18,00	22,52
290570110000007	13,89	29,03	88,71	16,13	3,23	29,03	24,19	27,42	41,94	13,89	34,27	26,88	41,94	33,49	27,50	41,94
290570110000008	5,98	1,64	81,97	13,11	1,64	3,28	32,79	16,39	29,51	5,98	24,59	17,49	29,51	23,49	18,95	29,51
290570110000009	1,27	1,27	1,27	2,53	0,00	0,00	13,92	15,19	2,53	1,27	1,27	9,70	2,53	6,87	6,74	2,53
290570110000010	15,79	13,59	82,52	3,88	3,88	0,00	35,92	25,24	44,66	15,79	25,97	20,39	44,66	32,87	21,53	44,66
290570110000011	4,56	8,59	2,34	3,91	0,00	0,00	26,56	13,28	17,97	4,56	3,71	13,28	17,97	13,58	9,40	17,97
290570110000012	7,19	6,47	89,21	2,16	1,44	0,00	35,25	19,42	30,94	7,19	24,82	18,23	30,94	24,36	19,34	30,94
290570110000013	11,93	7,14	1,43	0,00	1,43	0,00	25,71	24,29	38,57	11,93	2,50	16,67	38,57	27,57	12,83	38,57

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570110000014	15,52	1,87	26,64	0,47	0,00	0,00	21,50	26,17	46,26	15,52	7,24	15,89	46,26	32,93	13,94	46,26
290570110000015	8,66	5,15	23,71	0,00	0,00	0,00	31,44	23,71	34,54	8,66	7,22	18,38	34,54	24,93	13,41	34,54
290570110000016	6,45	3,88	96,12	0,97	0,00	0,97	9,71	25,24	37,86	6,45	25,24	11,97	37,86	28,07	18,19	37,86
290570110000017	0,99	0,44	3,49	0,00	0,00	0,00	24,45	17,03	1,75	0,99	0,98	13,83	1,75	9,78	9,59	1,75
290570110000018	3,52	6,98	100,00	2,33	0,00	0,00	18,60	25,58	46,51	3,52	27,33	14,73	46,51	33,90	19,90	46,51
290570110000019	10,47	0,80	70,40	6,40	0,80	0,00	21,60	27,20	40,00	10,47	19,60	16,27	40,00	28,90	16,30	40,00
290570110000020	7,56	9,41	95,88	0,00	2,94	0,00	17,65	29,41	51,18	7,56	27,06	15,69	51,18	36,95	20,03	51,18
290570110000021	7,22	0,00	69,44	1,39	0,00	0,00	23,61	15,28	34,72	7,22	17,71	12,96	34,72	25,08	13,93	34,72
290570110000022	14,20	17,19	33,98	6,25	1,17	4,69	17,58	24,22	47,66	14,20	14,65	15,49	47,66	33,93	14,80	47,66
290570110000023	4,85	4,23	60,56	2,82	2,82	0,00	32,39	18,31	22,54	4,85	17,61	16,90	22,54	18,17	15,13	22,54
290570110000024	8,55	6,43	78,78	0,96	0,00	0,64	20,26	21,86	45,34	8,55	21,54	14,26	45,34	32,54	16,52	45,34
290570110000025	2,58	30,91	26,36	0,00	0,00	0,00	27,27	15,45	17,27	2,58	14,32	14,24	17,27	14,40	12,49	17,27
290570110000026	12,83	4,08	86,99	0,00	0,26	0,00	20,92	25,26	46,17	12,83	22,83	15,39	46,17	33,27	18,06	46,17
290570110000027	9,86	2,38	19,05	0,60	1,79	0,00	27,98	23,21	38,69	9,86	5,95	17,06	38,69	27,65	12,69	38,69
290570110000028	4,76	9,09	4,55	0,91	0,00	0,00	16,36	18,18	36,36	4,76	3,64	11,52	36,36	25,78	8,25	36,36
290570110000029	9,62	5,11	68,61	21,90	0,00	0,73	13,14	24,09	40,88	9,62	23,91	12,65	40,88	29,80	17,68	40,88
290570110000030	4,37	3,23	67,74	0,00	0,00	0,00	29,03	16,94	23,39	4,37	17,74	15,32	23,39	18,35	14,56	23,39
290570110000031	7,78	1,21	33,06	0,00	1,61	0,00	28,63	17,74	28,23	7,78	8,97	15,46	28,23	20,47	11,77	28,23
290570110000032	2,86	12,20	54,88	6,10	1,22	0,00	28,05	13,41	24,39	2,86	18,60	13,82	24,39	18,90	14,47	24,39
290570110000033	8,36	7,71	81,91	2,13	1,86	0,00	23,40	19,68	47,34	8,36	23,40	14,36	47,34	34,04	17,60	47,34
290570110000034	6,25	33,33	33,33	0,00	0,00	0,00	11,11	22,22	22,22	6,25	16,67	11,11	22,22	17,05	12,77	22,22
290570110000035	7,03	26,17	69,80	0,00	0,00	0,00	18,79	21,48	38,26	7,03	23,99	13,42	38,26	28,14	17,68	38,26
290570110000036	12,58	33,76	5,10	0,00	0,64	0,64	21,02	26,11	47,77	12,58	9,87	15,92	47,77	33,94	13,26	47,77
290570110000037	0,00	0,00	1,32	0,00	0,00	0,00	37,09	5,30	0,00	0,00	0,33	14,13	0,00	9,99	9,80	0,00
290570110000038	0,99	1,45	7,25	0,00	0,00	0,00	18,12	14,49	5,80	0,99	2,17	10,87	5,80	7,84	7,56	5,80
290570110000039	2,75	2,56	87,18	0,00	0,00	0,00	17,95	15,38	23,08	2,75	22,44	11,11	23,08	19,28	16,17	23,08
290570110000040	1,81	14,29	41,07	0,00	0,00	0,00	21,43	14,29	21,43	1,81	13,84	11,90	21,43	16,08	11,31	21,43
290570110000041	5,41	0,00	87,18	0,00	0,00	0,00	23,08	20,51	24,36	5,41	21,79	14,53	24,36	19,87	16,54	24,36
290570110000042	14,49	21,11	33,33	85,56	26,67	2,22	23,33	23,33	54,44	14,49	41,67	16,30	54,44	41,54	29,84	54,44
290570110000043	24,38	6,90	96,55	81,03	1,72	0,00	58,62	13,79	51,72	24,38	46,55	24,14	51,72	42,08	35,07	51,72

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570110000044	16,46	15,66	24,10	45,78	8,43	1,20	24,10	20,48	48,19	16,46	23,49	15,26	48,19	34,74	19,12	48,19
290570110000045	3,88	18,99	84,81	74,68	1,27	2,53	32,91	12,66	32,91	3,88	44,94	16,03	32,91	33,96	31,63	32,91
290570110000046	3,18	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	33,80	23,94	18,31	3,18	25,00	19,25	18,31	20,00	19,66	18,31
290570110000047	4,44	21,05	100,00	0,00	1,75	0,00	21,05	24,56	33,33	4,44	30,70	15,20	33,33	27,16	22,14	33,33
290570110000048	5,63	10,71	85,71	0,00	0,00	0,00	32,14	14,29	39,29	5,63	24,11	15,48	39,29	28,87	18,14	39,29
290570110000049	3,48	0,87	1,74	0,00	0,87	0,00	27,83	21,74	26,96	3,48	0,87	16,52	26,96	19,70	11,49	26,96
290570110000050	11,45	9,68	91,13	6,45	0,81	1,61	44,35	20,16	31,45	11,45	27,02	22,04	31,45	25,77	22,00	31,45
290570110000051	9,87	5,58	77,68	9,87	0,86	0,00	18,45	22,75	47,64	9,87	23,50	13,73	47,64	34,24	17,66	47,64
290570110000052	4,00	12,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50	12,50	4,00	3,13	4,17	12,50	8,90	3,82	12,50
290570110000053	5,62	2,08	90,63	2,08	1,56	0,00	25,52	18,75	32,29	5,62	24,09	14,76	32,29	24,63	17,96	32,29
290570110000054	5,04	17,73	94,98	42,47	5,35	0,67	26,42	15,38	45,48	5,04	40,13	14,16	45,48	36,26	28,25	45,48
290570110000055	11,49	10,07	50,36	39,57	0,72	0,00	23,74	24,46	57,55	11,49	25,18	16,07	57,55	41,14	19,32	57,55
290570110000056	9,02	1,03	89,69	0,00	3,09	2,06	15,46	19,59	48,45	9,02	23,45	12,37	48,45	34,77	17,30	48,45
290570110000057	7,02	4,35	8,70	4,35	0,00	0,00	30,43	8,70	30,43	7,02	4,35	13,04	30,43	21,72	9,59	30,43
290570110000058	12,20	1,01	81,82	1,01	0,00	0,00	25,25	18,18	53,54	12,20	20,96	14,48	53,54	38,15	16,73	53,54
290570110000059	7,10	2,70	47,75	14,41	3,60	0,90	21,62	21,62	50,45	7,10	17,12	14,71	50,45	35,86	14,18	50,45
290570110000060	7,97	14,12	1,18	1,18	0,00	1,18	17,65	25,88	28,24	7,97	4,12	14,90	28,24	20,37	10,90	28,24
290570110000061	3,17	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00	20,90	16,42	23,88	3,17	0,37	12,44	23,88	17,19	8,67	23,88
290570110000062	1,92	0,00	88,10	0,00	2,38	0,00	30,95	7,14	9,52	1,92	22,62	12,70	9,52	16,49	16,56	9,52
290570110000063	4,12	12,99	77,92	0,00	0,00	0,00	18,18	10,39	10,39	4,12	22,73	9,52	10,39	16,37	16,17	10,39
290570110000064	6,71	5,67	80,14	1,42	0,71	0,00	18,44	20,57	37,59	6,71	21,99	13,00	37,59	27,42	16,36	37,59
290570110000065	6,71	3,51	80,70	0,00	0,00	0,00	22,81	19,30	21,05	6,71	21,05	14,04	21,05	18,15	16,05	21,05
290570110000066	3,19	0,00	35,58	0,00	0,96	0,00	40,38	12,50	23,08	3,19	9,13	17,63	23,08	17,64	12,79	23,08
290570110000067	6,03	0,78	43,41	0,00	0,78	0,00	35,66	15,50	20,16	6,03	11,24	17,05	20,16	16,07	13,01	20,16
290570110000068	2,22	0,00	96,23	0,00	0,00	0,00	9,43	16,98	24,53	2,22	24,06	8,81	24,53	20,47	16,95	24,53
290570110000069	5,45	0,97	84,47	12,62	0,00	0,00	30,10	12,62	22,33	5,45	24,51	14,24	22,33	20,09	18,10	22,33
290570110000070	1,15	2,56	89,74	0,00	2,56	0,00	48,72	0,00	17,95	1,15	23,72	16,24	17,95	18,71	18,04	17,95
290570110000071	0,00	0,00	91,67	0,00	0,00	0,00	83,33	8,33	8,33	0,00	22,92	30,56	8,33	23,17	23,82	8,33
290570110000072	8,33	0,00	6,25	0,00	0,00	0,00	62,50	2,08	8,33	8,33	1,56	21,53	8,33	15,39	15,21	8,33
290570110000073	6,82	10,26	66,67	0,00	0,00	0,00	74,36	10,26	30,77	6,82	19,23	28,21	30,77	25,41	21,51	30,77

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570110000074	10,61	7,44	89,29	1,19	2,08	0,00	18,45	25,00	50,30	10,61	25,00	14,48	50,30	36,17	18,78	50,30
290570110000075	6,10	16,67	16,67	0,00	0,00	0,00	33,33	13,33	30,00	6,10	8,33	15,56	30,00	21,63	11,51	30,00
290570110000076	2,78	17,24	70,69	0,00	0,00	0,00	20,69	17,24	8,62	2,78	21,98	12,64	8,62	16,04	16,16	8,62
290570110000077	4,26	4,96	62,81	1,65	0,00	0,83	16,53	15,70	13,22	4,26	17,36	11,02	13,22	13,59	13,03	13,22
290570110000078	1,90	7,55	1,89	0,00	0,00	0,00	15,09	20,75	3,77	1,90	2,36	11,95	3,77	8,48	8,32	3,77
290570110000079	0,00	0,00	2,04	0,00	0,00	0,00	32,65	20,41	0,00	0,00	0,51	17,69	0,00	12,51	12,26	0,00
290570110000080	9,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92,11	23,68	26,32	9,82	0,00	38,60	26,32	28,68	26,91	26,32
290570110000081	6,76	69,44	30,56	0,00	0,00	0,00	8,33	5,56	22,22	6,76	25,00	4,63	22,22	19,98	17,48	22,22
290570110000082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,86	14,29	14,29	0,00	0,00	19,05	14,29	14,43	13,21	14,29
290570110000083	7,85	12,25	41,50	3,95	0,00	0,79	30,04	16,60	43,48	7,85	14,43	15,81	43,48	30,98	13,54	43,48
290570110000084	6,75	6,78	94,07	0,85	0,00	0,00	21,19	17,80	33,05	6,75	25,42	12,99	33,05	25,31	18,48	33,05
290570110000085	9,66	24,03	88,41	7,73	0,86	1,29	22,75	18,88	24,89	9,66	30,26	14,31	24,89	23,75	21,90	24,89
290570110000086	7,50	34,33	35,82	35,82	0,00	0,00	25,37	20,90	41,79	7,50	26,49	15,42	41,79	30,81	19,63	41,79
290570110000087	3,20	4,48	44,78	5,97	1,49	0,00	17,91	17,91	10,45	3,20	14,18	11,94	10,45	11,61	11,52	10,45
290570110000088	2,07	7,06	15,29	0,00	0,00	0,00	14,12	15,29	7,06	2,07	5,59	9,80	7,06	7,51	7,21	7,06
290570110000089	11,53	1,69	4,64	0,00	0,42	0,00	21,94	25,32	43,04	11,53	1,69	15,75	43,04	30,61	12,20	43,04
290570110000090	1,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00	18,00	2,00	1,29	0,00	12,67	2,00	8,96	8,79	2,00
290570110000091	17,63	10,38	26,78	0,00	1,09	2,73	12,57	22,95	58,47	17,63	9,56	12,75	58,47	41,46	14,11	58,47
290570110000092	5,96	0,00	94,48	0,00	0,61	0,00	19,02	17,18	46,63	5,96	23,77	12,07	46,63	33,55	17,25	46,63
290570110000093	7,09	0,00	79,17	4,17	0,00	0,00	25,00	20,83	56,25	7,09	20,83	15,28	56,25	40,02	16,29	56,25
290570110000094	0,83	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	36,36	20,45	13,64	0,83	25,00	18,94	13,64	19,29	19,55	13,64
290570110000095	1,79	5,00	10,00	0,00	0,00	0,00	25,00	15,00	10,00	1,79	3,75	13,33	10,00	10,11	9,32	10,00
290570110000096	11,11	4,35	80,43	4,35	4,35	0,00	30,43	8,70	15,22	11,11	23,37	13,04	15,22	17,74	17,60	15,22
290570110000098	5,28	3,29	91,08	0,00	0,00	0,00	23,94	15,49	37,09	5,28	23,59	13,15	37,09	27,33	17,31	37,09
290570110000099	12,33	4,58	96,25	0,42	0,83	0,83	17,92	25,83	46,25	12,33	25,52	14,86	46,25	33,56	19,36	46,25
290570110000100	14,81	0,00	41,38	0,00	0,00	0,00	44,83	17,24	27,59	14,81	10,34	20,69	27,59	21,29	16,39	27,59
290570110000101	8,95	3,78	98,38	4,32	0,54	0,54	33,51	17,30	44,86	8,95	26,76	17,12	44,86	32,85	20,24	44,86
290570110000102	13,66	11,83	15,59	2,15	5,91	0,54	27,42	29,03	53,76	13,66	8,87	19,00	53,76	38,21	14,99	53,76
290570110000103	0,39	1,15	91,95	0,00	1,15	0,00	10,34	14,94	6,90	0,39	23,56	8,43	6,90	16,76	16,58	6,90
290570110000104	4,29	0,00	84,78	0,00	0,00	0,00	17,39	21,74	13,04	4,29	21,20	13,04	13,04	15,97	15,79	13,04

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570110000105	5,02	2,68	76,79	0,00	0,00	0,89	17,86	11,61	20,54	5,02	19,87	10,12	20,54	17,13	14,42	20,54
290570110000106	2,08	20,00	66,67	2,22	0,00	0,00	22,22	20,00	13,33	2,08	22,22	14,07	13,33	16,75	16,62	13,33
290570110000107	9,62	57,89	87,72	0,00	0,00	0,00	7,02	12,28	40,35	9,62	36,40	6,43	40,35	32,42	25,44	40,35
290570110000108	0,63	11,67	28,33	0,00	0,00	0,00	25,00	11,67	5,00	0,63	10,00	12,22	5,00	9,53	9,80	5,00
290570110000109	2,52	10,53	71,05	2,63	2,63	2,63	36,84	23,68	23,68	2,52	21,71	21,05	23,68	20,69	18,69	23,68
290570110000110	5,09	15,71	74,29	0,00	0,00	0,00	20,00	14,29	25,71	5,09	22,50	11,43	25,71	20,53	16,31	25,71
290570110000111	1,56	14,81	29,63	0,00	0,00	0,00	22,22	3,70	11,11	1,56	11,11	8,64	11,11	9,74	8,77	11,11
290570110000112	8,33	100,00	83,33	0,00	0,00	16,67	66,67	16,67	16,67	8,33	45,83	33,33	16,67	34,60	35,47	16,67
290570110000113	8,52	10,53	80,26	2,63	1,32	1,32	39,47	22,37	34,21	8,52	23,68	21,05	34,21	26,20	19,79	34,21
290570110000114	2,94	0,00	52,83	1,89	0,00	0,00	20,75	13,21	9,43	2,94	13,68	11,32	9,43	11,04	11,04	9,43
290570110000115	2,20	1,23	4,51	0,00	4,51	0,00	30,33	18,03	18,44	2,20	2,56	16,12	18,44	14,63	11,20	18,44
290570110000116	10,61	24,86	45,86	0,28	1,66	0,00	19,89	22,10	57,18	10,61	18,16	14,00	57,18	40,58	14,90	57,18
290570110000117	12,42	1,65	84,71	6,61	1,24	0,00	34,71	11,57	40,50	12,42	23,55	15,43	40,50	29,62	18,39	40,50
290570110000118	10,52	1,22	35,37	0,00	0,61	0,00	23,17	18,29	48,17	10,52	9,30	13,82	48,17	34,15	11,54	48,17
290570110000119	8,09	4,03	93,96	23,49	0,67	2,01	10,07	18,12	51,01	8,09	30,54	10,07	51,01	37,19	21,55	51,01
290570110000120	21,99	66,42	98,51	67,91	0,75	0,75	24,63	21,64	56,72	21,99	58,40	15,67	56,72	48,58	41,45	56,72
290570110000121	25,97	10,00	33,33	86,67	6,67	0,00	76,67	20,00	50,00	25,97	34,17	32,22	50,00	38,89	31,17	50,00
290570110000122	13,19	5,52	91,03	17,24	6,90	2,07	30,34	22,76	53,10	13,19	30,17	18,39	53,10	38,65	22,89	53,10
290570110000123	15,79	33,33	66,67	50,00	0,00	0,00	83,33	50,00	33,33	15,79	37,50	44,44	33,33	36,60	36,38	33,33
290570110000124	12,56	29,11	50,63	3,80	6,33	3,80	46,84	11,39	45,57	12,56	22,47	20,68	45,57	33,05	19,48	45,57
290570110000125	2,25	0,00	30,30	0,00	0,00	0,00	9,09	21,21	3,03	2,25	7,58	10,10	3,03	7,67	7,90	3,03
290570110000126	16,32	31,42	93,81	22,12	19,47	0,00	19,03	24,34	53,10	16,32	41,70	14,45	53,10	40,80	29,86	53,10
290570120000001	17,43	3,50	6,99	6,99	0,00	1,40	25,17	18,18	46,85	17,43	4,37	14,92	46,85	33,37	14,26	46,85
290570120000002	13,30	11,43	90,00	21,43	4,29	0,00	17,14	24,29	44,29	13,30	31,79	13,81	44,29	33,33	23,13	44,29
290570120000003	8,94	0,36	72,61	0,18	0,36	3,06	34,23	17,48	38,56	8,94	18,38	18,26	38,56	27,95	16,31	38,56
290570120000004	11,27	6,99	95,70	0,54	2,69	0,54	15,05	18,28	53,76	11,27	26,48	11,29	53,76	38,60	19,26	53,76
290570120000005	9,17	2,78	87,04	1,85	0,00	0,00	16,67	18,52	32,41	9,17	22,92	11,73	32,41	24,34	16,88	32,41
290570120000006	19,66	11,22	82,69	15,38	3,21	0,00	12,50	26,28	54,49	19,66	28,13	12,93	54,49	39,38	22,01	54,49
290570120000007	10,00	3,06	86,73	4,08	3,06	0,00	36,73	23,47	51,02	10,00	24,23	20,07	51,02	36,75	19,81	51,02
290570120000008	6,16	0,00	90,16	0,00	3,28	0,00	39,34	14,75	32,79	6,16	23,36	18,03	32,79	24,99	18,45	32,79

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570120000009	8,47	1,61	70,97	4,84	0,00	0,00	33,87	19,35	32,26	8,47	19,35	17,74	32,26	24,00	16,49	32,26
290570120000010	2,00	1,67	83,33	0,00	0,00	0,00	58,33	10,00	25,00	2,00	21,25	22,78	25,00	21,56	19,26	25,00
290570120000011	22,88	33,15	98,88	33,15	6,18	0,00	23,60	22,47	43,82	22,88	42,84	15,36	43,82	36,86	31,55	43,82
290570120000012	9,05	2,45	7,84	2,45	5,88	0,00	18,14	23,04	46,08	9,05	4,66	13,73	46,08	32,66	10,45	46,08
290570120000013	13,70	3,16	86,84	2,63	4,21	0,00	17,37	24,21	48,42	13,70	24,21	13,86	48,42	34,87	18,64	48,42
290570120000014	10,36	2,69	98,39	3,23	0,54	0,00	27,96	15,59	40,86	10,36	26,21	14,52	40,86	30,17	19,48	40,86
290570120000015	11,87	5,36	6,25	24,11	5,36	0,00	22,32	23,21	54,46	11,87	10,27	15,18	54,46	38,60	12,77	54,46
290570120000016	9,18	4,85	99,03	5,83	0,97	0,00	33,98	16,50	45,63	9,18	27,67	16,83	45,63	33,45	20,73	45,63
290570120000017	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	55,56	11,11	0,00	0,00	25,00	22,22	0,00	19,96	20,70	0,00
290570120000018	14,36	16,67	98,15	96,30	1,85	1,85	16,67	36,11	58,33	14,36	53,24	18,21	58,33	47,15	37,63	58,33
290570120000019	18,68	49,29	100,00	68,72	25,59	2,84	27,01	21,33	55,92	18,68	60,90	17,06	55,92	49,36	42,93	55,92
290570120000020	27,89	55,56	81,11	80,00	0,00	0,00	31,11	28,89	71,11	27,89	54,17	20,00	71,11	54,37	39,76	71,11
290570120000021	31,58	4,17	98,96	55,21	19,79	0,00	33,33	19,79	56,25	31,58	44,53	17,71	56,25	44,03	34,70	56,25
290570120000022	26,00	7,32	85,37	36,59	12,20	2,44	36,59	9,76	34,15	26,00	35,37	16,26	34,15	30,48	28,04	34,15
290570120000023	19,97	70,24	34,15	72,20	4,39	8,29	22,44	26,34	57,56	19,97	45,24	19,02	57,56	44,34	32,96	57,56
290570120000024	11,35	4,58	80,15	1,53	0,00	0,00	32,06	16,03	32,82	11,35	21,56	16,03	32,82	24,58	17,33	32,82
290570120000025	7,73	8,62	77,59	0,00	1,72	0,00	17,24	20,69	39,66	7,73	21,98	12,64	39,66	28,76	16,35	39,66
290570120000026	3,53	0,00	89,29	0,00	0,00	0,00	35,71	28,57	42,86	3,53	22,32	21,43	42,86	31,29	19,13	42,86
290570120000027	12,42	2,59	6,47	16,67	3,59	0,29	21,26	19,54	47,56	12,42	7,33	13,70	47,56	33,73	11,76	47,56
290570120000028	8,95	0,00	0,85	0,43	0,00	0,43	30,34	20,94	45,73	8,95	0,32	17,24	45,73	32,51	12,48	45,73
290570120000029	5,80	2,94	8,82	88,24	0,00	0,00	85,29	0,00	14,71	5,80	25,00	28,43	14,71	22,86	23,47	14,71
290570120000030	0,00	0,00	11,11	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27,78	0,00	0,00	19,64	19,26	0,00
290570120000031	2,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86,36	9,09	31,82	2,50	0,00	31,82	31,82	26,76	22,07	31,82
290570120000032	10,81	20,00	4,44	0,00	2,22	0,00	71,11	2,22	17,78	10,81	6,67	24,44	17,78	18,54	17,53	17,78
290570120000033	11,36	13,89	80,56	2,78	0,00	0,00	91,67	13,89	41,67	11,36	24,31	35,19	41,67	33,29	27,05	41,67
290570120000034	13,29	6,67	86,67	0,00	1,67	1,67	61,67	10,00	25,00	13,29	23,75	24,44	25,00	22,88	21,63	25,00
290570120000035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57,14	14,29	0,00	0,00	0,00	23,81	0,00	16,84	16,51	0,00
290570120000036	9,30	8,11	29,73	0,00	0,00	0,00	67,57	8,11	29,73	9,30	9,46	25,23	29,73	23,41	18,07	29,73
290570120000037	6,45	0,00	96,15	0,00	0,00	1,28	26,92	16,67	46,15	6,45	24,04	14,96	46,15	33,31	18,00	46,15
290570120000038	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41,67	8,33	0,00	0,00	0,00	16,67	0,00	11,79	11,56	0,00

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPMI
290570120000039	4,49	4,48	53,73	1,49	0,00	0,00	32,84	5,97	13,43	4,49	14,93	12,94	13,43	12,89	12,30	13,43
290570120000040	7,48	18,87	86,79	1,89	0,00	0,00	54,72	9,43	26,42	7,48	26,89	21,38	26,42	23,51	21,46	26,42
290570120000041	3,57	0,00	70,00	30,00	0,00	0,00	70,00	30,00	50,00	3,57	25,00	33,33	50,00	37,46	26,00	50,00
290570120000042	2,82	4,00	16,00	8,00	4,00	0,00	24,00	16,00	24,00	2,82	8,00	13,33	24,00	17,41	9,89	24,00
290570120000043	2,25	0,00	96,97	0,00	0,00	0,00	48,48	18,18	9,09	2,25	24,24	22,22	9,09	19,65	20,34	9,09
290570120000048	4,17	0,00	31,25	81,25	0,00	0,00	31,25	18,75	6,25	4,17	28,13	16,67	6,25	20,49	20,79	6,25
290570120000049	0,00	0,00	14,29	0,00	0,00	0,00	64,29	7,14	0,00	0,00	3,57	23,81	0,00	16,84	16,53	0,00
290570120000050	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,50	25,00	0,00	0,00	4,17	25,00	17,68	2,89	25,00
290570120000051	2,33	0,00	4,35	0,00	0,00	0,00	65,22	0,00	0,00	2,33	1,09	21,74	0,00	15,37	15,08	0,00
290570120000052	24,32	6,67	100,00	66,67	0,00	0,00	20,00	13,33	26,67	24,32	43,33	11,11	26,67	32,38	31,87	26,67
290570120000053	10,00	10,00	80,00	40,00	0,00	10,00	50,00	10,00	30,00	10,00	32,50	23,33	30,00	27,33	25,20	30,00
290570120000054	8,28	35,29	3,92	0,00	0,00	0,00	37,25	25,49	50,98	8,28	9,80	20,92	50,98	36,32	15,26	50,98
290570120000055	14,16	0,00	12,73	8,18	10,45	0,00	8,64	31,82	33,18	14,16	7,84	13,48	33,18	23,83	12,44	33,18
290570120000056	16,53	51,86	95,99	38,40	7,45	2,01	17,19	19,20	45,85	16,53	48,42	12,80	45,85	39,78	34,21	45,85
290570120000057	17,57	36,57	95,52	10,45	14,93	0,00	45,52	24,63	42,54	17,57	39,37	23,38	42,54	35,10	29,78	42,54
290570120000058	22,59	67,07	95,12	60,98	18,29	0,00	15,85	31,71	47,56	22,59	60,37	15,85	47,56	46,51	42,82	47,56
290570120000059	7,30	0,00	82,71	1,40	0,00	0,93	24,30	16,82	43,46	7,30	21,03	14,02	43,46	31,23	16,07	43,46
290570120000060	14,56	7,48	96,26	3,27	0,47	0,00	28,97	22,43	48,60	14,56	26,87	17,13	48,60	35,33	20,93	48,60
290570120000061	18,87	8,96	11,94	20,90	5,22	2,24	13,43	26,12	50,00	18,87	11,75	13,93	50,00	35,61	15,44	50,00
290570120000062	4,76	6,60	3,77	4,72	0,00	0,94	12,26	15,09	24,53	4,76	3,77	9,43	24,53	17,45	6,94	24,53
290570120000063	6,00	4,62	93,85	12,31	0,00	0,00	13,85	29,23	46,15	6,00	27,69	14,36	46,15	33,72	20,11	46,15
290570120000064	15,44	1,69	91,55	3,38	0,68	0,68	24,66	19,59	44,26	15,44	24,32	14,98	44,26	32,19	19,26	44,26
290570120000065	25,00	8,21	25,37	56,72	2,24	0,75	15,67	27,61	59,70	25,00	23,13	14,68	59,70	42,80	21,82	59,70
290570120000066	16,02	10,51	92,33	40,34	7,67	1,42	21,88	23,58	46,59	16,02	37,71	15,63	46,59	36,19	27,38	46,59
290570120000067	4,49	6,25	9,38	6,25	0,00	3,13	9,38	15,63	53,13	4,49	5,47	9,38	53,13	37,58	7,11	53,13
290570120000068	10,97	0,00	92,71	0,00	0,00	0,00	23,08	24,70	49,80	10,97	23,18	15,92	49,80	35,73	18,11	49,80
290570120000069	6,87	2,67	2,67	0,00	2,67	0,00	22,67	24,00	34,67	6,87	2,00	15,56	34,67	24,77	11,09	34,67
290570120000070	5,28	0,00	92,86	0,55	0,00	0,00	24,18	20,33	34,62	5,28	23,35	14,84	34,62	25,84	17,52	34,62
290570120000071	12,50	8,09	1,28	0,43	0,43	0,00	30,64	15,74	38,72	12,50	2,55	15,46	38,72	27,63	12,36	38,72
290570120000072	28,42	52,90	100,00	88,41	21,01	2,17	30,43	23,19	56,52	28,42	65,58	18,60	56,52	52,10	47,00	56,52

Código do setor	Alfa	Água	Esgoto	C.Lixo	Ban/San	Elet	Cond Hab	Mor/Domi	Renda 1/2	E	S	H	R	IPMI-1	IPMI-2	IPI
290570120000073	10,83	6,82	4,55	59,09	0,00	0,00	45,45	13,64	50,00	10,83	17,61	19,70	50,00	35,72	16,86	50,00
290570120000074	14,35	5,50	22,00	21,00	19,50	1,00	10,00	25,00	46,50	14,35	17,00	12,00	46,50	33,14	14,74	46,50
290570120000075	25,77	28,79	96,97	86,36	22,73	10,61	21,21	27,27	56,06	25,77	58,71	19,70	56,06	48,62	42,31	56,06
290570120000076	26,16	79,35	32,90	41,94	27,10	0,65	9,68	29,68	65,16	26,16	45,32	13,33	65,16	48,83	33,56	65,16
290570120000077	26,96	90,91	95,45	24,24	0,00	0,00	10,61	30,30	51,52	26,96	52,65	13,64	51,52	44,22	38,26	51,52

Fonte: Elaborado pela autora (2021).